PortoSeguroSA

Demonstrações Financeiras 2022

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados	**17,9 milhões**

Automóvel

Prêmios emitidos	**14,2 bilhões**
Veículos segurados	**5,7 milhões**

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL	**427,7 milhões**
Participantes de planos de previdência	**120,6 mil**
Prêmios auferidos	**1,3 bilhão**
Vidas seguradas	**4,6 milhões**

Patrimonial

Prêmios	**2,4 bilhões**
Itens segurados	**2,4 milhões**

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios	**3 bilhões**
Vidas seguradas	**413 mil**

Odontológico

Prêmios	**153,2 milhões**
Vidas seguradas	**668 mil**

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas	**136,4 milhões**
Vidas	**353 mil**

Negócios Financeiros

Cartão de crédito

Receita	**2,4 bilhões**
Clientes	**3 milhões**

Financiamento

Receita	**559,6 milhões**
Clientes	**126 mil**

Consórcio

Receita	**558,1 milhões**
Clientes ativos	**243 mil**
Clientes contemplados	**24,2 mil**

Serviços

Carro Fácil

Receita	**298 milhões**
Contratos ativos	**13 mil**

Porto Faz e Reppara!

Receita	**71,5 milhões**
Quantidade de serviços - Porto Faz	**103 mil**
Contratos ativos - Reppara!	**27 mil**

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, a Porto Seguro registrou o maior crescimento anual de receitas em mais de 10 anos, atingindo R$ 27,9 bilhões (+29,4% vs. 2021), impulsionado pela expansão em duplo dígito de todas a verticais de negócios. Além disso, a Companhia preservou o ROAE na casa dos dois dígitos em 2022, a exemplo da rentabilidade sobre o patrimônio líquido alcançada em todos os anos desde a abertura de capital ocorrida em 2004, sustentada pela solidez e qualidade de seus negócios.

Na vertical Porto Seguro, após um início de ano mais desafiador, em decorrência principalmente do forte ciclo de elevação nos preços dos veículos iniciados em 2021, com impactos sobre a sinistralidade do seguro Auto, a vertical obteve uma recomposição gradativa das margens e retornou a patamares próximos da média histórica ajustada nos últimos meses do ano, fruto da disciplina de precificação e subscrição de riscos. Neste contexto, a Porto Seguro se mostrou resiliente, com uma queda de apenas 1,7% na frota segurada mesmo diante dos ajustes de preços realizados. A receita total da vertical aumentou 26,5% (vs. 2021), impulsionado pelo seguro Auto, enquanto o Índice Combinado da Porto Seguro foi 3,9 p.p. maior do que em 2021, atingindo 95,7%, impactado pela elevação da sinistralidade. Vale ressaltar que os ajustes na precificação e subscrição de riscos refletem gradativamente nos resultados, em decorrência do reconhecimento diferido dos prêmios ganhos. No consolidado dos Seguros Patrimoniais e de Transportes, o crescimento foi de 16,6%, alavancado em maior parte pelo seguro Empresarial, que obteve um aumento significativo de 31,0% nos prêmios, beneficiado pelo aumento da atividade econômica e pelo desempenho de vendas do período, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No seguro de Vida, a expansão dos prêmios foi de 23,8%, com destaque para o crescimento dos seguros de Vida em Grupo e Prestamista (+11,8% e +140,0% vs. 2021 respectivamente).

A vertical Porto Saúde expandiu em 35,1% seu faturamento anual, através principalmente do aumento de 64 mil vidas no seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 413 mil vidas. No consolidado da vertical, o número total de vidas atingiu 1,2 milhão (+6,6% vs. 2021). O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores, de investimentos em tecnologia, da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde, por sua vez, aumentou 1,2 p.p. (vs. 2021), impactada pela elevação das frequências de utilização.

Na Porto Bank, as receitas dos principais negócios aumentaram de forma consistente, resultando em um crescimento consolidado de 21,1% (vs. 2021). Destaca-se a expansão de 31,3% nas Operações de Crédito e a ampliação do número de negócios em 7,1%, impulsionado pelo Cartão de Crédito, Consórcio e Fiança Locatícia. A inadimplência acima de 90 dias aumentou 1,5 p.p., em comparação ao final de 2021, mas demonstrou sinais de estabilização nos últimos meses do ano. Apesar de um cenário desafiador no mercado de crédito, o segmento de Consórcio apresentou crescimento e resultado robustos em 2022, através da elevação de 32,5% no crescimento da carteira de crédito e da ampliação de sua contribuição para o a lucratividade da Companhia.

Na vertical Serviços, foi registrado um forte aumento de 40,1% nas receitas anuais, com destaque para o Carro por Assinatura, que cresceu 72,4% (vs. 2021) e alcançou 13 mil contratos ativos ao final de 2022. Já na Porto Faz e Reppara!, houve um aumento de 35,4% (vs. 2021). Também foi concluída a cisão dos serviços de assistência da operação de seguros para a "Porto Assistência", iniciativa que já contribuiu para a chegada de um novo cliente (frota de aproximadamente 180 mil veículos e 90 mil residências) e que gera oportunidades de seguir ampliando a oferta além de ganhos de escala e de eficiência operacional.

O resultado financeiro foi de R$ 604,3 milhões em 2022, que representa uma rentabilidade das aplicações financeiras (ex-previdência) equivalente a 68% do CDI. O retorno abaixo do *benchmark* foi decorrente do desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e, em menor medida, das alocações em renda variável.

A combinação dos resultados operacional e financeiro mencionados acima resultaram num lucro líquido de R$ 1.134,8 milhões em 2022 (–26,5% vs. 2021), atingindo um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,4% no período, 5,5 p.p. menor do que o registrado em 2021.

A Porto seguiu ativa em operações de M&A em 2022, com destaque para o acordo de investimentos entre a Porto Seguro e a CDF Assistência e Suporte Digital, para a formação de uma empresa líder na prestação de serviços de assistência automotiva e residencial, suporte tecnológico premium, serviços de instalação, entre outros, em linha com a estratégia da Companhia de geração de valor, através da ampliação da oferta de serviços para novos públicos e segmentos. Além disso, foi assinado um acordo com a Oncoclínicas para a criação de uma *joint venture*, visando soluções integrais para o tratamento oncológico de longo prazo e buscando qualidade médica, resolutividade e custo-efetividade. A Porto também adquiriu a Nido Tecnologia, empresa de soluções tecnológicas (software) no ramo imobiliário, para fortalecer o ecossistema de ferramentas do Olho Mágico, comprou participação na Tech4Humans Tecnologia da Informação S.A., uma startup brasileira focada no desenvolvimento de soluções e tecnologias de HyperAutomation para instituições financeiras e seguradoras e também realizou aquisição de participação na startup brasileira de HaaS (Hardware as a Service), a Plugify, que simplifica o acesso e a gestão de TI para empresas de todos os portes.

Muito além de uma seguradora, a Porto sempre foi um verdadeiro ecossistema de soluções que facilitam o dia a dia e acompanham as pessoas em todos os momentos da vida. Para facilitar ainda mais o entendimento do consumidor e permitir o foco que cada negócio merece, em 2022 a Companhia reestruturou sua arquitetura de marcas e consolidou a criação de três verticais de negócios independentes, focadas em diferentes segmentos de mercado: Seguros, Serviços Financeiros e Saúde. Dentro deste cenário, a Companhia adotou como marca corporativa apenas Porto, e a gestão dos produtos e serviços oferecidos começa a ser feita pelas novas marcas de negócio: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank.

Ao longo de 2022, as marcas da Porto estiveram presentes em eventos de grande repercussão. A Porto Bank foi *founding partner* do Grande Prêmio de São Paulo de F1, com diversas ações em sua arquibancada exclusiva. O principal diferencial para quem acompanhou a corrida neste ponto do autódromo foi a Vila Porto, que uniu lazer e conforto em um mesmo espaço, e recebeu mais de 7.000 pessoas durante os três dias de evento. A Porto Saúde foi apoiadora oficial do Rock in Rio, maior festival de música e entretenimento do mundo, com sete ambulatórios médicos e mais de 8.000 atendimentos durante o evento. Já a Azul Seguros patrocinou uma das últimas provas do líder no Big Brother Brasil 22, da TV Globo. A ação fez parte da nova estratégia de comunicação da empresa, com o objetivo de alcançar parte da frota brasileira que ainda não tem um seguro automotivo, se apresentando ao mercado como uma solução de melhor custo-benefício.

Uma das principais conquistas da Porto em 2022 foi ser considerada a terceira melhor empresa para se trabalhar na categoria Gigantes - empresas com mais de 10 mil funcionários - de acordo com o GPTW - *Great Place to Work*. Este prêmio reforça a missão da Companhia de continuar fazendo da Porto um lugar onde as pessoas tenham orgulho de trabalhar e é fruto dos esforços diários para ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

Além disso, para reforçar o compromisso ASG da Companhia, a Porto passou a ser signatária do Pacto Global da ONU. Isso significa que a Companhia se compromete publicamente com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas até 2030.

Outro resultado importante foi a conquista da primeira posição no ranking de Reputação Corporativa na categoria Seguros e a 17ª posição no ranking geral; e a 1ª posição do ranking de Responsabilidade ASG 2021 na categoria Seguros, e 26º lugar no ranking geral entre 100 empresas de acordo com a Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa).

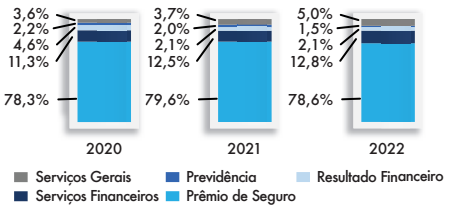
As iniciativas no campo ASG em 2022 contaram com projetos no campo ambiental como o programa Estação Consumo Consciente, Plataforma de Sustentabilidade, Projeto Agentes Socioambientais, dentre outros, e cerca de 120 Campanhas de Arrecadação de cunho social, resultando na doação de aproximadamente 200 mil itens para mais de 70 instituições em todo Brasil, gerando 270 mil atendimentos.

Por fim, a Porto Seguro agradece aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais *stakeholders* pela confiança e dedicação na Companhia ao longo de 2022, e segue firme no propósito de oferecer experiências transformadoras e ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

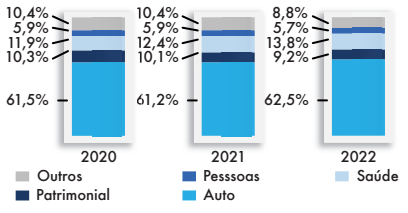
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

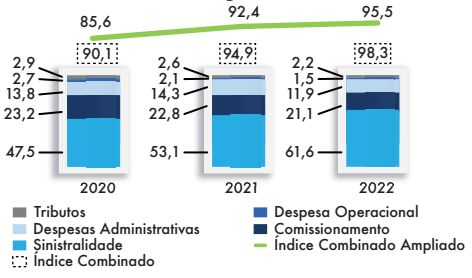
Distribuição Receita Total



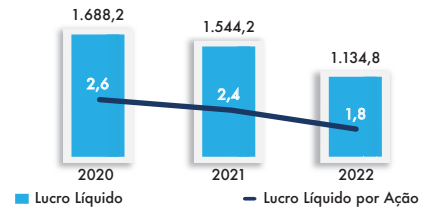
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro Líquido



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2022" e "em 2021" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, respectivamente. Valores expressos em R$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Auto consolidado	2022	2021	Variação %/p.p.
Prêmios auferidos	14.200,0	10.841,4	31,0
Sinistralidade (%)	65,0	53,2	11,8
Veículos segurados - frota	5.673	5.773	(1,7)

• Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2022 R$ 14.200,0 milhões, aumento de R$ 3.358,6 milhões ou 31,0% sobre os R$ 10.841,4 milhões em 2021.

Prêmios auferidos - Saúde	2022	2021	Variação %
Saúde empresarial	2.980,1	2.048,7	45,5
Saúde odontológico	153,2	146,9	4,3
Total Saúde	**3.133,3**	**2.195,6**	**42,7**
Sinistralidade - Saúde	**2022**	**2021**	**Variação p.p.**
Saúde empresarial	82,9	81,7	1,2
Saúde odontológico	47,1	45,1	2,0
Total Saúde	**81,2**	**79,3**	**1,9**
Patrimonial	**2022**	**2021**	**Variação %**
Prêmios auferidos	2.096,9	1.793,5	16,9
Sinistralidade (%)	37,2	32,5	4,7
Itens segurados	2.409	2.544	(5,3)

• As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R$ 427,7 milhões em 2022 um aumento de 1,0% em relação aos R$ 444,5 milhões em 2021. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 120,6 mil em 2022, uma queda de 5,0% em relação aos 126,9 mil em 2021.

• As receitas com crédito e financiamento totalizaram R$ 2.942,9 milhões em 2022, aumento de R$ 823,5 milhões ou 38,9% em relação aos R$ 2 .119,4 milhões em 2021. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 21,5%, passando para R$ 16.179,9 milhões em 2022 em relação aos R$ 13.316,3 milhões em 2021.

• As receitas de administração de consórcios totalizaram R$ 558,1 milhões em 2022, com aumento de R$ 71,0 milhões ou 14,6% em relação aos R$ 487,1 em 2021. O número de cotas de consórcio administradas aumento 26,6%, passando para 244,0 mil em 2022, em relação aos 192,2 mil em 2021.

• As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R$ 1.415,1 milhões em 2022, com aumento de R$ 592,5 milhões ou 72,0%, em relação aos R$ 822,6 milhões em 2021, sendo as principais receitas provenientes de: (i) R$ 341,3 milhões da Porto Assistência, que explora serviços de assistência automotiva e residencial; (ii) R$ 125,2 milhões provenientes de locações de carros da Mobitech; e (iii) R$ 80,5 milhões provenientes da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial.

Despesa de comercialização	2022	2021	Variação p.p.
Custos de aquisição - seguros	21,1	22,8	(1,7)
Despesas administrativas e operacionais	**2022**	**2021**	**Variação p.p.**
Despesas administrativas - seguros (*)	11,9	14,3	(2,4)
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	1,5	2,1	(0,6)
Total despesas administrativas e operacionais	**13,4**	**16,4**	**(3,0)**

(*) Em 2021, considerando os valores de INSS sobre PLR, o índice de despesas administrativas - seguros é de 13,6%.

• No ano de 2022, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 13,4% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior excluindo os efeitos de INSS sobre PLR. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

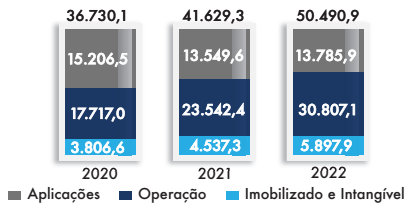
Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2022	2021	Variação %
Resultado financeiro - seguros	574,5	431,1	33,3
Resultado financeiro - outros negócios	29,8	37,6	(20,7)
Total resultado financeiro	**604,3**	**468,7**	**28,9**

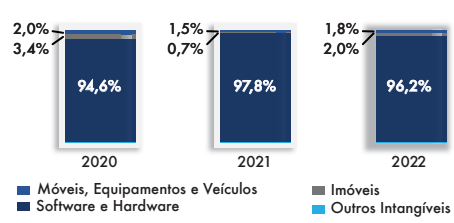
• O resultado financeiro aumentou 28,9% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável. As aplicações financeiras obtiveram retorno de 68,0% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

Posições Patrimoniais

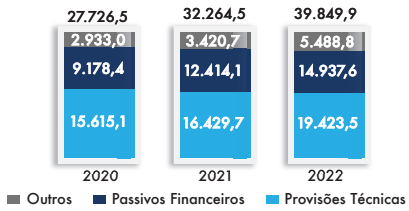
Ativos Totais



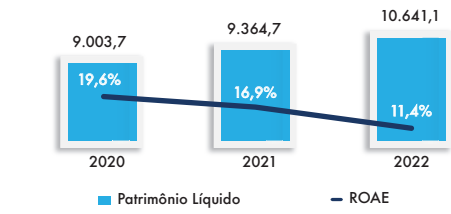
Investimentos (Capex)



Passivos Totais

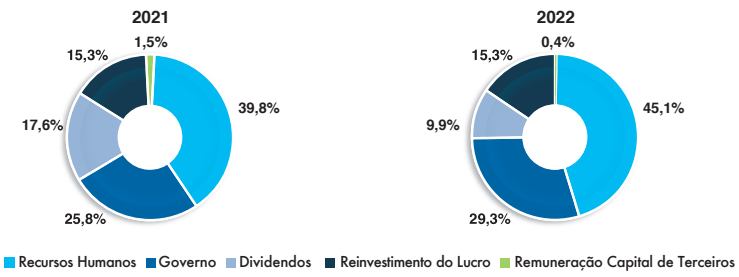


Patrimônio Líquido



VALOR ADICIONADO

Em 2022, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R$ 4.569,7 milhões, com redução de 2,8% sobre o montante de R$ 4.701,3 milhões do ano de 2021, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de Auditoria:
O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:
O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:
O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:
O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:
O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:
O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Marketing:
O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:
O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E "MARKETING"

Em 2022, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:
Plugify: Logo nos primeiros dias do ano, a Porto Seguro adquire 10% da Plugify, startup brasileira de Hardware as a Service (HaaS) que oferece aluguel de equipamentos eletrônicos e gestão integrada de TI para empresas com o objetivo de ampliar sua participação no mercado de seguros para equipamentos, além de explorar oportunidades de atuação nos mercados de acesso e ativos de TI, soluções de proteção e serviços de conveniência para empresas.
Prova do Líder BBB Azul: Azul leva ao Big Brother Brasil 2022 uma prova do líder que mostra imprevistos para quem não tem o seguro por assinatura da Azul Seguros.
Patrocínio Campus Party: A Porto patrocina, pela primeira vez, a Campus Party, maior experiência tecnológica em Internet das Coisas, Blockchain, Cultura Maker, Educação e Empreendedorismo do mundo, e leva o Porto Seguro Celular e a Oxigênio Aceleradora ao evento para promover ativações, palestras e debates sobre inovação aberta.
Nova marca: A Companhia anuncia ao mercado a alteração da marca para Porto e a consolidação de três verticais de negócios: Porto Bank, Porto Seguro e Porto Saúde. A mudança tem como objetivo mostrar a evolução da Companhia, que se torna cada vez mais, um ecossistema de produtos, serviços e soluções para todos os momentos da vida.
Lançamento Consórcio Mais: Porto Bank lança o Consórcio Imóvel Mais, destinado a quem procura imóveis com valores entre R$ 600 mil e R$ 900 mil, e oferece um ano de Reppara!, serviço para reparos domésticos como chaveiro, consertos hidráulicos, elétricos, desentupimento, entre outros.
Olho Mágico: É lançado o Olho Mágico, plataforma de aluguel de imóveis da Porto. Em parceria com imobiliárias de todo o País, o Olho Mágico chegou ao mercado com 40 mil anúncios publicados.
Nido Tecnologia: Aquisição da Nido Tecnologia, uma empresa focada em sistemas de gestão para imobiliárias digitais, para nos apoiar na simplificação do processo de aluguel de imóveis com uma plataforma segura, intuitiva e que garanta uma jornada ágil para as imobiliárias.
Tech4Humans: Aquisição de 38% de participação da Tech4Humans, startup que desenvolve soluções em atendimento ao cliente e automação de processos, para auxiliar a Porto Bank em seu objetivo de estar cada vez mais presente em todos os momentos da vida do cliente.
CDF: Porto anuncia um acordo entre a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., responsável pelas assistências a veículos e residências, e a CDF Assistência e Suporte Digital S.A., um dos principais marketplaces B2B2C de serviços do Brasil.
Pacto Global da ONU: A Porto passa a ser integrante do Pacto Global da ONU e se compromete publicamente com os Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), até 2030.
Rock in Rio 2022: Porto Saúde é apoiadora oficial do evento e responsável pelo serviço médico e de emergência do público. Além de atender, durante os dias de festival, mais de 8 mil pessoas nos ambulatórios médicos e de realizar 73 remoções, a Porto Saúde preparou, em uma parceria inédita com OSGEMEOS, uma instalação imersiva dentro da Cidade do Rock.
GPTW: O Great Place to Work (GPTW) certifica a Porto como um excelente lugar para se trabalhar e, meses depois, a Companhia é reconhecida como a 3ª Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, na categoria Gigantes.
Porto Bank no GP de São Paulo: A Porto Bank anuncia o patrocínio ao Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 por três anos e apresenta novos cartões de crédito, confeccionados com peças originais de carros da categoria. Durante o GP, a Vila Porto reúne mais de 7 mil pessoas num ambiente preparados para unir lazer, alimentação, convivência e experiências fantásticas. O autódromo de Interlagos contou, ainda, com uma equipe de profissionais da Porto para atuar nos resgates durante a corrida.
Temporada 2023 de F1: A Porto Seguro anuncia ainda que é a nova patrocinadora da Aston Martin Aramco Cognizant Formula One™ Team na temporada 2023 e vai ser um porto seguro para as pessoas que sonham em ver novamente um brasileiro no esporte, com apoio ao piloto paranaense Felipe Drugovich.
Porto em Ação: Porto lança um programa de remuneração que beneficia os colaboradores de todas as áreas e em todos os níveis, com ações da Companhia.
Porto Asset Management: A Porto Seguro Investimentos passa a se chamar Porto Asset Management. Mudança de marca reposiciona gestora de investimentos no mercado.
Novo portfólio Seguro Odontológico: Seguro Odontológico da Porto Saúde passa a oferecer seis opções de coberturas, divididas entre os segmentos Bronze, Prata e Ouro, para facilitar o entendimento do cliente e a comercialização dos planos.
Integração app Azul e Porto: O aplicativo da Azul Seguros é descontinuado e suas funcionalidades são migradas para o aplicativo Porto, que já integra Cartão de Crédito, Seguro Residência, Seguro Auto Porto e Seguro Celular.
Ambulância Elétrica: Porto Saúde anuncia a primeira ambulância elétrica do Brasil. O veículo chega para somar à frota elétrica da companhia, já composta por bikes, carros e guinchos.
Joint Venture de oncologia: A Porto Serviços e a Oncoclínicas firmaram um acordo para a criação de uma joint venture dedicada a oferecer serviços de cuidado oncológico integral às vidas atendidas pela seguradora. O acordo prevê que a Oncoclínicas terá 60% e a Porto 40% da JV, dando ênfase na qualidade e na experiência de tratamento dos clientes da Porto Saúde.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2022 com 12.716 colaboradores, sendo 8.191 pessoas nas empresas seguradoras e 4.525 nas demais. Foram admitidos 3.531 funcionários, sendo 584 nos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência". Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 23,63%, 3,4 pontos percentuais menor que no ano anterior. Ao longo do ano tivemos em torno de 2.600 ações de reconhecimento e meritocracia dentro da Companhia, crescimento de 45% comparado ao ano anterior.
O início do ano foi marcado pelo retorno aos diferentes modelos de trabalho oferecidos pela companhia. Hoje a Porto adota quatro modelos para colaboradores, com maior ou menor frequência de vindas ao escritório; mais de 53,4% do nosso time atua em algum dos nossos modelos de maior flexibilidade (full ou flex).
Como parte de nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral para os nossos colaboradores, o que inclui a saúde física, mental e financeira, trabalhamos nos atendimentos de sintomas de COVID-19 ou Influenza, campanha de vacinação contra Influenza com mais de 6.000 colaboradores imunizados e voltamos com laboratório para coleta de exames laboratoriais em nosso Espaço Saúde, além de especialidades médicas como Ortopedia, Ginecologia e Endocrinologia. Promovemos ações com foco no bem-estar dos nossos colaboradores, disponibilizando aulas em diversas modalidades, como gaita, ukulele e violão, muay thai, pilates, super treino, yoga, zumba e teatro, bem como nossa parceria com o Gympass que resultaram em quase 200.000 check-ins em atividades em 2022.
Com o objetivo de atrair e desenvolver novos talentos, impulsionando uma força de trabalho diversa para sustentar os desafios dos negócios da Porto, tivemos 3 ondas do nosso Programa de Estágio, encerramento da 1ª turma de Trainee da Porto e abrimos as inscrições para o Trainee Porto 2023, que terá uma duração de 18 meses com objetivo de captar, desenvolver e acelerar a carreira de talentos atuando em seu local de potência.
Sustentar nosso propósito de ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos passa por dar espaço de fala e conhecer, com genuíno interesse, as contribuições e percepções do nosso time. Em 2022 aplicamos a pesquisa institucional de engajamento com 78 de favorabilidade, mantendo o indicador igual ao de 2020, mesmo em meio ao cenário pandêmico e de profundas transformações organizacionais, como a verticalização e novo posicionamento de marca. Na estratégia de marca empregadora, iniciamos a nossa atuação de forma intencional nos canais digitais da Porto que conversam com talentos: LinkedIn, Glassdoor e o nosso site de carreiras, o Trabalhe Conosco. Participamos também do Great Place to Work - GPTW, um dos principais rankings que reconhecem as melhores empresas para se trabalhar no Brasil e conta com centenas de empresas de diversos setores e portes e é construída com base na experiência dos nossos próprios colaboradores e ganhamos o 3º lugar na principal categoria, a de Grandes Empresas.
Lançamos mais de 30 novas experiências de aprendizagem, focando em impulsionar habilidades chaves ao negócio, entre elas: Diversidade & Inclusão, Transformação Digital e Gestão de Pessoas. Oferecemos diversas ações para os líderes que potencializam uma atuação considerando os desafios do negócio e mercado, dentre elas o curso Executive Program.
O Juntos, nosso programa de Diversidade e Inclusão realizou diversas ações e iniciativas para o avanço do tema na Companhia, como revisão de Políticas, nosso Código de Ética e mentoria para Executivos. Patrocinamos feiras relacionadas à empregabilidade, Censo de Diversidade & Inclusão, não obrigatório, que resultou no mapeamento dos nossos colaboradores para ações customizadas.
A agenda de transformação avança à medida em que mira nos objetivos atuais e futuros da Porto, sem deixar de considerar o que valorizamos enquanto identidade e essência organizacional. Nesse sentido, no ano de 2022 tivemos grandes marcos estruturantes que direcionarão o nosso modelo futuro de Gestão de Pessoas. Iniciamos o processo que analisa os critérios definidos no perfil de liderança, cujo resultado sustentará movimentos de desenvolvimento, carreira e planejamento sucessório e o projeto de fortalecimento e evolução da Cultura Porto que irá mobilizar a liderança da companhia para a construção do nosso deck de cultura, esclarecendo direcionadores, comportamentos esperados e mapa das principais alavancas de transformação.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Em um mundo cada vez mais globalizado, as questões de ASG se tornam extremamente importantes e inerentes aos negócios das organizações, criando assim um desafio de desenvolvimento empresarial sem a perda das questões ambientais, sociais e de governança. Para a Porto Seguro, ser uma empresa sustentável é ter a capacidade de ouvir os interesses dos mais diversos segmentos da sociedade e conseguir incorporá-los ao planejamento de seus negócios, reduzindo externalidades socioambientais negativas e ampliando a geração de valor compartilhado.
Por isso, a empresa implantou iniciativas que reduzem ou compensam os impactos socioambientais causados por suas operações de negócio, fortaleceu seu compromisso e responsabilidade, além da atuação contínua na conscientização das pessoas sobre a importância das causas sociais e ambientais, em busca de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras.
Em 2022 criamos e aperfeiçoamos políticas internas, como a Política de risco social, ambiental e climáticas e a Política de responsabilidade social, ambiental e climática que buscam garantir uma governança ASG mais abrangente e alinhada às diretrizes estabelecidas por órgãos reguladores. E para fortalecer este pilar de governança assinamos o Pacto Global da ONU - Organização das Nações Unidas.
Dentre as inúmeras iniciativas sustentabilidade realizadas pela Cia, destacam-se os seguintes projetos em 2022:
ASG (ambiental social e governança) nos negócios
Na vertical Seguros, em 2022 foram adquiridas 30.402 apólices de seguros para veículos elétricos e híbridos, 19.254 apólices de bike, 12.846 apólices de placas solares, 421 apólices do RC Ambiental (Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental de Transportes da Porto) e 13.794 hectares de florestas no seguro Agro.
Através da moto enchente, uma adaptação frente às mudanças climáticas, foram abordados 380 segurados da Porto, Azul e Itaú, sobre o risco de inundação onde seu veículo está localizado, além de 31 remoções executadas de forma ativa perante o alto risco de sinistro.
Mobilizamos também 100% das oficinas parceiras através do EAD em práticas sustentáveis, além de realizar o desmonte de 2.472 veículos e prensa/destinação de outros 1.833 pela Renova Ecopeças, contribuindo para a destinação adequada de 3.119 toneladas de resíduos.
A vertical Porto Bank tem estuda formas para cada vez mais contribuir com o desenvolvimento sustentável e para o consumo consciente de seus clientes. Em 2022, por meio da modalidade Consórcio +sustentável, foram adquiridos mais de R$ 1.269.035 em créditos de bicicletas e motos elétricas, bem como R$ 572.000 em créditos para placas solares, contando neste período com uma carteira de aproximadamente 930 participantes.
Por meio do Porto Plus, nossa plataforma de benefícios, foram doados 15.513.440 pontos pelos clientes do cartão, dos quais foram revertidos em aproximadamente R$ 232.496,96 destinados à instituições sociais, demonstrando a conscientização e preocupação social de nossos clientes.
Para a **vertical Porto Saúde**, promover o cuidado das pessoas também passa pelo desenvolvimento das dimensões social e ambiental. Por meio de programas e ações voltadas à qualidade de vida dos nossos segurados em 2022, 16.674 beneficiários e estipulantes obtiveram acesso aos programas preventivos na promoção à saúde, foram realizados 66.858 atendimentos online pelo Alô Saúde, o que evitou 334.290 km rodados; 73.112 atendimentos pela plataforma parceira de psicologia; além de novas 2.207 assinaturas pelo Programa Porto Cuida.
Neste mesmo período, foi implantada a primeira ambulância elétrica do Brasil no grupo de modais, contando uma estimativa de redução de 87,33% nas emissões de gás carbônico equivalente, comparado com uma ambulância convencional com rodagem de 3.000 km/mês e consumo médio de diesel de 71 L/mês.
Educação Socioambiental & Ecoeficiência
Diferente dos anos anteriores, que comemoramos a semana ou o mês do Meio Ambiente, em 2022 a Porto deu início à **Temporada de Sustentabilidade**, que teve como objetivo contribuir com a aprendizagem que nossos públicos têm sobre os conceitos de ASG (ambiental, social e governança).
Realizamos em 2022, 163 ações que constituem nossa trilha completa de educação socioambiental como as **Hortas Comunitárias, Concurso Cultura, Expedição e o Programa de Agentes Socioambientais entre outras ações** que somaram 262.431 alcances e participações.
Destacamos também o lançamento da **Jornada da Sustentabilidade e ASG**, uma trilha de educação e aprendizagem para colaboradores(as) e Corretores(as) que ampliará o repertório sobre a temática, através de 5 fases de conteúdos em diferentes formatos como: podcast, vídeo pílulas, artigos, lives e muito mais. Em 2022 contamos com 2.990 conteúdos com acessos concluídos.
A Porto tem implementado diversas **iniciativas de redução do consumo de água**, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, sistema dual flush e descargas a vácuo. Destaca-se em 2022 o consumo de água de reuso em algumas das nossas instalações, onde de setembro a dezembro deste ano reutilizamos 2.032 m3 de água o que nos gerou uma economia maior de 49 mil reais.
No que tange as iniciativas de **redução do consumo de energia**, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, geração por placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2022, especificamente a Hora da Terra garantiram uma economia de energia de 41.220 kwh, o equivalente a aproximadamente R$ 27 mil reais.
Sobre os resíduos descartados na matriz contamos com uma **eficiência média de descarte** de 50% em 2022 e o direcionamento de 57,5% dos resíduos gerados à indústria da reciclagem. Temos uma estrutura de Logística Reversa de ativos fixos na Cia, que em 2022 destinou 19.221 itens, sendo que 307 itens foram doados a instituições credenciadas, 3.692 itens descartados de forma ambientalmente correta e 15.222 foram vendidos, revertendo R$ 2.277.863,13 à Cia.
Ainda em 2022, a Porto deu mais um passo em direção à mitigação do seu impacto negativo sobre o resíduo. Retiramos de circulação os copos de plástico de uso único usados para beber água. Com esta retirada conseguimos economizar 80% se compararmos a 2019 (um ano mais próximo da realidade que temos hoje - Pandemia), ou seja uma economia de 3 milhões e 800 mil copos e 130 mil reais de investimento neste insumo.
Projetos & Investimento Sociais
O **Instituto Porto** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento social com projetos educacionais, socioculturais e parcerias na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia.
Dentre os programas realizados destacam-se o **Ação Educa** que atende diariamente 239 crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, no contraturno escolar. Por meio de atividades socioeducativas, buscamos ampliar repertórios de arte e cultura, e apoiar no complemento escolar e com o objetivo de desenvolver a educação, cidadania e autoestima dos envolvidos, inspirando-os a conquistarem autonomia para construção de seus projetos de vida. Como critério, os atendidos precisam residir na região do distrito de Santa Cecília, pertencerem a famílias de baixa renda e estudarem em escola pública ou serem 100% bolsistas em escola privada. Após a finalização do programa, os jovens têm oportunidade de seguir a trilha de aprendizagem do Instituto nos cursos profissionalizantes ou no programa Jovem Aprendiz.
O **Programa de Aprendizagem** tem por finalidade preparar jovens de baixa renda para ingresso no mercado de trabalho. Esses jovens contam com a Pré-Formação, um curso preparatório que trabalha temas como: processos seletivos e ambiente profissional, para que possam se preparar para as entrevistas e se sentirem mais confiantes nas oportunidades de trabalho. Os alunos formados são indicados para as vagas de jovens aprendizes, onde após a contratação, realizam as atividades teóricas no Instituto Porto e as atividades práticas, em diversas áreas, por um período de 15 meses. No ano de 2022 a Pré-formação obteve 544 inscrições, 104 alunos formados e mais de 700 horas de formação oferecidas para as 7 turmas realizadas. Já no Programa de aprendizagem, tivemos 83 alunos ativos ao longo do ano e 22 deles foram efetivados durante a aprendizagem ou ao final da formação. A propósito, ofertamos mais de 1.608 horas de formação para as três turmas em andamento e, o primeiro emprego permitiu a geração de renda de mais de R$ 470.000,00 para todos os jovens beneficiados com este programa.
O **Captação de Recursos** é um programa desenvolvido para custear parte das iniciativas do programa Ação Educa e atender o aluno em sua integralidade, contamos com os investidores sociais, que possibilitam a realização de atendimentos psicológicos, psicopedagógicos, mutirões de saúde, entrega de cestas básicas, tênis, brinquedos e materiais escolares. As doações podem ser realizadas de forma livre (sem incentivo fiscal) através de nosso site, ou de forma incentivada por pessoas jurídicas, via Condeca. No último ano tivemos 1.552 doadores, R$ 567.817,00 em recursos financeiros captados em doações recorrentes e incentivadas, já as campanhas temáticas totalizaram a arrecadação de R$ 69.337,00. Os valores investidos foram de R$ 251.901,31 e proporcionaram a compra de materiais escolares, cestas básicas, consultas e tratamentos odontológicos, e realização de exames para fornecer óculos para as crianças que necessitam.
O Instituto oferece também **Cursos Profissionalizantes** onde buscamos, por meio da educação, apoiar as pessoas de baixa renda para que alcancem melhores condições socioeconômicas e o acesso ao trabalho formal ou geração de renda. Em 2022, oferecemos mais de 20 cursos em nosso catálogo e distribuídos entre as áreas de formação: técnicas, comerciais, beleza, acesso tech, educação e artesanato e empreendedorismo. Neste ano, foram realizadas mais de 5.370 inscrições de pessoas interessadas em realizar as formações e com isso, tivemos mais de 1.027 pessoas inscritas nas 49 turmas, além de 327 formados, pois muitos alunos finalizarão a formação em 2023. Dos alunos(as) que finalizaram o curso em 2022, 16% conseguiram aumentar a renda ou foram empregadas.
Na frente de empreendedorismo e geração de renda, atuamos com a **Escola de Costura,** cujo objetivo é propiciar a formação prática e empreendedora para os alunos que concluíram o curso de costura industrial, com a possibilidade de geração de renda durante o processo de aprendizagem. Em 2022 foram formados (as) 43 costureiros (as) no curso de costura industrial com a metodologia do SENAI. Tivemos também, 10 alunos (as) incubados (as), neste processo é ofertado a formação empreendedora para os formandos (as) da etapa inicial, no curso de costura industrial. Além disso, tivemos 15 alunos (as) desincubados (as), este grupo já realizou todas as formações. Ao todo foram produzidos 9.741 itens, com faturamento de R$ 427.859,33 e renda gerada de R$ 963,45 (média mensal por costureira).
O Instituto Porto incentiva por meio do **Programa de Voluntariado Corporativo**, a cultura de desenvolvimento e apoio às comunidades em que atua, através do engajamento de diferentes públicos, desde funcionários até o terceiro setor. Em 2022 foram realizadas mais de 128 ações de voluntariado diferentes em todo Brasil, nas modalidades à distância e presencial, algumas ações em destaque foram: mentorias para jovens, passeador de cães, aula de inglês para crianças, dicas de educação financeira para gestores das instituições sociais e educação ambiental, tivemos a participação de 705 colaboradores, que juntos doaram mais de 3.793 mil horas para cerca de 50 instituições sociais parceiras em todo Brasil.
As Doações contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos realizados pelos colaboradores e pelas empresas do Grupo Porto, por meio da Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2022, foram realizadas 121 campanhas, totalizando a doação de 196.555 itens destinados para mais de 70 instituições em todo Brasil, gerando 272.670 atendimentos.
Outra frente de atuação com as instituições sociais do entorno, é o **Desenvolvimento das instituições sociais,** neste âmbito temos o compromisso de apoiar as instituições sociais com trabalho voluntário e doações de itens. Além disso, é oferecida uma trilha de capacitação para gestores sociais das Instituições credenciadas no Brasil, planejada para trazer multiformas de experiência e aprendizado que possam apoiá-las em seus desafios. Em 2022, tivemos 47 instituições envolvidas gerando 236 participações e, também, 10 instituições foram contempladas com um curso de pós-graduação.
O repasse de verba incentivada é realizado através das leis de incentivo a nível estadual ou municipal, atualmente os projetos sociais que recebem aporte se enquadram nas leis da Criança e Adolescente, e Lei do Idoso. Anualmente realizamos a abertura de edital para seleção das instituições e projetos sociais, em 2022 financiamos 7 projetos na lei da Criança e Adolescente, e 5 projetos na Lei do Idoso, totalizando 12 aportes, com o valor total de R$ 3.246.222,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil e duzentos e vinte e dois reais).
A Porto também apoia a **Associação Crescer Sempre** que, sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com cinco projetos principais: uma escola regular de Educação Infantil; uma escola integral de Ensino Médio; um projeto de reforço em Português e Matemática em contraturno - Jovem Crescer; Cursos Profissionalizantes e Biblioteca aberta à comunidade. Em 2022 concluíram as iniciativas com os seguintes resultados: 316 alunos na escola regular de Educação Infantil; 208 alunos na escola integral de Ensino Médio; 159 alunos no projeto de reforço em Português e Matemática Jovem Crescer; 498 alunos nos Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 9 mil usuários da Biblioteca aberta à comunidade.
Por fim, destacamos também a **Associação Campos Elíseos +gentil** uma frente comunitária do Instituto Porto que atua na promoção de ações de melhorias em conservação, limpeza e manutenção dos espaços públicos do bairro. Dentre os projetos que visam a participação social, engajamento e exercício da cidadania, destaque para o projeto Nossa Rua, que atua na conscientização da comunidade sobre os pontos críticos de descartes irregulares frequentes do bairro. Em paralelo, o projeto Carroças do Futuro, que incentiva a reciclagem residencial e comercial, ao mesmo tempo que atua em conjunto na melhoria da qualidade de vida, aumento de renda e segurança do trabalho de coletores de recicláveis locais, através da capacitação e oferecimento de carroça elétrica. Por fim, há o projeto Movimente-se, que oferece aulas de ginástica gratuitas para comunidade, e a produção e distribuição do Jornal Campos Elíseos. De 590 protocolos de manutenção e limpeza, abertos a partir de alertas registrados em nossas plataformas, obtivemos 78% de resolubilidade dos órgãos competentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria
Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 80/2022, declaram que:
a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9
No período de janeiro a dezembro de 2022, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023
A Administração

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Circulante		**758.995**	**1.052.927**	**32.647.490**	**27.311.577**
Caixa e equivalentes de caixa	8	51.146	60.496	2.433.908	1.400.834
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	577.975	872.100	7.256.889	7.477.041
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	253.334	–
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	19.377	–	264.719	–
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	10.590.630	9.382.483
Prêmios a receber de segurados	11	–	–	7.299.599	5.550.561
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	302.430	80.400
Ativos de resseguro	23.3	–	–	160.896	159.734
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	61.161	49.495	249.475	218.243
Bens à venda	13	–	–	256.468	208.844
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	2.648.250	2.218.715
Instrumentos financeiros derivativos	15	60	709	60	18.022
Outros ativos	16	49.276	70.127	930.832	596.700
Não circulante		**11.326.228**	**9.193.142**	**17.843.431**	**15.561.321**
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	2.040	1.808
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	3.013.896	3.718.693
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	64.275	168.770	2.995.055	2.352.016
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	1.167.741	1.142.828
Prêmios a receber de segurados	11	–	–	405.924	301.708
Ativos de resseguro	23.3	–	–	14.036	13.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3.1	–	–	1.372.102	926.965
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	2.316	2.295
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	580.969	166.862
Depósitos judiciais	17	153.913	145.041	1.536.160	1.541.862
Outros ativos	16	39	46	144.797	39.769
Investimentos					
Participações em controladas	18.1	10.655.755	8.791.869	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	18.2	–	–	201.577	579.447
Outros investimentos		60.254	34.982	60.254	34.982
Propriedades para investimentos	19	391.418	52.434	338.079	103.203
Imobilizado	20	574	–	2.254.997	2.158.579
Intangível	21	–	–	3.642.873	2.378.685
Ativo de direito de uso	22	–	–	110.615	97.840
TOTAL DO ATIVO		**12.085.223**	**10.246.069**	**50.490.921**	**42.872.898**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Circulante		**703.125**	**420.156**	**30.083.227**	**24.959.484**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	23	–	–	13.632.844	10.670.728
Débitos de operações de seguro e resseguro	24	–	–	760.235	615.783
Passivos financeiros	25	426.850	38.088	13.581.379	11.658.869
Impostos e contribuições a recolher	12.2	620	1.001	729.497	660.563
Dividendos e JCP a pagar	43	262.337	357.970	262.337	357.970
Instrumentos financeiros derivativos	15	–	–	1.443	–
Passivo de arrendamento	27	–	–	16.016	12.894
Outros passivos	28	13.318	23.097	1.099.476	982.677
Não circulante		**798.991**	**461.354**	**9.766.637**	**8.548.686**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	23	–	–	5.790.649	5.758.977
Passivos financeiros	25	14.583	39.583	1.356.179	755.193
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12.3.3	263.740	276.797	423.830	312.849
Impostos e contribuições a recolher	12.2	–	–	26.422	20.640
Passivo de arrendamento	27	–	–	132.921	118.814
Provisões judiciais	26.1	153.894	144.974	1.398.286	1.396.597
Outros passivos	28	366.774	–	638.350	185.616
Patrimônio líquido		**10.583.107**	**9.364.559**	**10.641.057**	**9.364.728**
Capital social	29 a	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		1.571.942	793.395	1.571.942	793.395
(–) Ações em tesouraria	29 d	(199.017)	(205.493)	(199.017)	(205.493)
Reservas de lucros - demais		1.770.959	998.888	1.770.959	998.888
Reservas de capital	29 b	634.122	–	634.122	–
Dividendos adicionais propostos	29 e	112.817	261.729	112.817	261.729
Outros resultados abrangentes		(235.774)	(190.565)	(235.774)	(190.565)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	57.950	169
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.085.223**	**10.246.069**	**50.490.921**	**42.872.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	30	–	–	22.728.851	17.712.070
(–) Prêmios de resseguros cedidos	30	–	–	(136.795)	(125.830)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	30	–	–	22.592.056	17.586.240
Receitas de operações de crédito	31	–	–	2.942.924	2.119.399
Receitas de prestação de serviços	32	–	–	1.973.198	1.309.719
Contribuições de planos de previdência		–	–	148.195	150.918
Receita com títulos de capitalização		–	–	67.368	59.357
Outras receitas operacionais	33	–	–	266.458	387.233
Equivalência patrimonial	18.1	1.185.302	1.651.593	(26.210)	(11.232)
Total das receitas		**1.185.302**	**1.651.593**	**27.963.989**	**21.601.634**
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		–	–	(2.750.716)	(1.379.795)
Variação das provisões técnicas - previdência		–	–	(191.374)	(133.179)
(=) Total de variação das provisões técnicas	34	–	–	(2.942.090)	(1.512.974)
Sinistros retidos bruto	35	–	–	(13.681.393)	(10.148.761)
(–) Recuperações de resseguradoras	35	–	–	77.273	100.936
(–) Recuperações de salvados e ressarcimentos		–	–	1.391.525	1.440.341
Benefícios de planos de previdência		–	–	(2.695)	(5.004)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		–	–	(12.215.290)	(8.612.488)
Custos de aquisição - seguros	36	–	–	(4.193.272)	(3.697.949)
Custos de aquisição - outros		–	–	(349.052)	(350.827)
Despesas administrativas	37	(36.553)	(42.826)	(3.883.250)	(3.601.766)
Despesas com tributos	38	(44.606)	(25.643)	(712.105)	(617.409)
Custos dos serviços prestados		–	–	(302.402)	(187.201)
Outras despesas operacionais	39	(18.452)	(13.356)	(2.659.031)	(1.773.980)
Total das despesas		**(99.611)**	**(81.825)**	**(27.256.492)**	**(20.354.594)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.085.691**	**1.569.768**	**707.497**	**1.247.040**
Receitas financeiras	40	188.730	153.415	1.901.173	1.558.792
Despesas financeiras	41	(144.607)	(162.559)	(1.296.860)	(1.090.081)
		44.123	**(9.144)**	**604.313**	**468.711**
Lucro operacional		**1.129.814**	**1.560.624**	**1.311.810**	**1.715.751**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.129.814**	**1.560.624**	**1.311.810**	**1.715.751**
Imposto de renda e contribuição social	12.4	**5.033**	**(16.375)**	**(159.520)**	**(171.488)**
Corrente		(8.024)	(7.745)	(493.676)	(761.490)
Diferido		13.057	(8.630)	334.156	590.002
Lucro líquido do exercício		**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.134.847	1.544.249	1.134.847	1.544.249
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	17.443	14
Lucro por ação:					
- Básico	44	1,76173	2,39781	1,78881	2,39783
- Diluído	44	1,76173	2,39781	1,78881	2,39783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Outros resultados abrangentes	**(45.209)**	**(285.319)**	**(45.209)**	**(285.319)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(52.495)	(495.417)	(52.495)	(495.417)
Efeitos tributários sobre Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	20.998	198.167	20.998	198.167
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(43.994)	–	(43.994)	–
Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	14.958	–	14.958	–
Ajustes acumulados de conversão em controladas	738	10.474	738	10.474
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	14.586	1.457	14.586	1.457
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**1.089.638**	**1.258.930**	**1.107.081**	**1.258.944**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.089.638	1.258.930	1.089.638	1.258.930
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	17.443	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Caixa líquido atividades operacionais	**278.846**	**761.070**	**2.850.592**	**1.852.342**
Caixa gerado nas operações	**(12.411)**	**(2.236)**	**4.946.073**	**2.810.471**
Lucro líquido do exercício	1.134.847	1.544.249	1.152.290	1.544.263
Depreciações - imobilizado	–	–	133.347	105.146
Amortizações	12.622	12.622	150.904	125.162
Resultado de equivalência patrimonial	(1.185.302)	(1.651.593)	26.210	(11.232)
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	22.332	93.219	755.412	551.767
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	2.820.033	469.135
Provisões judiciais	8.920	–	26.541	57.948
Resultado na venda de imobilizado	(5.830)	(733)	(118.664)	(31.718)
Variações nos ativos e passivos	**326.587**	**772.494**	**(1.417.865)**	**(133.492)**
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	294.125	709.346	219.920	1.522.270
Aplicações financeiras - demais categorias	85.118	178.521	(456.295)	134.704
Prêmios a receber de segurados	–	–	(1.847.248)	(1.085.656)
Empréstimos e recebíveis	–	–	(2.279.408)	(2.897.839)
Ativos de resseguro	–	–	(1.419)	12.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.389)	(84.589)	(24.988)	(618.872)
Impostos e contribuições a recuperar	(11.666)	(19.092)	(31.253)	(88.218)
Bens à venda	–	–	(55.248)	(99.701)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(843.642)	(387.319)
Depósitos judiciais	(8.872)	(2.854)	5.702	4.419
Outros ativos	(343.398)	(32.704)	(586.293)	(704.688)
Operações de arrendamentos	–	–	4.454	2.023
Pagamento de passivos de seguros e de previdência complementar	–	–	173.755	345.495
Débitos de operações de seguros e resseguros	–	–	144.452	113.629
Passivos financeiros	53.275	5.342	2.427.591	2.952.172
Instrumentos financeiros derivativos	649	(852)	19.405	(18.165)
Impostos e contribuições a recolher	4.662	5.119	505.209	502.510
Pagamento de provisões judiciais	–	–	(24.851)	(19.948)
Outros passivos	288.083	14.257	1.232.292	196.723
Outros	**(35.330)**	**(9.188)**	**(677.616)**	**(824.637)**
Outros resultados abrangentes	–	–	(45.209)	(285.320)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	40.338	20
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.043)	(6.517)	(430.493)	(371.488)
Juros sobre captação de recursos pagos	(30.287)	(2.671)	(242.252)	(167.849)
Caixa líquido atividades de investimento	**512**	**(32.790)**	**(1.526.193)**	**(929.224)**
Alienação de imobilizado e intangível	5.256	1.311	738.295	198.086
Aquisição de imobilizado	–	–	(849.387)	(776.798)
Dividendos e JCP recebidos	601.068	592.809	–	–
Aumento/(redução) de capital em controladas	(605.812)	(626.910)	–	–
Aquisição de intangível	–	–	(1.415.101)	(350.512)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(288.708)**	**(814.498)**	**(291.325)**	**(438.165)**
Recompras - ações em tesouraria	–	(45.432)	–	(45.432)
Captação de recursos	700.000	75.000	2.570.037	2.253.294
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(359.226)	–	(2.231.880)	(1.801.961)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(629.482)	(844.066)	(629.482)	(844.066)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(9.350)**	**(86.218)**	**1.033.074**	**484.953**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	60.496	146.714	1.400.834	915.881
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	51.146	60.496	2.433.908	1.400.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**4.500.000**	**(160.061)**	**4.125.623**	**–**	**–**	**443.298**	**94.754**	**9.003.614**	**135**	**9.003.749**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	–	(443.298)	–	**(443.298)**	–	**(443.298)**
Aumento de capital		4.000.000	–	(4.000.000)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Aquisição de ações de própria emissão		–	(45.432)	–	–	–	–	–	**(45.432)**	–	**(45.432)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		–	–	13.116	–	–	–	–	**13.116**	–	**13.116**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(297.250)	**(297.250)**	–	**(297.250)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	10.474	**10.474**	–	**10.474**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	1.457	**1.457**	–	**1.457**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	20	**20**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.544.249	–	–	**1.544.249**	14	**1.544.263**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	77.212	–	(77.212)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	782.937	–	(782.937)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(422.371)	–	–	**(422.371)**	–	**(422.371)**
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	(261.729)	261.729	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**
Transações de capital com acionistas	29 b	–	–	–	634.122	–	–	–	**634.122**	–	**634.122**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	29 e	–	–	–	–	–	(261.729)	–	**(261.729)**	–	**(261.729)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	29 f	–	–	97.275	–	–	–	–	**97.275**	–	**97.275**
Ações outorgadas - controladora/controladas	29 f	–	6.476	(6.476)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(31.497)	**(31.497)**	–	**(31.497)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	738	**738**	–	**738**
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(29.036)	**(29.036)**	–	**(29.036)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	14.586	**14.586**	–	**14.586**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	40.338	**40.338**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.134.847	–	–	**1.134.847**	17.443	**1.152.290**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	56.742	–	(56.742)	–	–	–	–	–
Reserva estatutária		–	–	624.530	–	(624.530)	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	29 e	–	–	–	–	(340.758)	–	–	(340.758)	–	(340.758)
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(112.817)	112.817	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**8.500.000**	**(199.017)**	**1.770.959**	**634.122**	**–**	**112.817**	**(235.774)**	**10.583.107**	**57.950**	**10.641.057**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora: Dezembro de 2022	Controladora: Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2021
Receitas	**–**	**–**	**27.139.173**	**21.238.820**
Receitas com prêmios emitidos	–	–	22.728.851	17.712.070
Receitas com operações de crédito	–	–	2.942.924	2.119.399
Prestação de serviços	–	–	2.167.351	1.368.109
Receitas com operações de previdência complementar	–	–	148.195	150.918
Outras	–	–	204.407	422.517
Provisão para perda de crédito	–	–	(1.052.555)	(534.193)
Variações das provisões técnicas	**–**	**–**	**(2.942.090)**	**(1.512.974)**
Operações de seguros	–	–	(2.750.716)	(1.379.795)
Operações de previdência	–	–	(191.374)	(133.179)
Receita líquida operacional	**–**	**–**	**24.197.083**	**19.725.846**
Benefícios e sinistros	**–**	**–**	**(12.222.913)**	**(8.611.244)**
Sinistros líquidos	–	–	(12.212.595)	(8.607.484)
Despesas com benefícios	–	–	(2.695)	(5.004)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	–	–	(7.623)	1.244
Insumos adquiridos de terceiros	**(21.880)**	**(9.308)**	**(7.716.235)**	**(6.779.715)**
Materiais, energia e outros	(3.146)	(2.891)	(1.757.589)	(1.417.616)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(302.402)	(187.201)
Serviços de terceiros e comissões	(12.904)	(5.684)	(6.168.146)	(5.412.229)
Variação das despesas de comercialização diferidas	–	–	390.624	224.766
(Perda)/recuperação de valores ativos	(5.830)	(733)	121.278	12.565
Valor adicionado bruto	**(21.880)**	**(9.308)**	**4.257.935**	**4.334.887**
Depreciação e amortização	**(12.622)**	**(12.622)**	**(284.251)**	**(170.333)**

	Controladora: Dezembro de 2022	Controladora: Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2021
Valor adicionado líquido produzido	**(34.502)**	**(21.930)**	**3.973.684**	**4.164.554**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**1.238.346**	**1.649.322**	**596.001**	**536.790**
Receitas financeiras	188.730	153.415	1.901.173	1.558.792
Resultado de equivalência patrimonial	1.185.302	1.651.593	(26.210)	(11.232)
Outras	(135.686)	(155.686)	(1.278.962)	(1.010.770)
Valor adicionado total a distribuir	**1.203.844**	**1.627.392**	**4.569.685**	**4.701.344**
Distribuição do valor adicionado	**1.203.844**	**1.627.392**	**4.569.685**	**4.701.344**
Pessoal	**19.291**	**13.787**	**2.063.136**	**1.872.429**
Remuneração direta	6.997	4.507	1.231.735	1.074.462
Benefícios	12.294	9.280	745.573	724.346
F.G.T.S.	–	–	85.828	73.621
Impostos, taxas e contribuições	**40.786**	**62.482**	**1.337.379**	**1.214.748**
Federais	40.786	62.482	1.228.405	1.132.101
Estaduais	–	–	2.842	1.401
Municipais	–	–	106.132	81.246
Remuneração de capitais de terceiros	**8.920**	**6.874**	**16.880**	**69.904**
Juros	8.920	6.874	15.685	71.450
Aluguéis	–	–	1.195	(1.546)
Remuneração de capitais próprios	**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Juros sobre o capital próprio	453.575	398.662	453.575	398.662
Dividendos	–	428.063	–	428.063
Lucros retidos do período	681.272	717.524	681.272	717.524
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	17.443	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro", "Grupo Porto" ou "Companhia"), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, entidade controlada em conjunto e coligada:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2022 Participação (%) Direta	Dezembro de 2022 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2021 Participação (%) Direta	Dezembro de 2021 Participação (%) Indireta
Porto Cia	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	–	99,97	–	99,97
Porto Seguro Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Azul Seguros	Controlada	Integral	67,86	32,14	67,86	32,14
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Capitalização	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portopar	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	–	100,00	99,95	–
Renova	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,00	99,80	–
Franco	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portomed	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Atendimento	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Porto Conecta	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Porto Investimentos	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Mobitech	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Assistência (i)	Controlada	Integral	–	100,00	99,00	–
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	13,50	–	13,50
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,00	–	50,00
Nido	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Assistência Participações (ii)	Controlada	Integral	81,17	–	–	–
CDF (ii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
CDF Ltda. (ii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Saúde Participações (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Saúde Serviços (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Saúde Operações (iii)	Controlada	Integral	99,87	–	–	–
Porto Seguro Bank (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Serviços Financeiros (iii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Negócios Financeiros (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Seguros Financeiros (iii)	Controlada	Integral	–	99,99	–	–

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.3.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 18.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.
(ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
(iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Seguro Uruguai"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
(iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
(v) Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
(vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
(vii) Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.
(viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
(ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
(x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
(xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
(xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
(xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
(xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
(xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
(xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
(xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
(xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
(xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
(xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
(xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
(xxii) Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
(xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
(xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
(xxv) Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.
(xxvi) Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.
(xxvii) OM Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro.
(xxviii) PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), tem por finalidade o comércio varejista de animais vivos, de artigos e de alimentos para animais de estimação.
(xxix) ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.
(xxx) Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.
(xxxi) Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.
(xxxii) CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.
(xxxiii) CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência divididos em duas categorias: assistência de auto e moto e assistências residenciais e emergenciais.
(xxxiv) Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
(xxxv) Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde.
(xxxvi) Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS.
(xxxvii) Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
(xxxviii) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro.
(xxxix) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN.
(xl) Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de negócio Porto Bank.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JCP

Em 31 de março de 2022 conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") foi aprovada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no valor de R$ 629.500.

Em 24 de agosto e 26 de outubro de 2022 conforme aviso aos acionistas, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") o JCP nos valores brutos de R$ 397.575 e R$ 56.000 respectivamente, imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2022. O pagamento será realizado até 31 de março de 2023, podendo ser realizado anteriormente, a critério da administração. Vide detalhamento na nota explicativa nº 29 (e).

1.2.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia, Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.

O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 35 imóveis ao valor de R$ 294.415, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 10 imóveis ao valor de R$ 74.223. Do montante da segunda tranche, as partes se comprometeram a envidar os melhores esforços para concluir a etapa no montante de R$ 2.276.

O Fundo buscará oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 48 meses, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda. Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, a Porto S.A. participa de 70% do excedente, caso contrário há a reposição do capital ao Fundo até o limite do preço de compra, realizado pela Porto S.A.. Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo corrigido à IPCA.

A Porto S.A. também pagará ao Fundo uma indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.

Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas demonstrações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa. Para fins de consolidado, os imóveis transferidos ao Fundo estão sendo apresentados como propriedade para investimento e, os imóveis que são parte do acordo e que ainda não foram transferidos para o Fundo, são apresentados como ativo não circulante mantido para venda.

A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com Fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA., sendo a contra-partida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 41).

Demonstramos abaixo os saldos relativos à operação:

	Dezembro de 2022	
	Controladora	Consolidado
Ativo circulante	**–**	**2.505**
Imóveis disponíveis para venda (i)	–	2.505
Não circulante	**366.362**	**256.001**
Propriedade para investimento (ii)	366.362	256.001
Passivo não circulante	**366.774**	**366.774**
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (iii)	366.774	366.774
Patrimônio líquido	**–**	**22.493**
Reserva Reavaliação - ajuste de GAAP (ii)	–	22.493
Resultado	**412**	**–**
Despesa financeira - atualização monetária (iii)	412	–

(i) O montante representa 1 imóvel da segunda tranche, cujo valor foi pago em agosto de 2022 porém não houve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 13) e seu valor de mercado é de R$ 2.276.

(ii) O montante representa os imóveis da primeira e segunda tranche, cujo valores foram pagos entre os meses de junho, julho, agosto e outubro de 2022 e tiveram suas escrituras transferidas ao Fundo, totalizando 44 imóveis (vide nota explicativa nº 19), sendo no consolidado líquido dos efeitos de eliminação dos ganhos de capital das controladas. A referida Reserva de reavaliação foi constituída na época permitida por regulamentação vigente.

(iii) O montante representa o passivo relacionado a transação com o Fundo (vide nota explicativa nº 28) e sua respectiva atualização monetária.

1.2.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

1.2.3.1 CISÃO PORTO ASSISTÊNCIA

A Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Porto Cia (a partir de 1º de maio de 2022) e Porto Serviços (a partir de 1º de agosto de 2022). A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro, além de ser uma condição precedente à combinação de negócios.

1.2.3.2 CONCLUSÃO DA CONSTITUIÇÃO PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES

Em 1º de setembro de 2022 a Companhia divulgou o Fato Relevante informando que foi concluída em 31 de agosto de 2022 a constituição da Porto Assistência Participações, mediante o aporte integral das ações da Porto Assistência e CDF a valor contábil histórico.

A Porto Assistência Participações é controlada pela Companhia e explora serviços de assistência automotiva e residencial, oferecidas hoje aos clientes Porto e também as soluções da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil, com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial, além de suporte remoto para consumidores dos segmentos de varejo, telecomunicações, "utilities", seguros e mercado financeiro, criando uma das maiores empresas de serviços do país para diversos clientes através de diferentes canais de venda.

Contraprestação transferida

A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R$ 644.329. O referido valor justo foi mensurado com base em metodologia de cálculo de múltiplo EV ("Enterprise Value") aplicado ao "EBITDA", projetado para os próximos 12 meses, excluindo os respectivos endividamentos líquidos, a partir da data do "closing", em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

A Companhia, após a combinação de negócios, teve sua participação societária reduzida de 100% para 81,17% no montante de R$ 10.207 mensurado a valor contábil, tendo em vista a manutenção do controle dos ativos e passivos da Porto Assistência.

A mudança na participação societária detida não resultou em perda de controle da Porto Assistência Participações, constituindo apenas transação patrimonial, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela referida norma contábil.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")

O ágio apurado na aquisição foi reconhecido no exercício como diferença entre o valor da contraprestação mensurada a valor justo e ativos líquidos adquiridos aos valores históricos registrados. O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente dos ativos intangíveis identificáveis.

(+) Contraprestação transferida	644.329
(–) Investimento a valor de livros (81,17%)	(159.428)
(–) Ativos líquidos adquiridos	(127.671)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**357.230**

1.2.4 CONSTITUIÇÃO DE "JOINT VENTURE" DE SERVIÇOS MÉDICOS ONCOLÓGICOS

Em 17 de dezembro de 2022, a Companhia comunica em Fato Relevante a celebração, nesta data, de um Acordo para a constituição de uma "joint venture" de serviços médicos oncológicos, por meio de 40% de participação da Porto Serviços e Comércio e 60% de participação da Oncoclínicas.

A Oncoclínicas e a Porto Serviços e Comércio operarão, conjuntamente, um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional, prática criada e aperfeiçoada pela Oncoclínicas.

O fechamento da Transação depende do cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Não houve impactos contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.4 RECLASSIFICAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

A Companhia passa a apresentar os saldos de 31 de dezembro de 2021 dos depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista pelo seu valor bruto no Balanço Patrimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa, mediante alteração de política contábil, em consonância com a IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(a) Balanço patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais (nota nº 17)	–	145.041	145.041	–	1.541.862	1.541.862
Outros ativos (nota nº 16)	113	(67)	46	337.971	(298.202)	39.769
	113	144.974	145.087	337.971	1.243.660	1.581.631
Passivo não circulante						
Provisões judiciais (nota nº 26.1)	–	144.974	144.974	152.937	1.243.660	1.396.597
	–	144.974	144.974	152.937	1.243.660	1.396.597

(b) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Caixa gerado nas operações	**–**	**93.219**	**93.219**	**–**	**1.078.850**	**1.078.850**
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	93.219	93.219	–	551.767	551.767
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	–	–	469.135	469.135
Provisões judiciais	–	–	–	–	57.948	57.948
Variações nos ativos e passivos	**53.414**	**(168.219)**	**(114.805)**	**(594.435)**	**(1.530.183)**	**(2.124.618)**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	(1.091.477)	5.821	(1.085.656)
Empréstimos e recebíveis	–	–	–	(2.356.567)	(541.272)	(2.897.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.630	(93.219)	(84.589)	(590.002)	(28.870)	(618.872)
Bens à venda	–	–	–	(100.945)	1.244	(99.701)
Depósitos judiciais	–	(2.854)	(2.854)	–	4.419	4.419
Outros ativos	(35.558)	2.854	(32.704)	(711.579)	6.891	(704.688)
Pagamento de passivos de seguros e de previdência complementar	–	–	–	814.630	(469.135)	345.495
Passivos financeiros	80.342	(75.000)	5.342	3.403.505	(451.333)	2.952.172
Pagamento de provisões judiciais	–	–	–	38.000	(57.948)	(19.948)
Outros	**–**	**(2.671)**	**(2.671)**	**–**	**(167.849)**	**(167.849)**
Juros sobre captação de recursos pagos	–	(2.671)	(2.671)	–	(167.849)	(167.849)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(2.671)**	**77.671**	**75.000**	**(167.849)**	**619.182**	**451.333**
Captação de recursos	–	75.000	75.000	–	2.253.294	2.253.294
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	–	–	–	–	(1.801.961)	(1.801.961)
Juros sobre captação de recursos pagos	(2.671)	2.671	–	(167.849)	167.849	–

Referem-se às reclassificações de saldos das "Variações de ativos e passivos", para "Caixa gerado nas operações" a fim de apresentação dos montantes brutos, além da abertura dos "Passivos financeiros".

2.5 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) Controladas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) Coligada e controlada em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

(i) Petlove

A Companhia, através de sua controlada Porto Serviços e Comércio, assinou o acordo de aquisição de 13,50% de participação da Petlove Cayman Ltd. ("Petlove") e, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas, concluiu a operação ("closing") em 30 de junho de 2021. Na presente data-base, apresenta evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes, conforme demonstrado a seguir:

Evolução dos efeitos da transação

	Junho de 2021	Atualização	Junho de 2022
Ativo			
Investimentos			
Saldo contábil antes do "closing"	5.282	–	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)	–	(5.282)
Contraprestação transferida	361.494	21.811	383.305
Ganho não realizado (i)	(16.869)	5.635	(11.234)
Total do ativo	**344.625**	**27.446**	**372.071**
Passivo			
Outros passivos			
Receitas a diferir (ii)	124.953	(41.737)	83.216
Ganho não realizado (i)	(16.869)	5.635	(11.234)
Imposto de renda e contribuição social	78.628	21.606	100.234
Total do passivo	**186.712**	**(14.496)**	**172.216**
Demonstração de resultado			
Ganho bruto no resultado do período	231.259	63.548	294.807
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)	(21.606)	(100.234)
Efeito líquido no resultado do período	**152.631**	**41.942**	**194.573**

(i) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,50% mantida pela Porto Seguro, compensado pela amortização no período, no valor de R$ 1.170.

(ii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

O registro preliminar, como melhor estimativa, observou a avaliação da transação na data-base de 31 de dezembro de 2020 e atualizou-a para a data-base do "closing", ajustando o ganho de capital em R$ 41.942, líquidos de impostos.

Contraprestação transferida e ativos identificados

	Junho de 2021	Atualização	Junho de 2022
Total da contraprestação transferida (a) + (b)	**361.494**	**21.811**	**383.305**
Ativos identificados (a)			146.215
Ágio (b)			237.090
Ativo - Mais valia/Ativos identificados			**146.215**
Petlove			
Marca			78.716
"Software"			15.975
Canal de distribuição			3.917
Porto.Pet			
Marcas			6.739
Relacionamento com cliente			50
Canal de distribuição			4.446
Vet Smart			
Plataforma			3.468
Investimento			32.904

Contratos entregues

Em contrapartida a participação acionária recebida, a Porto Serviços e Comércio transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto.Pet"). Adicionalmente autorizou o uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Passivo	**83.216**
Porto.Pet	
Relacionamento com cliente	367
Contrato de licenciamento de marca	49.918
Canal de distribuição	32.931

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.7 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.8 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

IFRS 17 - Contratos de seguros

Divulgada em maio de 2017, a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A IFRS 17 introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação comparado à norma atualmente vigente IFRS 4 - Contratos de Seguros. Em maio de 2021, o CPC aderiu a esta norma através do CPC 50 - Contratos de Seguros.

A IFRS 17/CPC 50 será aplicada a:
- contratos subscritos de seguro e resseguro;
- todos os contratos de resseguro mantidos; e
- contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Esta norma traz a necessidade da separação dos contratos de seguros em grupos de contratos, ou coortes com no máximo 12 meses de emissão. Além disso, cada grupo de contrato passa a ser dividido com base na expectativa de rentabilidade apresentada por esses portfólios, onde em seu reconhecimento inicial pode ser classificado como:
- grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente; e
- grupo de contratos remanescentes na carteira, ou seja, contratos rentáveis.

Além disso, a norma traz novos modelos de mensuração para os contratos de seguro, cujos modelos não eram previstos na IFRS 4. Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração podem ser segregados em três categorias, conforme abaixo:

(a) Abordagem de mensuração geral ("Building Block Approach" - BBA)

É o modelo padrão da norma, podendo ser aplicado à todos os contratos com exceção dos contratos de participação direta que possuem um modelo contábil específico. No BBA, o passivo/obrigação dos contratos serão mensurados de acordo com seguintes blocos:

1. Fluxos de caixa futuros esperados: de prêmios, sinistros, benefícios, despesas e custos de aquisição;
2. Desconto "Valor do dinheiro no tempo": ajustes que convertem o fluxo de caixa futuro em valores correntes;
3. Ajustes de riscos (RA): competem em avaliações específicas da companhia sobre as incertezas do valor e a época dos fluxos de caixa futuros; e
4. Margem de Serviço Contratual ("MSC"): correspondente à expectativa de "Lucro" que o contrato possa fornecer.

A MSC representa o lucro não auferido do grupo de contratos de seguro que a entidade reconhecerá conforme a prestação de serviços no futuro. É incluída na receita diferida no passivo do balanço e reconhecida no resultado a medida que os serviços são prestados. A MSC é ajustada à medida em que ocorra mudanças nos fluxos de caixa futuros estabelecidos no item 1.

Se for esperado que o grupo de contratos de seguro gere uma perda, caso sejam determinados como onerosos no seu reconhecimento inicial ou em períodos subsequentes, ao invés de se registrar uma MSC negativa, um componente de perda é reconhecido imediatamente no resultado quando o grupo de contratos onerosos é reconhecido inicialmente ou um grupo de contratos se torna oneroso.

(b) Abordagem de taxa variável ("Variable Fee Approach" - VFA)

É um modelo aplicável à contratos de seguro com características de participação direta que contenham as seguintes condições:
- os termos contratuais especificam que o segurado participa de uma parcela de um pool de itens subjacentes claramente identificados;
- a entidade espera pagar ao titular da apólice um valor igual a uma parcela substancial dos retornos de valor justo sobre os itens subjacentes; e
- espera-se que uma proporção substancial dos fluxos de caixa que a entidade espera pagar ao titular da apólice varie de acordo com as mudanças no valor justo dos itens subjacentes.

(c) Abordagem de alocação de prêmios ("Premium Allocation Approach" - PAA)

É um modelo simplificado em relação ao BBA e VFA, permitido para grupos de contratos de seguro, que tenham o limite de contrato inferior a 12 meses. Esse modelo é opcional e pode ser aplicado a:
- todos os contratos de seguro que não sejam aqueles com características de participação direta, desde que o modelo PAA produza uma mensuração que não seja materialmente diferente daquela produzida aplicando-se o modelo BBA; e
- contratos com limite contratual inferior a um ano (período de cobertura de um ano ou menos).

O modelo PAA possui reservas para cobertura remanescente, baseado no modelo de prêmios não ganhos, assemelhando-se a IFRS 4, porém com diferenças pontuais no mecanismo de avaliação e apresentação. A norma permite ainda que a apropriação da receita no modelo PAA seja realizada concomitantemente com a liberação de risco dos contratos de seguro classificados nesse modelo contábil.

Transição

Existem 3 tipos de abordagens para aplicação da transição da IFRS 17/CPC 50, que poderão ser adotadas por portfólio, sendo:
- Abordagem Retrospectiva Total ("Full Retrospective Approach" - FRA)
- Abordagem Retrospectiva Modificada ("Modified Retrospective Approach" - MRA)
- Abordagem de Valor Justo ("Fair Value Approach" - FVA)

A IFRS 17/CPC 50 determina que o modelo prioritário a ser aplicado é a abordagem retrospectiva total (FRA) o qual pede informações completas do grupo de contratos, desde a data inicial da prestação do contrato de seguro. Entretanto a aplicação dele se dará de acordo com a disponibilidade ou qualidade de dados existentes, que é determinada em decorrência de esforços que a companhia terá que realizar para acessar esses dados e até qual data a companhia terá acesso as suas informações, uma vez que mudanças sistemáticas podem fazer com que alguns contratos muito antigos percam suas informações desde o início de sua vigência. A Companhia poderá encerrar a busca quando o acesso a estes dados for impraticável, ficando a seu critério a escolha entre as demais abordagens de transição (MRA ou FVA). De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

Conformidade com a norma

Para adesão íntegra à norma, fica estabelecido a necessidade de adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. Essa transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. Com sua adoção a partir de 1º de janeiro de 2023 e com a primeira publicação anual para o fim deste mesmo ano, a Companhia deverá divulgar suas demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício de 2022.

A Companhia realizou os estudos de implementação para adequação de seus registros contábeis, a fim de atender aos requisitos da nova norma, apresentando sua divisão de portfólios, identificando seus modelos de mensuração e definição da abordagem de transição e concluiu que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, assim elegíveis para o modelo simplificado de mensuração.

Conforme avaliação e estudos, 78,2% dos portfólios serão contabilizados sob o modelo de mensuração PAA, enquanto 18,7% sob o BBA (portfólios de riscos de previdências e planos conjugados), os outros 3,1% correspondem à metodologia de mensuração VFA (portfólios PGBL/VGBL).

Para os portfólios avaliados como PAA, em que os contratos de curto prazo representam cerca de 99,8% da carteira da Porto Seguro, será aplicada a abordagem de transição retrospectiva completa. Apenas para o portfólio vida a aplicação da abordagem será aplicada a retrospectiva modificada.

Para estas demonstrações financeiras consolidadas, a estimativa do impacto de adoção do IFRS 17 é preliminar pois o trabalho de transição está em processo de finalização e estão sujeitos a mudanças até que a Companhia finalize suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de início da aplicação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2022 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia, exceto pela alteração na nota explicativa nº 3.16 - Provisões Judiciais, Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais, onde os depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista passam a ser apresentados pelo valor bruto no Balanço Patrimonial. A Companhia efetuou as reclassificações dos saldos de 31 de dezembro de 2021 para fins de comparabilidade, conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.4.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Custo amortizado

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.5.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:
- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.13.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

3.3.2 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.5.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:
- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.5.2 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.8 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "Softwares"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) Ágio e intangível com vida útil indefinida

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) Intangível com vida útil definida

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 21.

3.9 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

3.10 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 3.17), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.12 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.

(g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(i) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios da IFRS 4 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Para a Azul e o Saúde, não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistro a ocorrer.

Para os produtos de previdência, saúde e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição da Porto Vida e Previdência, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 24,2%, e o percentual de resseguro foi de 57,1%. A estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 62,4%, e o percentual de resseguro foi de 1,1% para a Porto Cia, bem como 21,8% e 0,9% respectivamente para o Itaú. Para a Azul e Saúde a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 78,5% e 83,7%, respectivamente.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Para as empresas Porto Cia, Azul e Itaú, o resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base. Para o Saúde, os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

Para a Porto Vida e Previdência, o resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R$ 68.154, mas foram reconhecidas apenas R$ 61.283 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R$ 6.871 correspondente à mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021.

3.14 PASSIVOS FINANCEIROS

3.14.1 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.14.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.16 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.17 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.18 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.19.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.19.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.19.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 3.5.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

3.19.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.14.2 (c)).

3.19.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.19.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.20 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.21 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 16%. Para a Controladora e as demais empresas da Porto Seguro, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, 77,6% (75,5% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 98,2% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Risco soberano - Brasil	85,9%	82,2%
Instituições financeiras	4,5%	3,1%
Empresas elétricas e de telecomunicações	0,8%	1,2%
Outros	8,8%	13,5%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Não vencidos	7.362.733	5.554.815
Vencidos de 1 a 30	280.815	240.400
Vencidos de 31 a 60	35.968	46.886
Vencidos de 61 a 90	13.475	14.532
Vencidos de 91 a 180	15.454	16.147
Vencidos acima de 180	27.410	15.674
Provisão para risco de crédito	(30.332)	(36.185)
	7.705.523	**5.852.269**
Circulante	7.299.599	5.550.561
Não circulante	405.924	301.708

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer		
Até 30 dias	7.654.739	7.161.950
De 31 a 60 dias	31.151	21.154
Mais de 60 dias	5.216	2.540
Vencidos		
De 1 a 30	3.266.979	2.852.600
De 31 a 60	284.342	217.311
De 61 a 90	468.673	276.773
De 91 a 180	960.770	546.084
Acima de 180	1.316.191	630.242
Provisão para risco de crédito	(2.229.690)	(1.183.343)
	11.758.371	**10.525.311**
Garantias vinculadas às operações de crédito	**2.191.987**	**2.158.133**
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	93,5%	88,6%
Pessoas jurídicas	6,5%	11,4%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

(d) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição em resseguros a receber totalizava R$ 46.404 (R$ 67.381 em 31 de dezembro de 2021).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	1.522.420	40.816	1.905.627	25.853
Fluxo de 1 a 30 dias	13.089.517	2.963.936	11.109.750	3.183.270
Fluxo de 2 a 6 meses	5.068.561	9.831.607	3.973.321	8.090.837
Fluxo de 7 a 12 meses	2.148.777	5.052.569	1.610.350	4.581.669
Fluxo acima de 1 ano	12.749.320	15.635.595	13.965.207	17.502.552
Total	**34.578.595**	**33.524.523**	**32.564.255**	**33.384.181**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros em dezembro de 2022, R$ 5.623.667 (R$ 5.689.730 em dezembro de 2021) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	41,3%	47,0%
Prefixados	28,5%	19,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	24,3%	23,5%
Ações	2,0%	5,1%
Outros	3,9%	4,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	+50 b.p.	(793.486)
	+25 b.p.	(430.683)
Índices de preços	+10 b.p.	(181.747)
	- 10 b.p.	181.747
	- 25 b.p.	430.683
	- 50 b.p.	793.486
	+50 b.p.	(559.833)
	+25 b.p.	(287.025)
Juros prefixados	+10 b.p.	(116.375)
	- 10 b.p.	116.375
	- 25 b.p.	287.025
	- 50 b.p.	559.833
	± 34%	182.476
Ações	± 17%	91.238
	± 9%	45.619
	± 50 b.p.	20.146
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	16.875
	± 10 b.p.	13.500

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 15. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar.

O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

(*) Bruto de Resseguro

Dezembro de 2022

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	875.710	4,70%	319.741	1,72%	42.222	0,23%	21.793	0,12%	41.384	0,22%	1.300.850	6,99%
Nordeste	1.171.272	6,29%	214.173	1,15%	48.730	0,26%	11.292	0,06%	32.965	0,18%	1.478.432	7,94%
Norte	203.349	1,09%	81.839	0,44%	16.976	0,09%	1.485	0,01%	12.702	0,07%	316.351	1,70%
Sudeste	9.980.523	53,60%	1.199.459	6,44%	556.153	2,99%	640.408	3,44%	721.840	3,88%	13.098.383	70,35%
Sul	1.802.857	9,68%	275.114	1,48%	116.782	0,63%	120.755	0,65%	109.227	0,59%	2.424.735	13,02%
Total Geral	**14.033.711**	**75,37%**	**2.090.326**	**11,23%**	**780.863**	**4,19%**	**795.733**	**4,27%**	**918.118**	**4,93%**	**18.618.751**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Dezembro de 2022

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	875.710	4,73%	261.594	1,41%	40.997	0,22%	21.686	0,12%	38.495	0,21%	1.238.482	6,69%
Nordeste	1.171.272	6,33%	216.198	1,17%	47.338	0,26%	11.005	0,06%	31.061	0,17%	1.476.874	7,98%
Norte	203.349	1,10%	60.463	0,33%	16.532	0,09%	1.414	0,01%	12.249	0,07%	294.007	1,59%
Sudeste	9.981.126	53,93%	1.219.809	6,59%	541.645	2,93%	637.453	3,44%	672.780	3,64%	13.052.813	70,53%
Sul	1.802.857	9,74%	306.212	1,65%	114.600	0,62%	120.289	0,65%	101.260	0,55%	2.445.218	13,21%
Total Geral	**14.034.314**	**75,83%**	**2.064.276**	**11,15%**	**761.112**	**4,11%**	**791.847**	**4,28%**	**855.845**	**4,62%**	**18.507.394**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ 85.777 e (R$106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Dezembro de 2021

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	607.171	4,12%	156.025	1,06%	34.784	0,24%	21.080	0,14%	31.750	0,22%	850.810	5,77%
Nordeste	952.154	6,45%	256.461	1,74%	41.955	0,28%	13.837	0,09%	27.241	0,18%	1.291.648	8,76%
Norte	153.023	1,04%	24.628	0,17%	13.955	0,09%	1.937	0,01%	12.431	0,08%	205.974	1,40%
Sudeste	7.779.017	52,73%	1.137.141	7,71%	449.476	3,05%	601.578	4,08%	586.458	3,98%	10.553.670	71,54%
Sul	1.332.624	9,03%	218.289	1,48%	89.951	0,61%	123.709	0,84%	85.440	0,58%	1.850.013	12,54%
Total Geral	**10.823.989**	**73,37%**	**1.792.544**	**12,15%**	**630.121**	**4,27%**	**762.141**	**5,17%**	**743.320**	**5,04%**	**14.752.115**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Dezembro de 2021

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	607.171	4,15%	154.116	1,05%	33.897	0,23%	20.860	0,14%	28.982	0,20%	845.026	5,77%
Nordeste	952.153	6,50%	252.957	1,73%	40.817	0,28%	13.134	0,09%	25.888	0,18%	1.284.949	8,78%
Norte	153.023	1,05%	23.190	0,16%	13.645	0,09%	1.807	0,01%	12.088	0,08%	203.753	1,39%
Sudeste	7.779.000	53,12%	1.105.894	7,55%	437.620	2,99%	598.985	4,09%	553.010	3,78%	10.474.509	71,53%
Sul	1.332.623	9,10%	211.105	1,44%	88.309	0,60%	123.371	0,84%	79.445	0,54%	1.834.853	12,53%
Total Geral	**10.823.970**	**73,92%**	**1.747.262**	**11,93%**	**614.288**	**4,20%**	**758.157**	**5,18%**	**699.413**	**4,78%**	**14.643.090**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de (R$ 8.602) e R$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores e vistoria prévia em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.028.191)	(219.545)
Sinistros - aumento de 50,0%	(992.474)	256.238

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(29.628)	(25.563)
Sinistros - aumento de 50,0%	197.234	178.183

5.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais elevada frequência, como pandemias.

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência de fraudes médicas.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica, a qual também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.233)	(15.899)
Sinistros - aumento de 50,0%	(29.860)	(20.434)

5.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.274 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2022, de R$ 817.434. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

• Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.057	20.216
Sinistros - aumento de 50,0%	68.473	84.095

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(100)	(121)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	10.175	8.382

5.4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.4.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

Segue abaixo detalhamento qual aos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

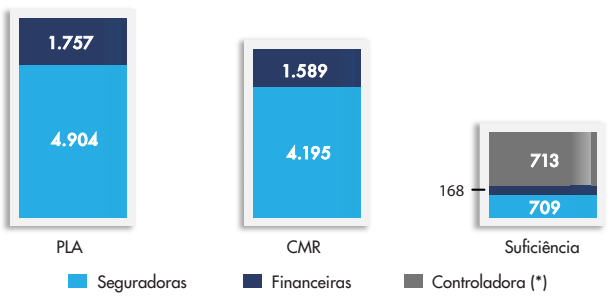
Seguros	
Capital de risco de subscrição	3.647.860
Capital de risco de crédito	234.683
Capital de risco de mercado	379.422
Capital de risco operacional	225.821
Benefício da correlação entre riscos	(350.053)
Capital requerido - seguros (i)	**4.137.733**
Capital requerido - financeiras (ii)	**1.588.856**
Margem de solvência (iii)	**58.057**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2022 (em R$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2022 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,6%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	6,2%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	32,9%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	12,6%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	20,8%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	9,2%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	11,7%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,0%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	8,6%
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	5,9%

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

• Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.

• Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

• Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida e Previdência.

• Seguros - demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.

• Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.

• Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2022, 98,2% (98,0% em 31 de dezembro de 2021) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	14.087.792	3.135.248	1.540.156	3.965.655	–	–	22.728.851	17.712.070
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(1.851.869)	448	(383.797)	(652.293)	–	–	(2.887.511)	(1.505.625)
Prêmio ganho	**12.235.923**	**3.135.696**	**1.156.359**	**3.313.362**	**–**	**–**	**19.841.340**	**16.206.445**
Receitas de operações de crédito	–	–	–	–	2.942.924	–	2.942.924	2.119.399
Receita de prestação de serviços	–	–	–	–	635.561	1.337.637	1.973.198	1.309.719
Contribuição de plano de previdência	–	–	148.195	–	–	–	148.195	150.918
Receita com títulos de capitalização	–	–	–	–	–	67.368	67.368	59.357
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(7.730.492)	(2.544.775)	(400.969)	(1.539.054)	–	–	(12.215.290)	(8.612.488)
Custos de aquisição	(2.587.500)	(272.287)	(378.247)	(960.754)	(257.589)	(85.947)	(4.542.324)	(4.048.776)
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	–	(302.402)	(302.402)	(187.201)
Variação das provisões técnicas de previdência	–	–	(191.374)	–	–	–	(191.374)	(133.179)
Outras receitas/(despesas)	(1.797.579)	(221.817)	(251.749)	(998.896)	(3.068.953)	(675.144)	(7.014.138)	(5.617.154)
Resultado operacional	**120.352**	**96.817**	**82.215**	**(185.342)**	**251.943**	**341.512**	**707.497**	**1.247.040**
Resultado financeiro	523.911	65.167	(14.809)	184	100.038	(70.178)	604.313	468.711
Resultado antes dos impostos	**644.263**	**161.984**	**67.406**	**(185.158)**	**351.981**	**271.334**	**1.311.810**	**1.715.751**
Imposto de renda e contribuição social	(203.473)	(73.303)	(24.417)	338.533	(82.719)	(114.141)	(159.520)	(171.488)
Lucro líquido - Dezembro de 2022	**440.790**	**88.681**	**42.989**	**153.375**	**269.262**	**157.193**	**1.152.290**	**1.544.263**
Lucro líquido - Dezembro de 2021	**505.837**	**105.820**	**(83.198)**	**611.196**	**317.420**	**87.188**		

Ativos e passivos							Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativos relacionados aos segmentos	13.295.109	1.105.051	5.091.376	5.259.342	13.724.907	2.511.101	40.986.886	34.740.509
Ativo imobilizado e intangível (ii)	127.667	–	–	286.968	–	4.113.055	4.527.690	4.023.687
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.901	–	–	236.899	43.974	618.303	1.009.077	370.780
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	–	–	168.042	36.388	78.716	361.104	246.000
Demais ativos (iv)	–	–	–	–	–	3.606.164	3.606.164	3.491.922
	13.610.635	**1.105.051**	**5.091.376**	**5.951.251**	**13.805.269**	**10.927.339**	**50.490.921**	**42.872.898**
Passivos relacionados aos segmentos	9.298.176	800.128	6.142.719	3.182.470	12.176.821	3.616.140	35.216.454	29.486.075
Demais passivos	–	–	–	–	–	4.633.410	4.633.410	4.022.095
	9.298.176	**800.128**	**6.142.719**	**3.182.470**	**12.176.821**	**8.249.550**	**39.849.864**	**33.508.170**

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos" referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 21).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos", referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência. O ágio alocado ao segmento "Outros" refere-se àquele originado da aquisição das empresas Porto Seguro Saúde Ocupacional, ConectCar, Porto Assistência Participações e da Petlove (vide nota explicativa nº 21).

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	50.822	60.339	1.983.217	961.949
Depósitos bancários	324	157	450.691	438.885
	51.146	**60.496**	**2.433.908**	**1.400.834**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2022 Total consolidado	Dezembro de 2021 Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT (*)	116.073	253.642	–	538	370.253	232.185
Cotas de fundos de investimentos	–	129.834	44.608	–	174.442	335.719
Outras aplicações	–	2.040	–	–	2.040	2.164
	116.073	**385.516**	**44.608**	**538**	**546.735**	**570.068**
Fundos exclusivos						
LFTs	89.215	1.780.760	1.368.183	287.919	3.526.077	2.900.811
Cotas de fundos	226.244	224.226	532.721	16.160	999.351	917.883
NTNs - B	70.389	–	538.779	–	609.168	964.177
Letras financeiras - privadas	8.358	101.739	462.276	9.389	581.762	404.339
Debêntures	11.627	91.199	447.248	13.064	563.138	697.546
Ações de companhias abertas	55.834	105.593	132.818	–	294.245	627.023
CDBs	–	130	89.878	–	90.008	21.782
NTNs - C	–	–	29.459	–	29.459	29.625
DPGE	165	834	14.232	186	15.417	13.485
Nota comercial	70	355	3.066	78	3.569	
LTNs	–	–	–	–	–	268.123
DI	–	–	–	–	–	63.987
	461.902	**2.304.836**	**3.618.660**	**326.796**	**6.712.194**	**6.908.781**
Total	**577.975**	**2.690.352**	**3.663.268**	**327.334**	**7.258.929**	**7.478.849**
Circulante	577.975				7.256.889	7.477.041
Não circulante	–				2.040	1.808

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Seguros	Previdência	Dezembro de 2022 Total consolidado	Dezembro de 2021 Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	2.492.355	–	2.492.355	3.175.424
NTNs - F	340.250	–	340.250	358.324
LTNs	253.335	–	253.335	–
NTNs - C	–	181.290	181.290	184.945
Total	**3.085.940**	**181.290**	**3.267.230**	**3.718.693**
Circulante			253.334	–
Não circulante			3.013.896	3.718.693

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 3.687.851 (R$ 4.086.827 em 31 de dezembro de 2021), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ -52.495 (R$ -495.417 em 31 de dezembro de 2021).

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022 Nível 1	Nível 2	Total	Dezembro de 2021 Total
Fundos exclusivos	4.164.707	2.547.490	6.712.197	6.908.781
Carteira própria	2.926.978	340.249	3.267.227	3.718.693
Fundos abertos	546.735	–	546.735	570.068
Total	**7.638.420**	**2.887.739**	**10.526.159**	**11.197.542**
Circulante			7.510.223	7.477.041
Não circulante			3.015.936	3.720.501

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2022 Total consolidado	Dezembro de 2021 Total consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	64.275	1.219.027	334.796	80.535	1.698.633	1.074.888
NTNs - C	–	–	850.063	–	850.063	825.072
NTNs - F	–	–	–	446.054	446.054	451.751
LTNs	19.377	223.526	–	21.816	264.719	–
Outros investimentos						
Outros	–	–	–	305	305	305
Total	**83.652**	**1.442.553**	**1.184.859**	**548.710**	**3.259.774**	**2.352.016**
Circulante	19.377				264.719	–
Não circulante	64.275				2.995.055	2.352.016

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 3.155.791 (R$ 2.314.236 em 31 de dezembro de 2021).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**13.549.558**	**15.206.532**
Aplicações	24.352.622	20.708.221
Resgates	(25.398.047)	(22.817.026)
Rendimentos líquidos	1.334.295	947.248
Ajuste a valor de mercado	(52.495)	(495.417)
Saldo final	**13.785.933**	**13.549.558**
Circulante	7.774.942	7.477.041
Não circulante	6.010.991	6.072.517

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13	13,69	9,26
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	128,11	130,87	128,69	132,68
LTNs	11,98	–	11,98	–
NTNs - B - IPCA+	6,16	2,05	5,17	3,27
Debêntures (DI+)	1,68	1,68	1,68	1,83
LFTs	0,08	0,12	0,07	0,15
NTNs - C - IGPM+	–	–	6,26	6,26
NTNs - F - PRÉ	–	–	7,96	7,96
Carteira própria				
LTNs	–	–	11,98	–
NTNs - F - PRÉ	–	–	6,99	6,99
NTNs - C - IGPM+	–	–	5,99	5,99
NTNs - B - IPCA+	–	–	3,85	2,61

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022 Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Dezembro de 2021 Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	7.691.105	(68.056)	7.623.049	7.185.644	(71.331)	7.114.313
Financiamentos (ii)	2.105.688	(304.797)	1.800.891	2.104.809	(206.908)	1.897.901
Operações de cartão de crédito (iii)	3.315.439	(1.755.713)	1.559.726	1.896.922	(854.364)	1.042.558
Empréstimos	875.829	(101.124)	774.705	521.279	(50.740)	470.539
	13.988.061	**(2.229.690)**	**11.758.371**	**11.708.654**	**(1.183.343)**	**10.525.311**
Provisão sobre o total da carteira			**15,94%**			**10,11%**
Circulante			10.590.630			9.382.483
Não circulante			1.167.741			1.142.828

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 25).
(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no exercício estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**129.806**	**57.193**	**455.072**	**642.071**
Novas entradas	497.954	341.084	500.461	1.339.499
Melhora de estágio	12.733	20.990	(33.723)	–
Piora de estágio	(104.514)	(180.128)	284.642	–
Liquidações (total ou parcial)	(363.945)	(114.272)	(320.010)	(798.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**172.034**	**124.867**	**886.442**	**1.183.343**
Novas entradas	537.001	509.755	868.049	1.914.805
Melhora de estágio	27.420	7.516	(34.936)	–
Piora de estágio	(163.761)	(311.933)	475.694	–
Liquidações (total ou parcial)	(382.358)	(162.536)	(323.564)	(868.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**190.336**	**167.669**	**1.871.685**	**2.229.690**

(*) Em função no novo modelo de "Write off" em 2021, foram alongados os prazos para lançamento dos títulos para prejuízo, anteriormente eram usados 360 dias, e com o novo modelo o lançamento para cartão ficou em 1.890 dias e para o CDC 1.620 dias.

11. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022 Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Dezembro de 2021 Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	5.013.980	(5.857)	5.008.123	3.713.574	(7.968)	3.705.606
Ramos elementares	1.716.352	(8.030)	1.708.322	1.387.477	(6.621)	1.380.856
Vida	574.753	(2.536)	572.217	442.136	(6.923)	435.213
Saúde	247.226	(2.182)	245.044	194.774	(2.893)	191.881
Porto Seguro Uruguai	129.032	(10.301)	118.731	118.596	(10.181)	108.415
Transportes	54.514	(1.428)	53.086	32.052	(1.754)	30.298
	7.735.857	**(30.334)**	**7.705.523**	**5.888.609**	**(36.340)**	**5.852.269**
Circulante			7.299.599			5.550.561
Não circulante			405.924			301.708

11.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**5.852.269**	**4.760.792**
Prêmios emitidos	24.272.141	18.862.399
IOF	1.291.624	1.023.643
Adicional de fracionamento	155.073	147.970
Prêmios cancelados	(1.742.132)	(1.219.932)
Recebimentos	(22.129.458)	(17.728.423)
Provisão para riscos de crédito	6.006	5.820
Saldo final	**7.705.523**	**5.852.269**

11.2 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**36.340**	**42.160**
Constituições	80.768	99.850
Reversões	(88.832)	(103.087)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	2.058	(2.583)
Saldo final	**30.334**	**36.340**

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 39).

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Imposto de renda	54.890	49.486	138.471	114.746
Contribuição social	6.263	–	41.601	50.018
Impostos Uruguai	–	–	23.477	15.230
INSS	–	–	21.838	4.101
PIS e COFINS	2	–	17.647	30.135
Outros	6	9	8.757	6.308
	61.161	**49.495**	**251.791**	**220.538**
Circulante	61.161	49.495	249.475	218.243
Não circulante	–	–	2.316	2.295

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
IOF sobre prêmios de seguros	–	–	430.086	347.625
PIS e COFINS	416	835	70.667	72.030
INSS e FGTS	98	83	47.472	40.205
Contribuição social (i)	–	–	43.342	71.641
IRRF	104	82	40.136	30.109
Imposto de renda (i)	–	–	38.073	76.920
Uruguai	–	–	25.274	17.228
ISS	–	–	12.318	10.682
Outros	2	1	48.551	14.763
	620	**1.001**	**755.919**	**681.203**
Circulante	620	1.001	729.497	660.563
Não circulante	–	–	26.422	20.640

(i) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**121.874**	**467.042**	**(347.258)**	**241.658**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	312.229	228.595	(12.852)	527.972
Provisão para obrigações legais	431.423	45.699	(20.127)	456.995
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (i)	161.305	118.275	(71.401)	208.179
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	115.292	35.927	(12.446)	138.773
Provisão de participação de lucros	28.597	125.710	(81.793)	72.514
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	30.925	58.606	(55.733)	33.798
Outras provisões	93.169	73.639	(47.948)	118.860
	1.172.940	**686.451**	**(302.300)**	**1.557.091**
Compensação de ativo/passivo diferido (ii)	(367.849)			(426.647)
	926.965			**1.372.102**

(i) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA, bem como as operações de "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62).
(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	883.871
2024	429.503
2025	295.776
2026	33.849
2027	32.397
2028 a 2030	106.841
Após 2031	16.512
Total - ativo	**1.798.749**

12.3.3 PASSIVO

	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Reversão/ realização	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Constituição	Consolidado Reversão/ realização	Consolidado Dezembro de 2022
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	264.593	(5.049)	259.544	343.220	102.108	(82.000)	363.328
IR e CS sobre o CPC 47 (ii)	–	–	–	–	86.395	(19.721)	66.674
IR e CS sobre PIS e COFINS. diferidos	–	–	–	45.523	32.132	(11.291)	66.364
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	14.051	20.185	(6.631)	27.605
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	(1.170)	2.932	49.707	3.723	(33.372)	20.058
Outros	8.102	–	8.102	56.734	183	(16.935)	39.982
	276.797	**(6.219)**	**270.578**	**509.235**	**244.726**	**(169.950)**	**584.011**
Compensação de ativo/passivo diferido	–		(6.838)	(196.386)			(160.181)
	276.797		**263.740**	**312.849**			**423.830**

(i) Vide nota explicativa nº 21.
(ii) Refere-se aos impostos apurados pela adoção da Resolução BCB nº 120/21, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio.

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.129.814	1.560.624	1.311.810	1.715.751
Alíquota vigente (i)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(384.137)**	**(530.612)**	**(524.724)**	**(686.300)**
Dividendos e JCP	(6.732)	47.328	192.009	151.114
Inovação tecnológica (ii)	–	–	96.887	168.111
Depósitos judiciais	3.033	–	28.768	–
Incentivos fiscais	–	–	13.272	18.344
Indébitos tributários (iii)	–	–	–	272.861
Equivalência patrimonial	403.447	561.542	–	–
Majoração da alíquota CSLL (i)	–	–	(2.104)	(19.721)
Baixa para perda - diferido	(22.332)	–	(24.196)	–
Participação nos lucros	(3.073)	(2.320)	(26.632)	(26.467)
Outros	14.827	(92.313)	87.200	(49.430)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**389.170**	**514.237**	**365.204**	**514.812**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**5.033**	**(16.375)**	**(159.520)**	**(171.488)**
Taxa efetiva (D/-A)	**-0,4%**	**1,0%**	**12,2%**	**10,0%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), a partir de 2021.
(iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

13. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Salvados (i)	232.544	220.881
Veículos desativados de locações (ii)	60.565	17.450
Veículos recuperados de financiamentos	9.780	11.816
Imóveis a venda (iii)	2.505	–
Provisão para redução ao valor recuperável	(48.926)	(41.303)
	256.468	**208.844**

(i) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.
(ii) Refere-se a veículos oriundos das desativações de locações da empresa Mobitech.
(iii) Refere-se ao imóvel que não teve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 1.2.2).

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	1.738.228	1.406.787
Patrimonial	752.575	453.496
Saúde	296.475	186.757
Riscos financeiros	210.810	177.714
Pessoas	159.128	115.516
Responsabilidades	17.808	10.098
Transportes	12.521	4.806
Outros	41.674	30.403
	3.229.219	**2.385.577**
Circulante	2.648.250	2.218.715
Não circulante	580.969	166.862

O prazo médio de diferimento é de 12 meses.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.385.577**	**1.998.258**
Constituição	2.892.800	5.537.034
Apropriação para despesa	(2.049.158)	(5.149.715)
Saldo final	**3.229.219**	**2.385.577**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Valor justo	Valor justo
Opção de Dólar Futuro	334	(1.684)
Opções de renda variável	(1.717)	19.706
Opções e contratos futuros (*)	**(1.383)**	**18.022**
Total - ativo circulante	**60**	**18.022**
Total - passivo circulante	**(1.443)**	**–**

(*) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

Adicionalmente a Companhia e sua controlada Mobitech possuem "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 25.2), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

					Dezembro de 2022
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Controladora	Ponta ativa: taxa prefixada		100.000	108.839	110.512
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,25%	(100.000)	(103.307)	(103.625)
	Ganho de ajuste a mercado				**6.887**
Controladora	Ponta ativa: taxa pós-fixada		150.000	151.410	154.282
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 0,95%	(150.000)	(152.496)	(153.133)
	Ganho de ajuste a mercado				**1.149**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	49.789
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	(56.962)
	Perda de ajuste a mercado				**(7.173)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	101.339
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	(113.495)
	Perda de ajuste a mercado				**(12.156)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	114.182
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	(111.459)
	Ganho de ajuste a mercado				**2.723**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.555	155.020
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.510)	(156.212)
	Perda de ajuste a mercado				**(1.192)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	254.273	261.258
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(254.103)	(264.885)
	Perda de ajuste a mercado				**(3.627)**
	Total impacto no Patrimônio líquido				**(13.389)**
	Total impacto no Patrimônio líquido (líquido de IR e CS)				**(8.837)**

16. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Dividendos e JCP a receber	30.320	64.897	–	–
Despesas antecipadas (i)	–	603	355.657	117.589
Outros créditos a receber de cartão de crédito	–	–	172.252	189.468
Cosseguro aceito (ii)	–	–	128.453	4.855
Comissões em processamento (iii)	–	–	81.591	84.948
Adiantamentos administrativos	11.849	–	64.310	55.438
Recebíveis de resseguro	–	–	46.404	67.381
Programa Sempre Presente	–	–	36.172	8.649
Contas a receber - financeiro	–	–	34.712	–
Valores a receber - seguro	–	–	31.975	27.639
Bloqueios judiciais	39	47	8.194	7.608
Almoxarifado	–	–	7.464	5.677
Cheques a depositar	–	–	7.176	2.524
Convênio DPVAT	–	–	3.708	1.540
Outros	7.107	4.626	97.561	63.153
	49.315	**70.173**	**1.075.629**	**636.469**
Circulante	49.276	70.127	930.832	596.700
Não circulante	39	46	144.797	39.769

(i) O aumento de despesas antecipadas é decorrente principalmente da aquisição da CDF S.A. e CDF Ltda., que representam R$ 163.270. Estas despesas oriundas da CDF S.A. e CDF Ltda. referem-se principalmente a valores antecipados a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização.
(ii) O aumento refere-se ao prêmio de cosseguro aceito a receber.
(iii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS e COFINS	153.894	144.974	965.834	915.534
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	–	–	494.274	549.663
Sinistros judiciais	–	–	37.536	39.681
Outros	19	67	38.516	36.984
	153.913	**145.041**	**1.536.160**	**1.541.862**

(i) Vide nota explicativa nº 26.1 (a).

18. INVESTIMENTOS

18.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital/ cisão	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Reorganização societária (iv)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Porto Cia	**4.910.072**	671.255	640.082	(36.734)	74.725	(562.168)	–	**5.697.232**
Porto Negócios Financeiros	–	195.989	–	–	6.286	(91.222)	1.425.949	**1.537.002**
Azul Seguros (i)	**715.117**	5.835	204.255	5.237	10.997	(62.185)	–	**879.256**
Porto Serviços e Comércio	**498.620**	(4.795)	46.027	–	(12.680)	–	19.108	**546.280**
Porto Assistência Participações	–	105.052	50	–	(4.118)	(23.018)	173.509	**251.475**
Itaú Auto e Residência	**128.706**	76.744	(35.000)	–	310	(81.453)	–	**89.307**
Porto Saúde Serviços	–	5.792	–	–	116	(1.376)	68.183	**72.715**
Porto Consórcio	**280.937**	49.200	–	–	546	–	(263.980)	**66.703**
Porto Bank	–	169	–	–	(84)	(40)	14.217	**14.262**
Porto Investimentos	**8.948**	13.428	–	–	1.461	(10.756)	–	**13.081**
Porto Saúde Operações	–	23	–	–	–	(5)	7.812	**7.830**
Porto Saúde Participações	–	1	–	–	–	–	50	**51**
Portomed	**13.560**	431	(7.000)	–	–	–	(6.991)	**–**
Portoseg	**1.142.085**	19.361	104.115	–	1.358	(115.426)	(1.151.493)	**–**
Porto Serviços Financeiros	–	(121)	–	–	63	–	58	**–**
Porto Odonto	**1.004**	(182)	–	–	–	–	(822)	**–**
Serviços Médicos	**64.652**	11.512	(8.000)	–	18	–	(68.182)	**–**
Porto Assistência (ii)	–	36.461	16.176	–	1.421	(35.773)	(18.285)	**–**
Renova	**6.535**	3.042	5.200	–	15	–	(14.792)	**–**
Crediporto	**4.630**	140	–	–	21	–	(4.791)	**–**
Proteção e Monitoramento	**6.383**	(2.113)	1.000	–	5	–	(5.275)	**–**
Portopar	**2.338**	(1.922)	10.000	–	35	–	(10.451)	**–**
Combinação de negócios (iii)	**1.008.282**	–	–	–	472.279	–	–	**1.480.561**
	8.791.869	**1.185.302**	**976.905**	**(31.497)**	**552.774**	**(983.422)**	**163.824**	**10.655.755**

(i) A "Porto Cia" possui 32,15% de participação nessa sociedade.
(ii) Em 30 de abril de 2022 foi efetivada a cisão parcial da controlada Porto Cia. Adicionalmente, em agosto de 2022 a Porto Assistência passa a ser controlada direta pela Porto Assistência Participações.
(iii) O montante de R$ 472.279 é composto por: R$ 484.901 em combinação de negócios com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas (R$ 127.671 em Ativos líquidos adquiridos e R$ 357.230 em ágio por expectativa de rentabilidade futura) da Porto Assistência Participações (vide nota explicativa 21.2), compensado por R$ 12.622 da combinação de negócios da Itaú Auto e Residência.
(iv) A Companhia está se estruturando em verticais com o objetivo aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

18.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

				Dezembro de 2022
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	17.890.107	12.301.500	14.134.792	617.236
Portoseg	15.158.113	13.982.272	3.006.819	148.029
Porto Consórcio	612.858	321.723	573.039	115.403
Itaú Auto e Residência	717.837	630.331	559.500	76.744
Porto Saúde	2.108.175	1.106.462	3.216.262	53.597
Porto Capitalização	1.521.276	1.335.705	191.261	36.123
Porto Serviços e Comércio (ii)	728.442	182.160	72.625	26.307
Porto Uruguai	466.035	324.628	513.451	16.307
Serviços Médicos (ii)	82.746	18.313	67.811	11.189
Azul Seguros (ii)	4.479.348	3.317.964	4.708.936	8.977
Porto Conecta	2.403	343	224	(674)
Proteção e Monitoramento	9.234	4.179	12.249	(2.862)
Porto Vida e Previdência	5.691.638	5.377.961	1.035.477	(54.785)
Demais empresas	4.691.949	2.193.564	2.000.162	151.154
Participação de não controladores	–	–	–	(17.443)
Resultado de equivalência	**54.160.161**	**41.097.105**	**30.092.608**	**1.185.302**

				Dezembro de 2021
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	14.761.977	9.977.915	10.991.775	805.034
Portoseg	13.392.145	12.214.854	2.140.478	212.254
Azul Seguros (ii)	3.772.495	2.821.757	3.900.701	189.301
Porto Serviços e Comércio (ii)	699.866	201.244	63.084	173.123
Porto Consórcio	351.285	192.479	515.900	104.995
Porto Saúde	1.512.758	906.293	2.248.243	105.717
Itaú Auto e Residência	707.074	580.117	552.283	60.590
Porto Capitalização	1.250.212	1.110.665	137.432	26.428
Porto Uruguai	415.540	290.429	440.811	20.034
Serviços Médicos (ii)	72.277	7.625	63.868	5.488
Porto Conecta	1.774	441	391	(692)
Proteção e Monitoramento	11.134	4.746	11.487	(3.341)
Porto Vida e Previdência	5.555.947	5.226.977	862.948	(75.578)
Demais empresas	1.231.071	972.357	731.039	28.254
Participação de não controladores	–	–	–	(14)
Resultado de equivalência	**43.735.555**	**34.507.899**	**22.660.440**	**1.651.593**

(i) Incluem receitas financeiras.
(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

18.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Identificação de intangíveis (iii)	Evolução dos efeitos da transação (iv)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Coligadas (i)	**417.015**	(22.029)	12.923	(340.337)	28.616	**96.188**
Entidades controladas em conjunto (ii)	**162.432**	(4.181)	27.500	(80.362)	–	**105.389**
	579.447	**(26.210)**	**40.423**	**(420.699)**	**28.616**	**201.577**

(i) Corresponde a participação minoritária, de 13,50%, na Petlove Cayman Ltd.
(ii) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar.
(iii) No decorrer de 2022 foi finalizado o laudo de avaliação de PPA da ConectCar e Petlove, elaborado por consultores independentes, no qual foi transferido os saldos de ativos identificáveis para a rubrica de intangíveis (vide nota explicativa nº 21.2).
(iv) Vide nota explicativa nº 2.5 (c) (i).

19. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Dos montantes de R$ 391.418 (Controladora) e R$ 338.079 (Consolidado), R$ 366.362 e R$ 256.001 referem-se respectivamente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2. Na Controladora, os imóveis estão mensurados a valor de mercado, no Consolidado, os mesmos imóveis estão mensurados a valor contábil.

20. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

20.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (i)	2,0	552.212	(46.269)	**505.943**	807.107	(135.406)	**671.701**
Terrenos	–	127.484	–	**127.484**	244.257	–	**244.257**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	191.988	(63.058)	**128.930**	184.513	(53.486)	**131.027**
Obras em andamento	–	–	–	**–**	32.500	–	**32.500**
		871.684	**(109.327)**	**762.357**	**1.268.377**	**(188.892)**	**1.079.485**
Informática	20,0 a 33,3	488.829	(376.951)	**111.878**	420.467	(343.705)	**76.762**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	84.417	(81.743)	**2.674**	88.253	(81.297)	**6.956**
Rastreadores	100,0	6.174	(3.358)	**2.816**	7.516	(5.463)	**2.053**
Veículos	20,0 a 25,0	9.256	(7.380)	**1.876**	9.433	(7.243)	**2.190**
Equipamentos	10,0 a 14,3	36.951	(35.815)	**1.136**	36.786	(34.984)	**1.802**
		625.627	**(505.247)**	**120.380**	**562.455**	**(472.692)**	**89.763**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.422.967	(50.707)	**1.372.260**	1.013.055	(23.724)	**989.331**
		1.422.967	**(50.707)**	**1.372.260**	**1.013.055**	**(23.724)**	**989.331**
		2.920.278	**(665.281)**	**2.254.997**	**2.843.887**	**(685.308)**	**2.158.579**

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

20.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisições	Baixas/ vendas (i)	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	
Edificações	**671.701**	103	(133.978)	(14.719)	(17.164)	**505.943**
Terrenos	**244.257**	–	(91.064)	–	(25.709)	**127.484**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**131.027**	9.407	(512)	(10.952)	(40)	**128.930**
Obras em andamento	**32.500**	–	–	–	(32.500)	**–**
	1.079.485	**9.510**	**(225.554)**	**(25.671)**	**(75.413)**	**762.357**
Informática	**76.762**	86.573	(510)	(50.651)	(296)	**111.878**
Móveis, máquinas e utensílios	**6.956**	898	(297)	(4.864)	(19)	**2.674**
Rastreadores	**2.053**	5.949	(622)	(4.564)	–	**2.816**
Veículos	**2.190**	369	(33)	(654)	4	**1.876**
Equipamentos	**1.802**	1.036	(145)	(1.556)	(1)	**1.136**
	89.763	**94.825**	**(1.607)**	**(62.289)**	**(312)**	**120.380**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	989.331	745.052	(269.651)	(45.389)	(47.083)	1.372.260
	989.331	**745.052**	**(269.651)**	**(45.389)**	**(47.083)**	**1.372.260**
	2.158.579	**849.387**	**(496.812)**	**(133.349)**	**(122.808)**	**2.254.997**

(i) O saldo em Baixas/vendas em edificações e terrenos referem-se principalmente aos imóveis da primeira e segunda tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2. Já na rubrica de veículos e equipamentos locados a terceiros referem-se principalmente a vendas dos veículos da Mobitech.

21. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

21.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	2.337.269	(756.493)	**1.580.776**	1.969.327	(641.540)	**1.327.787**
Contratos "up front" - CDF		137.861	(14.701)	**123.160**	–	–	**–**
Combinação de Negócios CDF - Montpellier/Tectotal		5.530	–	**5.530**	–	–	**–**
Outros intangíveis	20,0	55.134	(39.944)	**15.190**	55.135	(36.500)	**18.635**
		2.535.794	**(811.138)**	**1.724.656**	**2.024.462**	**(678.040)**	**1.346.422**
Canal de distribuição	2,2	568.001	(165.141)	**402.860**	568.000	(152.518)	**415.482**
Marca	–	246.000	–	**246.000**	246.000	–	**246.000**
Ágio na aquisição de investimentos	–	346.800	–	**346.800**	346.800	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		**1.160.801**	**(165.141)**	**995.660**	**1.160.800**	**(152.518)**	**1.008.282**
Marca		78.716	–	**78.716**	–	–	–
"Software"	13,3	15.975	(3.195)	**12.780**	–	–	–
Ágio	–	237.092	–	**237.092**	–	–	–
Demais	18,4	8.554	(3.829)	**4.725**	–	–	–
Combinações de negócios - Petlove (i)		**340.337**	**(7.024)**	**333.313**	**–**	**–**	**–**
Marca	–	34.488	–	**34.488**	–	–	–
Parceria	–	1.900	–	**1.900**	–	–	–
Ágio		43.974	–	**43.974**	–	–	–
Combinações de negócios - Conectcar (i)		**80.362**	**–**	**80.362**	**–**	**–**	**–**
Parceria	–	127.671	–	**127.671**	–	–	–
Ágio	–	357.230	–	**357.230**	–	–	–
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações (ii)		**484.901**	**–**	**484.901**	**–**	**–**	**–**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	–	23.981	–	**23.981**	23.981	–	**23.981**
Outras combinações de negócios		**23.981**	**–**	**23.981**	**23.981**	**–**	**23.981**
		4.626.176	**(983.303)**	**3.642.873**	**3.209.243**	**(830.558)**	**2.378.685**

(i) Vide nota explicativa nº 18.2.
(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	1.327.787	366.109	(113.112)	(8)	1.580.776
Contratos "up front" - CDF	–	123.160	–	–	123.160
Combinação de negócios CDF - Montpellier/Tectotal	–	5.530	–	–	5.530
Outros intangíveis	18.635	–	(3.445)	–	15.190
	1.346.422	494.799	(116.557)	(8)	1.724.656
Canal de distribuição	415.482	–	(12.622)	–	402.860
Marca	246.000	–	–	–	246.000
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	–	–	–	346.800
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	1.008.282	–	(12.622)	–	995.660
Marca	–	78.716	–	–	78.716
"Software"	–	15.975	(3.195)	–	12.780
Ágio	–	237.092	–	–	237.092
Demais	–	8.554	(3.829)	–	4.725
Combinações de negócios - Petlove	–	340.337	(7.024)	–	333.313
Marca	–	34.488	–	–	34.488
Parceria	–	1.900	–	–	1.900
Ágio	–	43.974	–	–	43.974
Combinações de negócios - Conectcar	–	80.362	–	–	80.362
Parceria	–	127.671	–	–	127.671
Ágio	–	357.230	–	–	357.230
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	–	484.901	–	–	484.901
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	23.981	–	–	–	23.981
Outras combinações de negócios	23.981	–	–	–	23.981
	2.378.685	1.400.399	(136.203)	(8)	3.642.873

21.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos de ágios oriundos da expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

Em 6 de fevereiro de 2013, a Serviços Médicos adquiriu 100% de participação societária na Porto Seguro Saúde Ocupacional, visando compromisso com a atenção à saúde e a qualidade no atendimento aos segurados. O valor recuperável da unidade geradora de caixa em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,45% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,00%.

Em 23 de agosto de 2009, a Companhia adquiriu 99% de participação societária na empresa "Itaú Auto e Residência" por meio de combinações de negócios, visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "ISAR" em 30 de setembro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 12,80% (25,14% em 2021) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,29% (3,14% em 2021).

Em 19 de junho de 2021, a Porto Serviços e Comércio adquiriu 13,5% de participação societária na empresa Petlove por meio de combinações de negócios, visando fortalecer o portfólio de seus produtos com a Petlove. A Porto Serviços e Comércio passa a oferecer todo o conjunto de soluções e conveniência da Petlove para sua base de clientes e a Petlove passa a contar com mais um produto dentro do ecossistema pet. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da Petlove em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 13,18% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,25%.

Em 1º de outubro de 2021 a Portoseg adquiriu 50,0% de participação societária na empresa ConectCar, visando à conexão entre a mobilidade e diversos serviços financeiros, permitindo ampliar e modernizar benefícios existentes, dando aos clientes do cartão de crédito Portoseg direito ao serviço de pagamento digital de pedágio e estacionamentos direto pelo aplicativo Porto Seguro Cartões, proporciona segurança no momento do pagamento. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da ConectCar em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 19,33% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,25%.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

22. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

22.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	165.352	(54.737)	110.615	134.776	(36.936)	97.840

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

22.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Aquisição CDF (i)	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Direito de uso	97.840	2.971	27.589	(17.785)	110.615

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.

23. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (23.1)	16.438.448	16.263.516	13.508.703	13.335.190
Previdência complementar (23.2)	2.985.045	2.985.045	2.921.002	2.921.002
	19.423.493	19.248.561	16.429.705	16.256.192
Circulante	13.632.844		10.670.728	
Não circulante	5.790.649		5.758.977	

23.1 SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (i)	10.957.680	10.897.298	8.412.914	8.349.285
Provisão matemática - seguros	2.338.155	2.338.155	2.248.351	2.248.351
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.241.342	2.166.544	2.011.796	1.941.526
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	593.967	554.215	462.178	422.564
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT (ii)	150.144	150.144	231.073	231.073
Demais provisões	157.160	157.160	142.391	142.391
	16.438.448	16.263.516	13.508.703	13.335.190
Circulante	13.164.990		10.355.640	
Não circulante	3.273.458		3.153.063	

(i) A evolução dos saldos está representada pelo aumento das emissões dos contratos de seguros, decorrente da retomada do mercado pós COVID-19.
(ii) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

23.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.567.000	2.589.719
Provisão matemática de benefícios concedidos	314.336	278.929
Provisão complementar de cobertura (i)	60.831	–
Demais provisões	42.878	52.354
	2.985.045	2.921.002
Circulante	467.854	315.088
Não circulante	2.517.191	2.605.914

(i) A provisão complementar de cobertura (PCC) foi constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.13.2.

23.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.615.075	186.482
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	17.441.013	109.280
Diferimento pelo risco decorrido	(16.006.106)	(112.195)
Aviso de sinistros	9.168.929	115.240
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.571.973)	(128.163)
Atualização monetária e juros	433.929	3.316
Resgates	(519.917)	–
Portabilidades líquidas	(122.333)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(8.912)	(447)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.429.705	173.513
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	22.326.829	114.876
Diferimento pelo risco decorrido	(19.750.555)	(111.941)
Aviso de sinistros	13.363.248	78.940
Pagamento de sinistros/benefícios	(12.808.303)	(86.018)
Atualização monetária e juros	606.497	4.584
Resgates	(491.104)	–
Portabilidades líquidas	(301.993)	–
Constituição/Reversão de Provisão Complementar (i)	61.283	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(12.114)	978
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.423.493	174.932
Circulante	13.632.844	160.896
Não circulante	5.790.649	14.036

(i) Vide notas explicativas nºs 3.13.2 e 23.2.

23.4 ATIVOS GARANTIDORES - CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	19.423.493	16.429.705
Direitos creditórios (i)	6.203.565	4.719.618
Custos de aquisição diferidos pagos	1.457.262	1.212.055
Ativos de resseguro	115.285	109.632
Outros	9.862	14.448
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	7.785.974	6.055.753
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	11.637.519	10.373.952
Cotas de fundos de investimento	6.779.015	4.645.181
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.614.315	3.766.088
Títulos de renda fixa - públicos	3.267.227	3.718.695
Imóveis - Uruguai	19.450	19.543
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	13.680.007	12.149.507
Excedente (E - C - D)	2.042.488	1.775.555

(i) O montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

23.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.137,7	2.508,5	2.873,8
Um ano mais tarde	1.081,8	1.097,1	1.090,6	1.182,8	1.191,0	1.221,8	1.459,6	1.545,1	2.216,9	–
Dois anos mais tarde	1.119,2	1.163,8	1.153,5	1.260,6	1.240,3	1.410,3	1.542,0	1.509,1	–	–
Três anos mais tarde	1.175,1	1.217,2	1.219,2	1.302,2	1.333,5	1.459,4	1.495,2	–	–	–
Quatro anos mais tarde	1.225,2	1.277,9	1.265,5	1.373,9	1.365,2	1.413,0	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.283,1	1.324,8	1.328,9	1.398,8	1.319,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.320,0	1.380,9	1.351,0	1.357,0	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.361,0	1.403,0	1.308,1	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.382,2	1.360,0	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa Corrente	1.382,2	1.360,0	1.308,1	1.357,0	1.319,4	1.413,0	1.495,2	1.509,1	2.216,9	2.873,8
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.281,6)	(1.108,0)	(994,6)	(960,7)	(875,8)	(1.457,0)	(1.344,2)	(1.322,1)	(1.506,7)	–
Total	(86,7)	151,4	61,5	82,8	47,3	(487,6)	195,0	36,0	523,2	2.873,8
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai										111,2
PSL e IBNR reconhecidas no balanço										2.985,0

24. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos	619.185	512.927
Resseguradoras	81.851	87.709
Outros débitos de seguros	59.199	15.147
	760.235	615.783

25. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora: Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito (i)	–	–	7.688.029	6.888.635
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	–	–	3.672.390	2.401.697
Debêntures e empréstimos (iii)	441.433	77.671	2.180.142	1.050.561
Passivos de capitalização (iv)	–	–	1.318.807	1.091.581
Captação de recursos - Depósitos (v)	–	–	51.410	952.089
Passivos de arredamento (vi)	–	–	26.780	29.499
Total	441.433	77.671	14.937.558	12.414.062
Circulante	426.850	38.088	13.581.379	11.658.869
Não circulante	14.583	39.583	1.356.179	755.193

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.
(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.
(iii) O aumento refere-se principalmente às captações de recursos para aquisições de veículos da Mobitech. Vide notas explicativas nºs 25.1 e 25.2.
(iv) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.
(v) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.
(vi) Referem-se a passivos de financiamento de veículos, máquinas e equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

25.1 DEBÊNTURES

Debêntures	Instituição	Empresa	Valor contratado	Contratação	Vencimento	Encargos	Controladora: Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
1ª emissão	Itaú BBA	Controladora	75.000	26/07/2021	26/07/2024	DI + 1,80%	79.872	77.671	79.872	77.671
1ª emissão	Bradesco BBI e Itaú BBA	Mobitech	400.000	19/11/2021	19/11/2024	DI + 1,31%	–	–	406.543	404.486
2ª emissão	Itaú BBA e Safra	Mobitech	400.000	18/05/2022	18/05/2025	DI + 1,31%	–	–	406.827	–
2ª emissão	Itaú BBA e ABC Brasil	CDF	135.040	10/10/2022	25/10/2025	DI + 2,32%	–	–	124.429	–
							79.872	77.671	1.017.671	482.157

25.2 EMPRÉSTIMOS

Empréstimos	Empresa	Vencimento	Encargos	Controladora: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Empréstimo - 4131	Controladora	out e dez 2022	taxa média de CDI + 1,5%	361.561	361.561	–
Empréstimo - 4131	Mobitech	mar e abr 2023	taxa média de CDI + 1,8%	–	263.682	–
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia	dez 2022/mai e ago 2024 e jan 2026	taxa média de CDI + 2%	–	134.568	111.429
CCB - Capital de giro - BRL	Mobitech	jan, abr e jun 2023	taxa média de CDI + 1,8%	–	288.843	456.975
Capital de giro garantido - EUR	CDF	out 2022 e mar 2025	taxa média de 3,49% + variação cambial	–	14.782	–
Capital de giro garantido - BRL	CDF	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	–	99.035	–
				361.561	1.162.471	568.404

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captação de recursos - Depósitos	Passivos de capitalização	Passivos de arrendamento	Debêntures, empréstimos e financiamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.349.263**	**990.100**	**1.185.557**	**917.486**	**20.203**	**715.797**	**9.178.406**
Aquisição/constituição	24.317.903	1.838.100	2.849.237	1.514.165	24.892	714.237	31.258.534
Atualização monetária/juros	–	109.989	51.827	46.125	1.410	19.287	228.638
Liquidação/reversão	(22.778.531)	(536.492)	(3.134.532)	(1.386.195)	(17.006)	(398.760)	(28.251.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.888.635**	**2.401.697**	**952.089**	**1.091.581**	**29.499**	**1.050.561**	**12.414.062**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	–	–	–	–	–	238.246	238.246
Aquisição/constituição	39.045.976	1.371.600	2.378.590	1.701.310	10.618	858.109	45.366.203
Atualização monetária/juros	–	389.681	64.973	71.844	1.743	704.098	1.232.339
Liquidação/reversão	(38.246.582)	(490.588)	(3.344.242)	(1.545.928)	(15.080)	(670.872)	(44.313.292)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.688.029**	**3.672.390**	**51.410**	**1.318.807**	**26.780**	**2.180.142**	**14.937.558**

26. PROVISÕES JUDICIAIS

26.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	153.894	144.974	1.307.974	1.316.777
Cíveis (b)	–	–	49.457	43.296
Trabalhistas (c)	–	–	40.855	36.524
Total	**153.894**	**144.974**	**1.398.286**	**1.396.597**
Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(144.974)	(1.303.742)	(1.243.660)
Provisão líquida	**–**	**–**	**94.544**	**152.937**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS	27.280	25.698	591.068	560.911
COFINS	126.614	119.276	333.215	315.004
Processos com adesão ao REFIS (i)	–	–	288.478	356.218
Outros	–	–	95.213	84.644
Total	**153.894**	**144.974**	**1.307.974**	**1.316.777**
Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(144.974)	(1.293.719)	(1.233.232)
Provisão líquida	**–**	**–**	**14.255**	**83.545**

(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) sobre a discussão de incidência do adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Porto Cia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e Portoseg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Comp anhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Controladora	Consolidado			
	Fiscais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**144.974**	**1.316.777**	**36.524**	**43.296**	**1.396.597**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	–	–	53	454	507
Constituições	–	3.757	30.233	32.127	66.117
Êxitos/reversões	–	(84.728)	(18.979)	(19.227)	(122.934)
Pagamentos	–	–	(11.931)	(12.920)	(24.851)
Atualização monetária	8.920	72.168	4.955	5.727	82.850
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**153.894**	**1.307.974**	**40.855**	**49.457**	**1.398.286**
(–) Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(1.293.719)	(2.937)	(7.086)	(1.303.742)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2022	**–**	**14.255**	**37.918**	**42.371**	**94.544**
Quantidade de processos	2	63	712	3.400	4.175

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

26.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	1.156.908	1.193.143
Cíveis	232.496	201.549
Trabalhistas	6.939	4.981
Total	**1.396.343**	**1.399.673**

(a) Processos fiscais e previdenciários

O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 1.156.908 (R$ 810.560 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 439.799 (R$ 323.980 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 406.308 (R$ 287.271 de possível impacto no lucro líquido).

27. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**213.573**	**(81.865)**	**131.708**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	4.950	(403)	4.547
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	28.212	–	28.212
Apropriação dos juros	–	14.153	14.153
Pagamentos	(29.683)	–	(29.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**217.052**	**(68.115)**	**148.937**
Circulante			16.016
Não circulante			132.921

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

28. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores	229	10.845	407.254	307.210
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (i)	366.774	–	366.774	–
Receitas a diferir (ii)	–	–	280.350	108.084
Participações nos lucros	9.500	12.252	145.361	250.325
Provisão de férias e encargos	–	–	150.070	125.763
Valores a pagar - cartão de crédito	–	–	116.938	91.229
Benefícios pós emprego	–	–	83.104	77.182
Operações de "swap" (iii)	3.589	–	47.140	–
Provisão de "profit sharing"	–	–	34.983	33.957
Devolução a consorciados (iv)	–	–	8.479	81.760
Outros	–	–	97.373	92.783
	380.092	**23.097**	**1.737.826**	**1.168.293**
Circulante	13.318	23.097	1.099.476	982.677
Não circulante	366.774	–	638.350	185.616

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.2.

(ii) Referem-se a: receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove, receitas com taxa de adesão da Porto Consórcio e outras receitas das controladas CDF S.A. e CDF LTDA.

(iii) Refere-se a perda de operações com "swap" (vide nota explicativa nº 15).

(iv) Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor as Resoluções BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021 e IN BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021, determinando a reclassificação do saldo de recursos não procurados (RNP) para contas de compensação. Sem essa alteração, o saldo em 31 de dezembro de 2022 seria R$ 68.057.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000 (R$ 8.500.000 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Qtde. de ações ordinárias	% participação	Qtde. de ações ordinárias	% participação
PSIUPAR	457.883.778	70,8%	457.883.778	70,8%
Ações em tesouraria	8.562.548	1,3%	8.874.272	1,4%
Ações em circulação	180.139.734	27,9%	179.828.010	27,8%
	646.586.060	**100,0%**	**646.586.060**	**100,0%**

(b) RESERVA DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente da contraprestação transferida a valor justo tendo como montante R$ 644.329 equivalente a 18,83% da Porto Assistência e 81,17% da CDF em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e, adicionalmente, a redução da participação societária da Porto Assistência de 100% para 81,17% que ocorreu por seu valor contábil (R$ 10.207), visto que a Companhia manteve seu controle, resultando em um efeito de R$ 634.122 em Transação de capital com acionistas.

(c) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 177.425 (R$ 120.683 em dezembro de 2021).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 1.458.225 (R$ 680.971 em 31 dezembro de 2021).

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 4 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: início em 4 de fevereiro de 2022 à 3 de fevereiro de 2023;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 17.973.306 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**205.493**	**8.874**	**23,18**	**145**
Alienadas	(6.476)	(311)	20,64	460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**199.017**	**8.563**	**23,18**	**605**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R$ 198.233 (R$ 185.650 em 31 de dezembro de 2021).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A AGOE de 31 de março de 2022 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de R$ 629.500, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio "JCP" imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2021, no valor de R$ 344.062, líquidos de imposto de renda; (ii) dividendos complementando o mínimo obrigatório no valor de R$ 23.709; e (iii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2021, no valor de R$ 261.729. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou pagamento integral de juros sobre capital próprio e dividendos, em 11 de abril e 25 de novembro de 2022, respectivamente.

Conforme aviso aos acionistas de 24 de agosto de 2022 e 26 de outubro de 2022, a Companhia creditou contabilmente R$ 397.575 e R$ 56.000, respectivamente, brutos de imposto de renda (R$ 391.301 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de janeiro a outubro de 2022, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 31 de março de 2023.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.134.847	1.544.249
(–) Reserva legal - 5%	(56.742)	(77.212)
Ajustes de IFRS	35.831	4.046
Lucro básico para determinação do dividendo	**1.113.936**	**1.471.083**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**278.484**	**367.771**
Dividendos complementares propostos	112.817	261.729
Total de dividendos/JCP complementares	**112.817**	**261.729**
Total de dividendos (B)	**391.301**	**629.500**
Total por ação (R$)	**0,60759**	**0,97745**
Distribuição total (B/A)	**34,5%**	**40,8%**

(f) Remuneração em ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**20.430**	**7.314**
Diferimento do exercício	97.275	13.116
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(6.476)	–
Saldo final	**111.229**	**20.430**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**23,52**	**26,79**

	Quantidade	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**743.875**	**240.324**
Diferimento de do exercício	2.855.900	503.551
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(312)	–
Saldo final	**3.599.463**	**743.875**

(g) PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R$57.950 refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre a controlada CDF, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.3.2.

30. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	14.200.013	–	14.200.013	10.841.384	–	10.841.384
Saúde	3.135.247	–	3.135.247	2.198.358	–	2.198.358
Patrimonial	2.096.972	(27.250)	2.069.722	1.793.542	(51.407)	1.742.135
Pessoas	1.296.873	(34.109)	1.262.764	1.047.457	(22.335)	1.025.122
Riscos financeiros	796.139	(6.607)	789.532	763.454	(6.765)	756.689
VGBL	279.513	–	279.513	293.666	(55)	293.611
Transportes	260.612	(4)	260.608	227.753	(1.933)	225.820
Outros	663.482	(68.825)	594.657	546.456	(43.335)	503.121
	22.728.851	**(136.795)**	**22.592.056**	**17.712.070**	**(125.830)**	**17.586.240**

31. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cartão de crédito	1.737.553	1.102.833
"Interchange" (*)	642.153	535.240
Financiamentos	380.707	350.510
Empréstimos	130.206	84.738
Outras	52.305	46.078
	2.942.924	**2.119.399**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

32. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Consórcio	558.020	487.105
Porto Assistência	341.304	–
Mobitech	298.013	172.859
Porto Atendimento	271.186	244.892
CDF S.A.	80.518	–
Portopar e Porto Investimentos	77.541	71.909
Porto Serviços e Comércio	71.497	62.501
Porto Seguro Saúde Ocupacional	69.745	65.259
Serviços Médicos	66.607	63.237
Crediporto	44.218	59.841
Proteção e Monitoramento	11.657	10.846
Outras	82.892	71.270
	1.973.198	**1.309.719**

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Venda de imóveis e Investimentos (i)	133.494	275.422
Outras receitas com cartão de crédito	56.038	48.748
Previdência	31.762	28.116
Seguros (ii)	25.347	7.436
Outras	19.817	27.511
	266.458	**387.233**

(i) Em 2022, o montante deve-se principalmente ao ganho decorrente da aquisição da Petlove, após conclusão do laudo de avaliação PPA e a alienação de veículos da Mobitech. Em 2021, corresponde principalmente ao valor justo da troca de controle da Petlove (vide nota explicativa nº 2.5 (c) (i)).
(ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio.

34. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.475.309	2.471.428	1.095.826	1.083.668
Provisão matemática	279.288	279.288	296.127	296.127
Provisão de plano de previdência	191.374	191.374	133.179	133.179
	2.945.971	**2.942.090**	**1.525.132**	**1.512.974**

35. SINISTROS RETIDOS - CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	9.179.952	(31)	9.179.921	6.705.578	269	6.705.847
Saúde	2.543.650	–	2.543.650	1.739.276	–	1.739.276
Patrimonial	742.882	(13.833)	729.049	569.645	(13.915)	555.730
Pessoas	429.082	(33.230)	395.852	509.214	(30.435)	478.779
Riscos financeiros	454.030	320	454.350	293.450	1.682	295.132
Outros	331.797	(30.499)	301.298	331.598	(58.537)	273.061
	13.681.393	**(77.273)**	**13.604.120**	**10.148.761**	**(100.936)**	**10.047.825**

36. CUSTOS DE AQUISIÇÃO - SEGUROS (*) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	2.674.484	2.424.193
Patrimonial	571.255	496.648
Pessoas	348.323	303.953
Saúde	272.391	175.819
Riscos financeiros	125.007	112.022
Outros	201.812	185.314
	4.193.272	**3.697.949**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

37. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal e benefícios pós-emprego	8.183	24.923	1.995.367	1.884.376
Serviços de terceiros (i)	12.931	5.732	895.065	768.892
Localização e funcionamento	2.226	1.763	498.141	418.332
Participação nos lucros	12.294	9.280	279.061	310.575
Publicidade	451	496	132.356	103.848
Donativos e contribuições	–	–	37.569	39.179
Programa Meu Porto Seguro (ii)	–	–	–	48.843
Outras	468	632	45.691	27.721
	36.553	**42.826**	**3.883.250**	**3.601.766**

(i) O aumento na Controladora deve-se principalmente a prestação de serviços de assessoria financeira, relativo a conclusão da aquisição da CDF (vide nota explicativa nº 1.2.3.2).
(ii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início em julho de 2020 e foi encerrado no decorrer de 2021.

38. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	35.977	19.719	495.356	434.089
PIS	7.811	4.281	84.034	70.333
Imposto sobre serviços	–	–	56.993	46.182
Outras	818	1.643	75.722	66.805
	44.606	**25.643**	**712.105**	**617.409**

39. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Captação de recursos	–	–	1.272.320	813.377
Provisão para riscos de créditos	–	–	1.018.736	583.613
Serviços de assistência	–	–	93.210	145.815
Cobranças e adm. de apólices e contratos	–	–	78.933	56.824
Encargos sociais de operações com seguros	–	–	40.426	40.707
Provisão para devedores duvidosos - seguros	–	–	(6.006)	(5.820)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.622	12.622	19.646	12.622
Outras	5.830	734	141.766	126.842
	18.452	**13.356**	**2.659.031**	**1.773.980**

40. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	135.044	146.362	816.208	601.208
Operações de PGBL/VGBL	–	–	454.182	204.646
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	–	–	288.855	491.775
Operações de seguros	–	–	155.073	147.970
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.920	2.932	31.672	21.962
Variação cambial - empréstimos	30.593	–	30.593	–
Outras	14.173	4.121	124.590	91.231
	188.730	**153.415**	**1.901.173**	**1.558.792**

41. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atualização monetária - PGBL e VGBL	–	–	390.030	63.485
Despesas com empréstimos	60.712	2.671	333.620	93.410
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	59.040	137.767	224.950	350.381
Atualização monetária - passivos de previdência	–	–	141.348	261.340
Atualização monetária - passivos de seguro	–	–	75.119	109.104
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	8.920	6.874	15.684	71.450
Outras	15.935	15.247	116.109	140.911
	144.607	**162.559**	**1.296.860**	**1.090.081**

42. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

42.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 6,5 mil participantes ativos (6,0 mil em dezembro de 2021). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 24.329 em dezembro de 2022 (R$ 20.894 em dezembro de 2021).

42.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**77.182**	**57.943**
Custo de juros	4.625	3.317
Custo dos benefícios	7.729	4.170
Ganho atuarial sobre a obrigação	(6.170)	(8.519)
Benefícios pagos	(2.290)	(1.308)
Outros	2.028	21.579
Saldo final do passivo	**83.104**	**77.182**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	6,23%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	5,02%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	5,02%

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar nos montantes de R$ 30.320 (vide nota explicativa nº 16) e R$ 262.337 (vide nota explicativa nº 28) respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
(iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
(iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
(viii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
(xi) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e
(xii) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Cia	1.170.621	877.762	705.623	237.332
Porto Atendimento	231.244	235.459	118.888	116.818
Porto Saúde	182.373	182.365	149.997	125.195
Crediporto	50.251	69.261	9.959	7.505
Porto Investimentos	16.055	12.474	6.205	12.737
Portoseg	15.263	12.291	283.219	241.939
Porto Capitalização	8.409	7.343	11.590	12.629
Itaú Auto e Residência	1.583	1.553	75.283	47.796
Porto Vida	–	–	30.321	30.296
Azul Seguros	–	–	697.746	376.897
Serviços Médicos	458	–	36.594	40.312
Porto Consórcio	537	–	94.218	69.343
Porto Assistência	668.044	–	59.960	–
Demais	35.046	13.132	100.281	92.841
	2.379.884	**1.411.640**	**2.379.884**	**1.411.640**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 145.513 (R$ 77.054 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 997.175 no passivo da Portoseg (R$ 1.447.511 em dezembro de 2021) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

43.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de
Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	12.294	9.280	106.476	104.200
Honorários e encargos	5.469	5.398	43.831	33.949
	17.763	**14.678**	**150.307**	**138.149**

44. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.134.847	1.544.249
Média ponderada do número de ações durante o período	644.166	644.025
Lucro por ação básico e diluído (R$)	1,76173	2,39781

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

AMERICANAS

A Companhia não detém exposições relevantes de forma direta ou indireta por meio de suas controladas e coligadas com as Americanas.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
Vice-Presidente

ANA LUÍZA CAMPOS GARFINKEL
Conselheira

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Conselheiro

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Conselheiro independente

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira independente

PEDRO LUIZ CERIZE
Conselheiro independente

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC SP 255783/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 07 de fevereiro de 2023 e a ser entregue assinado em 08 de fevereiro de 2023, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Edson Frizzarim
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Clodomir Félix Fialho Cachem Júnior

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2022

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2022 até a presente data.

No período compreendido entre 30 de agosto de 2022 e 08 de fevereiro de 2023, inclusive, ocorreram sete reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de Controles Internos da Porto Seguro ao longo do segundo semestre de 2022, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela Auditoria Interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A Ernst & Young (EY) audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Porto Seguro, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a EY manteve sua independência e trabalhou com objetividade avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período.

Acompanhamento das demonstrações financeiras semestrais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Na mesma oportunidade, o Comitê se reuniu com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do mesmo período. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do período, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão: Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023
Paulo Sérgio Kakinoff - Coordenador
Cynthia Nesanovis Catlett
Eduardo Rogatto Luque

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Mensuração e reconhecimento dos passivos de contratos de seguros e previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 23, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e previdência complementar no montante de R$ 19.423.493 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo das provisões técnicas constituídas pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito *(impairment)* de empréstimos e recebíveis

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 10, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito *(impairment)*. Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente:

Os exames do balanço patrimonial, e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis, descritos nas notas explicativas nº 2.4 (a) e (b), foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 04 de fevereiro de 2022. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, revisamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, descritos nas notas explicativas nº 2.4 (a) e (b), e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram efetuados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos referentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre esses valores tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/0-6
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia
Contadora - CRC-1SP198827/O-3
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia
Contadora - CRC-1SP300514/O-5

Quem tem Porto tem

PortoSeguro PortoBank PortoSaúde

Consulte o seu Corretor ou acesse **www.portoseguro.com.br**

Informações reduzidas. Consulte as condições e informações dos produtos contratados no site www.portoseguro.com.br. Porto Seguro Cia de Seguros Gerais Av. Rio Branco 1489; Rua Guaianases 1238 – Campos Elíseos – CEP 01205-001. O registro dos produtos são automáticos e não representam aprovação ou recomendação por parte da Susep. Para entrar em contato: 333 PORTO (333 76786 - Grande São Paulo) | 4004 PORTO (4004 76786 - Capitais e grandes centros) | 0300 3376786 (Demais localidades) | 0800 727 2766 (SAC - atendimento e reclamações) | 0800 727 8736 (SAC 24h - atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | 0800 727 1184 (ouvidoria@portoseguro.com.br - Ouvidoria - de segunda a sexta das 8h15 às 18h30, exceto feriados).

ANS - Nº 00058-2

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 13.783,9 milhões, aumento de R$ 3.175,9 milhões ou 29,9% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,2%, com redução de 3,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 346,4 milhões, aumento de R$ 38,2 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 96,8%, aumento de 2,5 pontos percentuais em relação aos 94,3% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 94,0%, aumento de 2,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 674,8 milhões, registrando redução de R$ 247,4 milhões ou 26,8% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 1,02 em 2022 e R$ 1,58 em 2021.

• Investimentos e novos negócios
A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 379,0 milhões em 2022. Do total investido, R$ 280,3 milhões foram destinados a *"softwares"* e R$ 98,7 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas *"commodities"*, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**9.450.259**	**6.865.452**
Disponível		81.343	77.441
Caixa e bancos		81.343	77.441
Equivalentes de caixa	7	616.062	110.105
Aplicações	8	1.349.027	922.474
Créditos das operações com seguros e resseguros		5.214.313	3.805.142
Prêmios a receber	9.1	5.039.456	3.732.906
Operações com seguradoras		128.453	4.855
Operações com resseguradoras		46.404	67.381
Outros créditos operacionais		167.459	158.355
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	156.157	153.474
Títulos e créditos a receber		233.978	216.814
Títulos e créditos a receber	10	60.971	60.018
Créditos tributários e previdenciários	11	83.268	65.226
Outros créditos		89.739	91.570
Outros valores e bens	13	127.572	198.202
Bens à venda		31.171	106.576
Outros valores		96.401	91.626
Despesas antecipadas		67.165	83.624
Custos de aquisição diferidos	14	1.437.183	1.139.821
Seguros		1.437.183	1.139.821
Não circulante		**8.439.846**	**7.962.759**
Realizável a longo prazo		4.692.820	4.479.048
Aplicações	8	2.312.397	2.366.205
Créditos das operações com seguros e resseguros		405.924	301.708
Prêmios a receber	9.1	405.924	301.708
Outros créditos operacionais		488	189
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	14.032	13.734
Títulos e créditos a receber		1.692.553	1.624.857
Títulos e créditos a receber	10	6.422	5.623
Créditos tributários e previdenciários	11	667.640	567.247
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.014.873	1.045.222
Outros créditos		3.618	6.765
Despesas antecipadas		–	6.453
Outros valores e bens	13	187.412	108.869
Custos de aquisição diferidos	14	80.014	57.033
Seguros		80.014	57.033
Investimentos		2.031.552	1.519.376
Participações societárias	15	2.031.552	1.519.376
Imobilizado	16	279.856	708.970
Imóveis de uso próprio		43.584	467.960
Bens móveis		110.444	80.594
Outras imobilizações		125.828	160.416
Intangível	17	1.435.618	1.255.365
Outros intangíveis		1.435.618	1.255.365
Total do ativo		**17.890.105**	**14.828.211**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**10.176.401**	**8.060.215**
Contas a pagar		833.321	831.952
Obrigações a pagar	18.1	184.671	367.339
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	360.225	274.855
Encargos trabalhistas		100.756	88.907
Empréstimos e financiamentos	19	119.365	77.800
Impostos e contribuições		65.910	20.694
Outras contas a pagar		2.394	2.357
Débitos de operações com seguros e resseguros	20	597.780	506.553
Prêmios a restituir		15.670	10.554
Operações com seguradoras		5.030	378
Operações com resseguradoras		72.963	84.997
Corretores de seguros e resseguros	20.1	455.806	363.432
Outros débitos operacionais		48.311	47.192
Depósitos de terceiros	21	9.183	32.376
Provisões técnicas - seguros	22	8.703.229	6.669.253
Danos		8.005.599	6.083.876
Pessoas		370.279	305.578
Vida individual		327.351	279.799
Outros débitos	23.2	32.888	20.081
Débitos diversos		32.888	20.081
Não circulante		**2.125.097**	**1.983.934**
Contas a pagar		187.895	219.579
Obrigações a pagar	18.1	71.178	66.316
Tributos diferidos	11.1.3	74.735	90.135
Empréstimos e financiamentos	19	41.982	63.128
Provisões técnicas - seguros	22	965.608	747.469
Danos		844.378	662.744
Pessoas		86.492	53.307
Vida individual		34.738	31.418
Outros débitos		971.594	1.016.886
Provisões judiciais	23	866.220	912.121
Débitos diversos	23.2	105.374	104.765
Patrimônio líquido		**5.588.607**	**4.784.062**
Capital social		2.914.266	2.552.441
Aumento/redução de capital (em aprovação)		391.579	112.000
Reservas de reavaliação		20.256	62.763
Reservas de lucros		2.466.025	2.224.952
Ajustes de avaliação patrimonial		(203.519)	(168.094)
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.890.105**	**14.828.211**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	25	13.783.926	10.608.060
Variações das provisões técnicas de prêmios	26	(1.985.506)	(862.149)
Prêmios ganhos	**25**	**11.798.420**	**9.745.911**
Sinistros ocorridos	**27**	**(6.508.260)**	**(4.584.197)**
Custos de aquisição	**28**	**(2.776.841)**	**(2.441.616)**
Outras receitas e despesas operacionais	**29**	**(195.476)**	**(220.812)**
Resultado com resseguro		**(33.307)**	**(16.806)**
Receitas com resseguro		81.492	97.994
Despesas com resseguro		(114.799)	(114.800)
Despesas administrativas	**30**	**(1.670.276)**	**(1.683.935)**
Despesas com tributos	**31**	**(267.659)**	**(255.447)**
Resultado financeiro	**32**	**346.427**	**308.249**
Resultado patrimonial		**93.108**	**135.147**
Resultado operacional		**786.136**	**986.494**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	**33**	**27.437**	**(2.796)**
Resultado antes dos impostos e participações		**813.573**	**983.698**
Imposto de renda	**11.3**	**30.926**	**92.204**
Contribuição social	**11.3**	**19.726**	**62.511**
Participações sobre o lucro		**(189.425)**	**(216.167)**
Lucro líquido do exercício		**674.800**	**922.246**
Quantidade de ações (mil)		660.488	583.687
Lucro líquido por ação - R$		1,02	1,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício		**674.800**	**922.246**
Outros resultados abrangentes		**(35.425)**	**(242.450)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladas		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outros		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		**639.375**	**679.796**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/Redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**2.272.441**	**–**	**64.843**	**1.644.343**	**74.356**	**–**	**4.055.983**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(123.906)	–	–	(123.906)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269		30.000	–	–	–	–	–	30.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547		250.000	–	–	–	–	–	250.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	112.000	–	–	–	–	112.000
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(2.799)	–	–	2.799	–
Outros		–	–	719	–	–	–	719
Ajuste de exercícios anteriores - controladas		–	–	–	36.612	–	–	36.612
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	8.924	–	–	8.924
Adoção inicial CPC 06		–	–	–	(18.717)	–	–	(18.717)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(242.450)	–	(242.450)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	922.246	922.246
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	46.112	–	(46.112)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	631.584	–	(631.584)	–
JCP (R$ 0,32 por ação)		–	–	–	–	–	(184.102)	(184.102)
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,11 por ação)		–	–	–	–	–	(63.247)	(63.247)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**2.552.441**	**112.000**	**62.763**	**2.224.952**	**(168.094)**	**–**	**4.784.062**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	**(220.000)**	–	–	(220.000)
Aumento/Redução de capital:	24 a							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 640		**112.000**	**(112.000)**	**–**	**–**	**–**	**–**	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707		**86.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687		**105.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 845		**10.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1021		**45.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1172		**20.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP		**(16.175)**	**–**	**–**	**(1.321)**	**–**	**–**	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		**–**	**20.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	20.000
AGE de 30 agosto de 2022		**–**	**213.965**	**–**	**–**	**–**	**–**	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		**–**	**135.614**	**–**	**–**	**–**	**–**	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022		**–**	**22.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	22.000
Reserva de reavaliação								
Realização	24 c	–	–	(70.182)	–	–	70.182	–
Outros		–	–	27.675	–	–	–	27.675
Ajuste de períodos anteriores - controladas	24 d	–	–	–	(14.011)	–	–	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 f	–	–	–	79.020	–	–	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas	24 f	–	–	–	(5.429)	–	–	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial	24 b	–	–	–	–	(35.425)	–	(35.425)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	33.740	–	(33.740)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	369.074	–	(369.074)	–
JCP (R$ 0,52 por ação)		–	–	–	–	–	(342.168)	(342.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**2.914.266**	**391.579**	**20.256**	**2.466.025**	**(203.519)**	**–**	**5.588.607**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		674.800	922.246
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		176.030	175.687
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		(4.513)	17.495
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		(27.437)	2.796
Provisões técnicas - seguros e resseguros		2.114.539	825.967
Resultado de equivalência patrimonial		(93.108)	(135.160)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		(372.745)	63.804
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.516.427)	(881.096)
Ativos de resseguro		(2.981)	13.828
Créditos fiscais e previdenciários		(18.042)	–
Ativo fiscal diferido		(100.393)	(314.529)
Despesas antecipadas		22.912	(4.997)
Depósitos judiciais e fiscais		30.349	–
Custos de aquisição diferidos		(320.343)	(153.313)
Outros ativos		(376.778)	(343.373)
Impostos e contribuições		123.836	203.926
Outras contas a pagar		(60.039)	109.923
Débitos de operações com seguros e resseguros		91.227	156.638
Depósitos de terceiros		(23.193)	29.697
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros		137.576	270.170
Provisões judiciais		(45.901)	34.058
Passivos de arrendamento		13.416	124.846
Outros passivos		412.992	95.319
Caixa gerado/(consumido) pelas operações			
Recebimento de dividendos e JCP		213.516	81.251
Impostos sobre o lucro pagos		(78.620)	(211.419)
Juros sobre captação de recursos pagos		(19.140)	(7.054)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**951.533**	**1.076.710**
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		(262.343)	(376.990)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		479.263	1.581
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(98.745)	(65.150)
Intangível		(280.250)	(311.420)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(162.075)**	**(751.979)**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP	24 e	(283.247)	(289.486)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos		18.728	115.129
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		(15.080)	(58.148)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(279.599)**	**(232.505)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**509.859**	**92.226**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**187.546**	**95.320**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**697.405**	**187.546**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, n° 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	7,2%
Outros	41,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 CISÃO PORTO SEGURO ASSISTÊNCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o pedido de autorização prévia para promover a cisão parcial das suas atividades, com o objetivo de transferi-las para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

Em 26 de julho de 2022, a Porto Seguro S.A. divulgou o Comunicado ao Mercado informando que, a partir de 1º de maio de 2022, a Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Companhia, após a aprovação de intenção desta cisão junto à SUSEP, ocorrida em 19 de janeiro de 2022.

A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro.

O acervo líquido contábil, objeto da cisão mencionada, pode ser resumido como segue:

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Circulante	**33.698**	**Circulante**	**3.269**
Disponível	30.000	Contas a pagar	3.269
Caixa e bancos	30.000	Obrigações a pagar	3.269
Títulos e créditos a receber	3.698	**Não circulante**	**14.443**
Títulos e créditos a receber	3.698	Outros débitos	14.443
Não circulante	**1.511**	Provisões judiciais	14.443
Realizável a longo prazo	105	**Patrimônio líquido**	**17.497**
Títulos e créditos a receber	105	Capital social	16.176
Depósitos judiciais e fiscais	105	Reservas de lucros	1.321
Imobilizado	1.406		
Total do ativo	**35.209**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**35.209**

1.2.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado o acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando as condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e o estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 6 imóveis da Companhia ao valor de R$ 106.218, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 3 imóveis ao valor de R$ 20.418. O ganho patrimonial relativo a essa operação representa o montante de R$ 31.657 (R$ 12.134 líquidos de efeitos tributários) (vide nota explicativa nº 33).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 678/2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Dessa forma, essas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	**Atualizado**	**Atualizado Dezembro de 2021**
Caixa gerado nas operações	**1.099.933**	**(256.471)**	**843.462**
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	3.796	13.699	17.495
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.096.137	(270.170)	825.967
Variações nos ativos e passivos	**(1.196.942)**	**256.471**	**(940.471)**
Créditos das operações de seguros e resseguros	(877.300)	(3.796)	(881.096)
Ativos de resseguro	10.032	3.796	13.828
Outros ativos	(329.674)	(13.699)	(343.373)
Pagamento de provisões técnicas - seguros e resseguros	–	270.170	270.170

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas e coligadas: Azul Cia de Seguros, Porto Seguro Saúde, Porto Seguro Vida e Previdência, Porto Seguro Capitalização e Porto Seguro Uruguai, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *"hedge"*.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022, a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros desses títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente *("impairment")*.

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS *("IMPAIRMENT")*

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou *"impaired"*. Para a análise de *"impairment"*, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de *"impairment"* para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, *"ratings"* internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados *("write-off")* quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *"impairment"* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *"impairment"* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *"impairment"*.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados e recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para a venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.8 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.9 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de *"softwares"* e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *"softwares"* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de *"shadow accounting"* (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *"pro rata"* dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de *"run-off"*, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *"run-off"*, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.
Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.
Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 62,4%, e o percentual de resseguro foi de 1,1%.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.16.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).
As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.16.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.19 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos *("impairment")*, (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E *"IMPAIRMENT"* DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de *"impairment"* para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *"impairment"*, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa;
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco *("rating")* "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 88,6% (83,4% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada *("impared")*.
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.
(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.
Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.
A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	A-	3.084	28.161
	AA-	23.836	14.258
Local	BB-	5.725	10.719
	A+	1.191	1.024
	A	–	735
	BBB+	2.710	–
	A+	639	7.009
Admitida	AA-	9.219	4.842
	A	–	633
Total de recebíveis de resseguro		**46.404**	**67.381**

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de *"stress"*), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i) :

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	912.867	40.322	604.268	25.532
Fluxo de 1 a 30 dias	1.978.646	848.990	931.883	754.843
Fluxo de 2 a 6 meses	2.959.388	3.620.837	2.151.743	2.401.853
Fluxo de 7 a 12 meses	926.539	1.912.556	624.728	1.207.151
Fluxo acima de 1 ano	3.828.323	1.131.219	3.503.480	797.882
	10.605.763	**7.553.924**	**7.816.102**	**5.187.261**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	57,0%	71,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	17,7%	12,4%
Prefixados	20,5%	6,8%
Ações	1,7%	4,3%
Outros	3,1%	4,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de *"stress"* da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de *"stress"*, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(335.092)
	+ 25 b.p.	(183.851)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(78.140)
	- 10 b.p.	335.092
	- 25 b.p.	183.851
	- 50 b.p.	78.140
	+ 50 b.p.	(62.162)
	+ 25 b.p.	(31.837)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(12.924)
	- 10 b.p.	62.162
	- 25 b.p.	31.837
	- 50 b.p.	12.924
	+ 50 b.p.	(5.131)
	+ 25 b.p.	(4.276)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(3.421)
	- 10 b.p.	5.131
	- 25 b.p.	4.276
	- 50 b.p.	3.421
	± 34%	82.037
Ações	± 17%	41.019
	± 9%	20.509

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

(*) Bruto de Resseguro

											Dezembro de 2022	
Região	**Automóvel**	**%**	**Residencial**	**%**	**Vida**	**%**	**Riscos Financeiros**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.793	2,74%	41.384	4,51%	810.112	5,96%
Nordeste	710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%	32.965	3,59%	891.538	6,56%
Norte	153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%	12.702	1,38%	211.305	1,55%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%	721.840	78,62%	9.891.441	72,75%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%	109.227	11,90%	1.791.773	13,18%
Total Geral	**9.484.181**	**100,00%**	**1.617.274**	**100,00%**	**780.863**	**100,00%**	**795.733**	**100,00%**	**918.118**	**100,00%**	**13.596.169**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

											Dezembro de 2022	
Região	**Automóvel**	**%**	**Residencial**	**%**	**Vida**	**%**	**Riscos Financeiros**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%	38.495	4,50%	804.587	5,97%
Nordeste	710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,39%	31.061	3,63%	886.274	6,57%
Norte	153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%	12.249	1,43%	209.767	1,56%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%	637.453	80,50%	672.780	78,61%	9.807.905	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%	120.289	15,19%	101.260	11,83%	1.776.972	13,18%
Total Geral	**9.484.784**	**100,00%**	**1.591.917**	**100,00%**	**761.112**	**100,00%**	**791.847**	**100,00%**	**855.845**	**100,00%**	**13.485.505**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ 81.397 e (R$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

											Dezembro de 2021	
Região	**Automóvel**	**%**	**Residencial**	**%**	**Vida**	**%**	**Riscos Financeiros**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	408.133	3,86%	69.628	0,66%	34.784	0,33%	21.080	0,20%	31.750	0,30%	565.375	5,34%
Nordeste	567.181	5,36%	75.471	0,71%	41.955	0,40%	13.837	0,13%	27.241	0,26%	725.685	6,85%
Norte	107.841	1,02%	22.008	0,21%	13.955	0,13%	1.937	0,02%	12.431	0,12%	158.172	1,49%
Sudeste	5.202.266	49,14%	971.576	9,18%	449.476	4,25%	601.578	5,68%	586.458	5,54%	7.811.354	73,79%
Sul	838.327	7,92%	188.424	1,78%	89.951	0,85%	123.709	1,17%	85.440	0,81%	1.325.851	12,52%
Total Geral	**7.123.748**	**67,29%**	**1.327.107**	**12,54%**	**630.121**	**5,95%**	**762.141**	**7,20%**	**743.320**	**7,02%**	**10.586.437**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

											Dezembro de 2021	
Região	**Automóvel**	**%**	**Residencial**	**%**	**Vida**	**%**	**Riscos Financeiros**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	408.133	3,90%	67.719	0,65%	33.897	0,32%	20.860	0,20%	28.982	0,28%	559.591	5,34%
Nordeste	567.180	5,41%	71.967	0,69%	40.817	0,39%	13.134	0,13%	25.888	0,25%	718.986	6,86%
Norte	107.841	1,03%	20.570	0,20%	13.645	0,13%	1.807	0,02%	12.088	0,12%	155.951	1,49%
Sudeste	5.202.249	49,65%	940.329	8,97%	437.620	4,18%	598.985	5,72%	553.010	5,28%	7.732.193	73,80%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%	123.371	1,18%	79.445	0,76%	1.310.691	12,51%
Total Geral	**7.123.729**	**67,99%**	**1.281.825**	**12,23%**	**614.288**	**5,86%**	**758.157**	**7,24%**	**699.413**	**6,68%**	**10.477.412**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ (18.747) e R$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(478.849)	60.038
Sinistros - aumento de 50,0%	(324.712)	474.314

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(56.117)	(46.239)
Sinistros - aumento de 50,0%	123.790	110.048

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.057	20.337
Sinistros - aumento de 50,0%	68.473	84.095

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Patrimônio líquido	**5.588.607**	**4.784.062**
(+/–) Ajustes contábeis	**(4.206.910)**	**(3.853.858)**
Participações societárias	(2.031.552)	(1.519.376)
Despesas antecipadas	(67.165)	(90.077)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(232.665)	(233.193)
Ativos intangíveis	(1.435.618)	(1.255.365)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(43.304)	(18.556)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(353.022)	(269.331)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(43.584)	(467.960)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(17.640)**	**(17.613)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(17.640)	(17.613)
PLA de nível 1	**1.364.056**	**912.591**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.005.743	932.127
PLA de nível 2	**1.005.743**	**932.127**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	353.022	269.331
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	43.584	467.960
PLA de nível 3	**396.606**	**737.291**
Excesso de Nível 2 (-)	(182.022)	(303.688)
Excesso de Nível 3 (-)	(43.584)	(467.960)
Excesso de níveis 2 e 3	**(225.606)**	**(771.648)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**2.540.799**	**1.810.361**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**2.353.487**	**1.795.540**
Capital de risco de subscrição	2.128.206	1.583.975
Capital de risco de mercado	223.789	249.084
Capital de risco de crédito	145.422	130.198
Capital de risco operacional	80.959	61.271
Benefício da correlação entre riscos	(224.889)	(228.988)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**2.353.487**	**1.795.540**
Suficiência de capital	**187.312**	**14.821**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Equivalentes de caixa (*)	616.062	110.105
	616.062	**110.105**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

			Dezembro de 2022			Dezembro de 2021
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.248	–	1.248	1.112	–	1.112
Outras	1.871	–	1.871	1.662	–	1.662
	3.119	**–**	**3.119**	**2.774**	**–**	**2.774**
Fundos exclusivos						
LFTs	749.899	–	749.899	378.269	–	378.269
Cotas de fundos	171.009	–	171.009	192.184	–	192.184
Ações de companhias abertas	76.565	–	76.565	156.033	–	156.033
Letras Financeiras - privadas	–	84.304	84.304	–	79.744	79.744
Outros	–	80.985	80.985	–	115.132	115.132
	997.473	**165.289**	**1.162.762**	**726.486**	**194.876**	**921.362**
Total	**1.000.592**	**165.289**	**1.165.881**	**729.260**	**194.876**	**924.136**
Circulante			1.164.010			922.474
Não circulante			1.871			1.662
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**32%**			**28%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Carteira própria	**Nível 1**	**Nível 1**
NTNs - B	1.582.127	1.852.740
LTNs	65.679	–
Total	**1.647.806**	**1.852.740**
Circulante	65.679	–
Não Circulante	1.582.127	1.852.740
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**45%**	**56%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.936.313 (R$ 2.078.321 em dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Fundos exclusivos		
NTNs - B	728.399	511.803
LTNs	119.338	–
Não circulante	**847.737**	**511.803**
Circulante	119.338	–
Não Circulante	728.399	511.803
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**23%**	**16%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 818.336 (R$ 479.779 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Saldo inicial	**3.398.784**	**3.384.078**
Aplicações	3.807.887	4.091.756
Resgates	(3.154.579)	(4.146.423)
Rendimentos	288.316	360.455
Ajuste a valor de mercado	(62.922)	(291.082)
Saldo final	**4.277.486**	**3.398.784**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Ativo circulante (*)	11.032.386	8.718.192
Passivo circulante	10.164.824	8.060.215
Índice de liquidez corrente	**1,09**	**1,08**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	4,60	1,71
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,09	0,18
Carteira própria		
NTNs B - IPCA+	3,78	3,19

(*) Vide nota explicativa nº 7.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.348.902	(2.042)	3.346.860	2.411.495	(1.761)	2.409.734
Pessoas	563.842	(2.308)	561.534	434.672	(6.721)	427.951
Patrimonial	544.689	(5.638)	539.051	427.474	(4.260)	423.214
Riscos financeiros	906.810	(1.856)	904.954	712.235	(1.857)	710.378
Transportes	54.514	(1.428)	53.086	32.052	(1.754)	30.298
Animal/Rural	7.363	(68)	7.295	9.949	(37)	9.912
Responsabilidade	32.703	(103)	32.600	23.220	(93)	23.127
	5.458.823	**(13.443)**	**5.445.380**	**4.051.097**	**(16.483)**	**4.034.614**
Circulante			5.039.456			3.732.906
Não circulante			405.924			301.708

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	5.268.601	3.873.516
Vencidos de 1 a 30 dias	130.290	121.939
Vencidos 31 a 60 dias	19.638	19.608
Vencidos 61 a 120 dias	15.820	16.052
Acima de 120 dias	24.474	19.982
	5.458.823	**4.051.097**
Redução ao valor recuperável	(13.443)	(16.483)
	5.445.380	**4.034.614**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**4.034.614**	**3.171.123**
Prêmios emitidos	15.036.022	11.529.516
IOF	824.838	642.777
Adicional de fracionamento	64.384	58.688
Prêmios cancelados	(1.244.128)	(827.159)
Recebimentos	(13.273.390)	(10.544.127)
Redução ao valor recuperável	3.040	3.796
Saldo final	**5.445.380**	**4.034.614**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**16.483**	**20.279**
Provisões constituídas	13.930	9.379
Reversões e baixas	(15.543)	(12.272)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(1.427)	(903)
Saldo final	**13.443**	**16.483**

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" (vide nota explicativa nº 29).

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 5	50,1%	52,9%
Automóvel	6 a 11	42,8%	41,6%
	12	7,2%	5,5%
	1 a 5	57,0%	59,2%
Ramos elementares	6 a 11	37,2%	35,6%
	12	5,8%	5,2%
	1 a 5	28,3%	27,6%
Vida	6 a 11	5,8%	5,0%
	12	65,9%	67,4%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Direito a ressarcimentos (i)	35.848	32.549
Dividendos e JCP	1.757	20.558
Outros	29.788	12.534
	67.393	**65.641**
Circulante	60.971	60.018
Não circulante	6.422	5.623

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimentos originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	5.144	61,4%	4.261	57,7%
2º mês	3.513	13,5%	3.222	14,4%
3º mês	2.797	5,1%	2.376	5,7%
4º mês	2.297	3,3%	2.102	2,7%
5º mês	2.007	1,8%	1.868	1,9%
6º mês	1.723	1,1%	1.734	1,2%
7º mês	1.571	0,7%	1.578	1,0%
8º mês	1.408	0,7%	1.466	0,8%
9º mês	1.287	0,4%	1.368	0,7%
10º mês	1.223	0,3%	1.290	0,6%
11º mês	1.135	0,3%	1.193	0,8%
12º mês	1.055	0,3%	1.111	0,5%
13º ao 18º mês	4.866	0,2%	5.143	2,8%
19º ao 24º mês	3.216	2,0%	2.515	1,6%
25º ao 30º mês	2.110	2,2%	999	1,4%
Após o 30º mês	496	6,8%	323	6,2%
	35.848	**100%**	**32.549**	**100%**
Circulante	29.426		26.974	
Não circulante	6.422		5.575	

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de ressarcimentos entre estimados e ativados, respaldada pelo valor de recuperações correspondentes aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Companhia por sinistros pagos (ativada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**32.548**	**26.028**
Constituições	3.535	71.548
Reversão	(235)	(4.262)
Saldo final	**35.848**	**93.314**

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (ii)	666.975	566.582
Contribuição social (i)	19.992	30.535
Imposto de renda (i)	43.946	28.422
PIS e COFINS	706	361
Outros	19.289	6.573
	750.908	**632.473**
Circulante	83.268	65.226
Não circulante	667.640	567.247

(i) O aumento deve-se, principalmente, aos créditos tributários da Lei do Bem.
(ii) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (i)	313.913	37.277	(19.302)	331.888
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	90.234	61.320	(36.151)	115.403
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	64.058	26.394	(9.165)	81.287
Benefício a empregados	31.652	6.001	(4.435)	33.218
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	20.653	16.265	(19.163)	17.755
Provisão de participação nos lucros	13.518	95.697	(62.289)	46.926
Provisão para riscos sobre créditos	4.317	4.299	(1.878)	6.738
Outras provisões	28.237	9.498	(3.975)	33.760
	566.582	**256.751**	**(156.358)**	**666.975**

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	414.619
2024	125.508
2025	70.222
2026	3.448
2027	2.589
2028 a 2030	47.662
Após 2030	2.927
Total - Ativo	**666.975**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	39.744	3.670	(31.671)	11.743
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	25.623	10.298	(3.407)	32.514
IR e CS outros (ii)	24.768	5.710	–	30.478
	90.135	**19.678**	**(35.078)**	**74.735**

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**624.147**	**767.531**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(249.659)**	**(307.012)**
Juros sobre o capital próprio	136.867	69.285
Inovação tecnológica (ii)	118.589	144.549
Equivalência patrimonial	37.244	54.063
Incentivos fiscais	4.112	7.383
Indébitos tributários (iii)	–	222.318
Outros	3.500	(35.871)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**300.312**	**461.727**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	**50.653**	**154.715**
Taxa efetiva (D/A)	**-8,1%**	**-20,2%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).
(iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (*)	553.497	524.447
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	387.290	451.292
Sinistros	19.728	19.719
INSS	2.043	1.880
Outros	52.315	47.884
	1.014.873	**1.045.222**

(*) Vide nota explicativa nº 23.1.1 (a).

13. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bens à venda - salvados (i)	111.428	118.822
Direito a salvados - estimado (ii)	98.154	93.314
Ativo de direito de uso (iii)	101.408	91.439
Cheques e ordens a receber	1.888	1.606
Almoxarifado	2.106	1.890
	314.984	**307.071**
Circulante	127.572	198.202
Não circulante	187.412	108.869

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 13.3.
(iii) Vide nota explicativa nº 13.2.

13.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Permanência até 30 dias	50.978	79.839
Permanência de 31 a 60 dias	23.662	24.286
Permanência de 61 a 120 dias	19.191	10.392
Permanência de 121 a 365 dias	23.474	9.774
Permanência acima de 365 dias	14.535	9.269
	131.840	**133.560**
Redução ao valor recuperável (*)	(20.412)	(14.738)
	111.428	**118.822**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	29.802	15,6%	30.866	14,8%
2º mês	16.074	38,1%	13.801	41,9%
3º mês	8.470	21,1%	7.429	19,5%
4º mês	6.109	6,3%	5.353	7,2%
5º mês	4.862	3,4%	4.323	4,0%
6º mês	4.002	2,3%	3.587	2,3%
7º mês	3.274	1,9%	3.065	1,5%
8º mês	2.896	1,1%	2.765	0,9%
9º mês	2.517	0,9%	2.502	0,8%
10º mês	2.207	0,8%	2.252	0,6%
11º mês	1.929	0,7%	2.012	0,5%
12º mês	1.707	0,6%	1.858	0,4%
13º ao 18º mês	7.322	0,6%	7.623	1,8%
19º ao 24º mês	4.458	1,7%	3.610	1,2%
25º ao 30º mês	2.065	1,0%	1.675	0,7%
Após o 30º mês	461	3,7%	593	1,9%
	98.155	**100%**	**93.314**	**100%**
Circulante	92.407		88.130	
Não circulante	5.748		5.184	

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**93.314**	**26.028**
Constituições	6.005	71.548
Reversões	(1.164)	(4.262)
Saldo final	**98.155**	**93.314**

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	148.289	(46.881)	**101.408**	123.460	(32.021)	**91.439**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Movimentações: Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Direito de uso	**91.439**	24.772	(14.803)	**101.408**

14. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	952.331	744.010
Patrimonial	224.673	188.802
Riscos Financeiros	177.582	153.328
Pessoas	135.369	95.955
Outros	27.241	14.759
	1.517.197	**1.196.854**
Circulante	1.437.183	1.139.821
Não circulante	80.014	57.033

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.196.854**	**1.043.541**
Constituição	1.193.913	4.383.888
Apropriação para despesa	(873.570)	(4.230.575)
Saldo final	**1.517.197**	**1.196.854**

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/ outros	Saldos em dezembro de 2022
Porto Saúde	100,0	606.466	88.216	(159.994)	10.203	450.438	6.383	1.001.712
Porto Vida	100,0	328.906	(54.175)	–	(5.282)	44.000	201	313.650
Azul Seguros (*)	32,2	305.739	4.759	(29.471)	2.482	96.795	(6.924)	373.380
Porto Uruguai	100,0	138.718	18.185	–	–	–	334	157.237
Porto Capitalização	100,0	139.547	36.123	(28.723)	(6.383)	45.000	9	185.573
		1.519.376	**93.108**	**(218.188)**	**1.020**	**636.233**	**3**	**2.031.552**

(*) A Porto Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

16. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	52.007	(12.897)	39.110	493.959	(93.214)	400.745
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	184.138	(58.310)	125.828	179.233	(51.317)	127.916
Terrenos	–	4.475	–	4.475	67.215	–	67.215
Obras em andamento	–	–	–	–	32.500	–	32.500
		240.620	**(71.207)**	**169.413**	**772.907**	**(144.531)**	**628.376**
Informática	20,0 a 33,3	465.642	(359.189)	106.453	398.006	(327.756)	70.250
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	78.942	(78.066)	876	81.953	(76.796)	5.157
Rastreadores	100,0	6.174	(3.358)	2.816	7.516	(5.463)	2.053
Equipamentos	10 a 14,3	32.577	(32.585)	(8)	33.658	(32.603)	1.055
Veículos	20 a 25,0	7.290	(6.984)	306	9.246	(7.167)	2.079
		590.625	**(480.182)**	**110.443**	**530.379**	**(449.785)**	**80.594**
		831.245	**(551.389)**	**279.856**	**1.303.286**	**(594.316)**	**708.970**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Baixas	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Outros/ transferência	Saldo líquido em dezembro de 2022
Edificações (*)	400.745	–	(46.192)	(8.341)	(307.102)	39.110
Benefícios em imóveis de terceiros	127.916	8.189	(512)	(9.739)	(26)	125.828
Terrenos (*)	67.215	–	(15.905)	–	(46.835)	4.475
Obras em andamento	32.500	–	–	–	(32.500)	–
	628.376	**8.189**	**(62.609)**	**(18.080)**	**(386.463)**	**169.413**
Informática	70.250	84.458	(488)	(47.767)	–	106.453
Móveis, máquinas e utensílios	5.157	148	(196)	(4.259)	26	876
Rastreadores	2.053	5.949	(622)	(4.564)	–	2.816
Equipamentos	1.055	–	(26)	(1.037)	–	(8)
Veículos	2.079	–	(33)	(334)	(1.406)	306
	80.594	**90.555**	**(1.365)**	**(57.961)**	**(1.380)**	**110.443**
Total	**708.970**	98.744	(63.974)	(76.041)	(387.843)	**279.856**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"..	6,67 a 25,0	2.083.293	(662.487)	**1.420.806**	1.803.058	(565.949)	**1.237.109**
Outros intangíveis	20,0	54.755	(39.943)	**14.812**	54.755	(36.499)	**18.256**
		2.138.048	**(702.430)**	**1.435.618**	**1.857.813**	**(602.448)**	**1.255.365**

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**1.237.109**	280.250	(96.545)	(8)	**1.420.806**
Outros intangíveis	**18.256**	–	(3.444)	–	**14.812**
	1.255.365	**280.250**	**(99.989)**	**(8)**	**1.435.618**

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores	100.488	117.984
Provisão benefícios a empregados	71.177	66.316
Participação nos lucros a pagar	70.687	167.282
Honorários a pagar	1.435	2.596
Dividendos a pagar (i)	–	63.246
Outras	12.062	16.231
	255.849	**433.655**
Circulante	184.671	367.339
Não circulante	71.178	66.316

(i) Vide nota explicativa nº 24 e.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	299.185	221.677
INSS e FGTS	30.991	26.929
Imposto de renda retido na fonte	22.895	18.173
Outros	7.154	8.076
	360.225	**274.855**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Empréstimos bancários (i)	134.567	111.430
Financiamentos - Informática	26.780	29.498
	161.347	**140.928**
Circulante	119.365	77.800
Não circulante	41.982	63.128

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
8.135	Bradesco	2019	2022	127,1 CDI	–	8.193
9.000	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,01%	–	9.015
82.700	Itaú	2021	2024	2,4% CDI	99.190	86.482
7.537	Bradesco	2021	2024	100% CDI + 2,10%	8.885	7.740
8.109	Itaú	2022	2026	100% CDI + 1,90%	9.210	–
8.135	Bradesco	2022	2026	100% CDI + 2,24%	8.228	–
9.000	Bradesco	2022	2026	100% CDI + 1,24%	9.054	–
				Total	**134.567**	**111.430**

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.430**	**29.498**	**140.928**
Aquisição/constituição	8.107	10.619	18.726
Atualização monetária/juros	15.030	1.743	16.773
Liquidação/reversão	–	(15.080)	(15.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**134.567**	**26.780**	**161.347**

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros	455.806	363.432
Operações com resseguradoras	72.963	84.997
Prêmios a restituir	15.670	10.554
Operações com seguradoras	5.030	378
Outros débitos operacionais	48.311	47.192
	597.780	**506.553**

20.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	249.363	119.294
Vencidos de 1 a 30 dias	4.982	52.660
Vencidos 31 a 60 dias	23.892	35.052
Vencidos 61 a 120 dias	19.159	48.411
Acima de 120 dias	158.410	108.015
	455.806	**363.432**

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Outros depósitos	9.183	–	9.183
Total 31 de dezembro de 2022	**9.183**	**–**	**9.183**
Total 31 de dezembro de 2021	**7**	**32.369**	**32.376**

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.813.590	7.754.670	5.828.083	5.765.554
Sinistros e benefícios a liquidar	1.438.541	1.366.956	1.259.050	1.193.910
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	294.327	262.383	220.916	189.117
Demais provisões	122.379	114.639	108.673	100.933
Total	**9.668.837**	**9.498.648**	**7.416.722**	**7.249.514**
Circulante	8.703.229		6.669.253	
Não circulante	965.608		747.469	

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.320.585**	**181.036**
Constituições decorrentes de prêmios	10.608.060	106.682
Diferimento pelo risco decorrido	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros	5.445.568	114.621
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.163.548)	(128.144)
Atualização monetária e juros	55.711	2.415
Outras (constituição/reversão)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.416.722**	**167.208**
Constituições decorrentes de prêmios	13.783.925	111.103
Diferimento pelo risco decorrido	(12.124.421)	(108.083)
Aviso de sinistros	7.386.185	81.707
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.824.897)	(85.557)
Atualização monetária e juros	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.668.837**	**170.189**

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**9.668.837**	**7.416.722**
Direitos creditórios (i)	4.613.130	3.454.802
Custos de aquisição diferidos pagos	1.108.388	889.116
Operações com resseguradoras	112.508	104.678
Depósitos judiciais de PSL	4.881	8.141
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.518	2.053
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**5.840.425**	**4.458.790**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**3.828.412**	**2.957.932**
Títulos de renda fixa - públicos	1.647.806	1.852.741
Quotas de fundos de investimento	2.610.892	1.391.536
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**4.258.698**	**3.244.277**
Excedente (E - C - D)	**430.286**	**286.345**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro 2022
Montante estimado de sinistro no ano . do aviso	565	561	531	764	922	1.009	1.241	1.479	1.731
Um ano mais tarde..	523	567	612	730	726	796	885	1.218	–
Dois anos mais tarde	553	585	673	739	755	790	831	–	–
Três anos mais tarde	561	639	679	756	748	740	–	–	–
Quatro anos mais tarde	615	651	693	751	698	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	629	669	695	701	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	648	675	649	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	657	629	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	612	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**612,0**	**629,0**	**649,0**	**701,0**	**698,0**	**740,0**	**831,0**	**1.218,0**	**1.731,0**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(518,3)**	**(534,0)**	**(549,3)**	**(600,0)**	**(602,0)**	**(733,0)**	**(739,0)**	**(1.188,0)**	**–**
Total	**(4,2)**	**1,3**	**4,7**	**1,3**	**(5,0)**	**(89,0)**	**85,0**	**(62,0)**	**1.701,0**
Retrocessão									2,0
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**1.733**
									1.733

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**382.978**	**332.950**	**314.227**	**271.733**
Total pago no exercício	(92.565)	(83.361)	(99.387)	(92.222)
Novas constituições no exercício	109.688	105.098	148.673	134.861
Baixas da provisão por êxito	(56.290)	(48.936)	(78.727)	(75.369)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	42.651	37.079	47.890	45.847
Atualização monetária e juros (i)	27.619	23.801	50.302	48.100
Saldo final	**414.081**	**366.631**	**382.978**	**332.950**
Quantidade de processos	8.371		7.057	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	821.831	860.594
Cíveis	21.390	24.441
Trabalhistas	22.999	27.086
Total	**866.220**	**912.121**

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (i)	516.351	489.560
Processos com adesão ao REFIS (ii)	267.819	336.124
Outras (iii)	37.661	34.910
	821.831	**860.594**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros Tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**860.594**	**27.086**	**24.441**	**912.121**
Constituições	–	10.488	11.028	21.516
Enc. êxito/reversões (i)	(82.718)	(14.091)	(10.294)	(107.103)
Pagamentos	–	(3.947)	(6.906)	(10.853)
Atualização monetária	43.955	3.463	3.121	50.539
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**821.831**	**22.999**	**21.390**	**866.220**
Quantidade de processos	14	351	503	868

(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) em fiscais sobre a discussão de incidência do adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Companhia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	733.843	770.151
Cíveis	183.877	170.574
Trabalhistas	3.005	3.434
Total	**920.725**	**944.159**

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 376.440 (R$ 269.110 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 152.667 (R$ 114.611 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**206.127**	**(81.281)**	**124.846**
Novos Contratos, Baixas, Cancelamentos	24.772	–	24.772
Apropriação dos juros	–	13.452	13.452
Pagamentos	(24.808)	–	(24.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**206.091**	**(67.829)**	**138.262**
Circulante			32.888
Não circulante			105.374

Deve se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 3.305.845, dividido em 660.488.297 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 2.664.441 dividido em 583.686.532 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
01 de abril de 2022	687	105.000
25 de abril de 2022	707	86.000
27 de outubro de 2022	8.086	(16.176)
26 de julho de 2022	845	10.000
07 de outubro de 2022	1.021	45.000
30 de novembro de 2022	1.172	20.000
		249.824

A AGES de 28 de julho de 2022, 30 de agosto de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 deliberaram aumento de capital nos montantes de R$ 20.000, R$ 213.965, R$ 135.614 e R$ 22.000 respectivamente e aguardam aprovações pela SUSEP.

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1. Esta cisão gerou a redução de capital no montante de R$ 16.176.

(b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) Reservas de Reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.799 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 411.594 (R$ 377.854 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 1.968.873 (R$ 1.835.131 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1. Esta cisão gerou a redução na reserva de lucros no montante de R$ 1.321.

O montante de - R$ 14.011 apresentado na DMPL em "Ajustes de exercícios anteriores - controladas" refere-se principalmente a reversão do valor justo dos imóveis destinados a renda da Azul Seguros, em razão da Circular SUSEP nº 648/2021 que não referendou o CPC 28 - Propriedades para Investimentos em sua totalidade.

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentada na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 30 de março de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R$ 63.247 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2021. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação. Adicionalmente, a Administração aprovou em 29 de setembro de 2022 e 28 de

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

novembro de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R$ 70.000 e R$ 150.000, respectivamente, à conta de reservas de lucros

A Administração da Companhia aprovou, na reunião de diretoria, realizada em 30 de junho de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 48.264, líquidos de imposto de renda, pagos em 30 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 30 de agosto de 2022 e 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R$ 136.965 e R$ 105.614, respectivamente, líquidos de imposto de renda, para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	674.800	922.246
(–) Reserva legal - 5%	(33.740)	(46.112)
Realização da reserva de reavaliação	70.182	2.799
Lucro básico para determinação do dividendo	**711.242**	**878.933**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**177.811**	**219.733**
JCP distribuído - líquido (*)	290.843	156.486
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	–	63.247
Total de dividendos e JCP	**290.843**	**219.733**
Total por ação (R$)	**0,44035**	**0,37646**

(*) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 342.168 destacado na DMPL, está incluso R$ 51.325, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de *"vesting"* de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**13.734**	**4.810**
Diferimento de "vesting" do período	79.020	8.924
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(5.429)	–
Saldo final	**87.325**	**13.734**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**29,33**	**52,06**
	Quantidade Dezembro de 2022	**Quantidade Dezembro de 2021**
Saldo inicial	**241.649**	**83.542**
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821	158.106
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)	–
Saldo final	**2.004.583**	**241.649**

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

			Dezembro de 2022	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	6.906.258	5.727.363	65,8	23,2
Resp. civil facultativa veículos	1.701.979	1.494.034	61,1	19,4
Demais - Automóveis	782.981	688.550	39,1	29,6
Fiança locatícia	757.172	571.759	54,8	20,5
Compreensivo empresarial	685.854	613.670	41,8	29,5
Vida individual e grupo	1.032.671	943.118	41,8	20,0
Compreensivo residencial	481.186	429.442	45,8	31,7
Demais - vida	458.276	433.889	31,0	29,9
Demais - patrimonial	229.053	196.181	32,2	24,0
Demais - transportes	340.478	320.890	32,7	22,7
Demais - rural	48.081	43.931	76,5	11,4
Demais ramos	359.937	335.593	19,0	22,0
	13.783.926	**11.798.420**	**55,2**	**23,5**

			Dezembro de 2021	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.829.850	4.541.012	55,1	25,7
Resp. civil facultativa veículos	1.400.009	1.355.374	48,1	20,2
Demais - automóveis	901.976	835.864	21,5	20,4
Fiança locatícia	721.810	426.991	35,9	24,6
Compreensivo empresarial	597.518	542.537	32,9	29,8
Vida individual e grupo	577.121	550.101	67,3	30,7
Compreensivo residencial	413.540	387.879	38,2	31,4
Demais - vida	378.508	367.106	32,5	29,2
Demais - patrimonial	300.982	271.543	33,7	20,7
Demais - transportes	197.792	190.536	25,7	23,6
Demais - rural	29.820	50.565	171,4	11,8
Demais ramos	259.134	226.403	22,9	26,6
	10.608.060	**9.745.911**	**47,0**	**25,1**

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(1.869.138)	(1.873.071)	(827.387)	(839.280)
Provisão de riscos não expirados	(39.160)	(39.160)	(30.451)	(30.451)
Outras provisões	(77.208)	(77.208)	(4.311)	(4.311)
	(1.985.506)	**(1.989.439)**	**(862.149)**	**(874.042)**

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - ADM	(5.918.620)	(4.530.714)
Porto Socorro	(990.885)	(557.778)
Sinistros avisados - JUD	(90.604)	(85.857)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(79.203)	12.141
Ressarcimentos	652.987	224.156
Salvados	244.451	697.641
Outras despesas com sinistros (*)	(326.386)	(343.786)
	(6.508.260)	**(4.584.197)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(3.006.824)	(2.519.993)
Outras despesas de comercialização	(90.360)	(74.936)
Variação das despesas de comercialização diferidas	320.343	153.313
	(2.776.841)	**(2.441.616)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Assistência	(35.074)	(76.965)
Cobrança	(50.168)	(34.359)
Benefícios concedidos a segurados	(30.115)	(29.912)
Encargos sociais	(29.271)	(29.861)
Dispositivo anti-furto	(9.531)	(7.598)
Honorários advocatícios	(5.636)	(5.556)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.081)	5.823
Provisões cíveis	(8.592)	(13.714)
Outras	(18.008)	(28.670)
	(195.476)	**(220.812)**

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.380.058)	(1.339.034)
Serviços de terceiros	(604.495)	(546.861)
Localização e funcionamento	(354.409)	(334.899)
Publicidade	(116.778)	(76.789)
Programa Meu Porto Seguro (i)	–	(48.843)
Donativos e contribuições	(25.647)	(25.943)
Despesas recuperadas (ii)	839.213	711.879
Outras	(28.098)	(23.445)
	(1.670.272)	**(1.683.935)**

(i) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 34).

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	(221.348)	(211.540)
PIS	(35.980)	(34.375)
Outras	(10.331)	(9.532)
	(267.659)	**(255.447)**

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda	163.059	268.198
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	178.120	121.555
Operações de Seguros	64.384	58.688
Variações monetárias dos depósitos judiciais	53.643	13.465
Outras	66.168	44.427
Total de receitas financeiras	**525.374**	**506.333**
Operações de seguros	(31.323)	(55.711)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(48.193)	(27.261)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(44.938)	(83.001)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(4.670)	(2.037)
Outras	(49.823)	(30.074)
Total de despesas financeiras	**(178.947)**	**(198.084)**
Resultado financeiro	**346.427**	**308.249**

33. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

Do montante de R$ 27.437 em 31 de dezembro de 2022, R$ 31.657 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022 (conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2), compensado pela perda de R$ 4.220 relativos a sucatas.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar, notas explicativas nºs 10 e 18, respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;

(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;

(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;

(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;

(vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;

(xi) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Azul Seguros	50.646	31.437
Portoseg	1.433.550	981.466
Porto Saúde	13.054	10.695
Porto Assistência	6.295	–
Porto Consórcio	5.941	4.888
Porto Atendimento	5.779	8.692
Itaú Auto e Residência	3.182	3.812
Porto Vida	2.446	2.538
Demais	6.829	8.235
	1.527.722	**1.051.763**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	496.531	354.963	–	–
Porto Saúde	132.708	107.947	115.444	107.630
Portoseg	160.927	109.221	8.533	7.299
Porto Atendimento	93.962	91.082	86.520	95.635
Porto Consórcio	67.571	51.521	–	–
Itaú Auto e Residência	40.926	42.129	–	–
Porto Vida	27.229	27.722	–	–
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	9.651	17.179	458	2.163
Proteção e Monitoramento	6.798	6.941	101	201
Demais	134.316	68.956	494.568	23.457
	1.170.620	**877.661**	**705.624**	**236.385**

34.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	75.593	64.959
Honorários de diretoria e encargos	25.514	20.806
	101.107	**85.765**

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

35.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 4,6 mil (4,4 mil em dezembro de 2021) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 19.192 em dezembro de 2022 (R$ 16.991 em dezembro de 2021).

35.2 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	66.316	49.509
Custo dos benefícios	3.846	2.731
Custo de juros	6.642	3.554
Benefícios pagos	(5.568)	(7.484)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	(926)	(1.507)
Outros	867	19.513
Saldo final do passivo	**71.177**	**66.316**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	6,23%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	5,02%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	5,02%

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Relatório Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Seguros de Pessoas

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Produto Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Ramos Elementares

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Sinistros

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

IZAK RAFAEL BENADERET
Diretor

MARCELO ZORZO
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.12 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 9.668.837 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

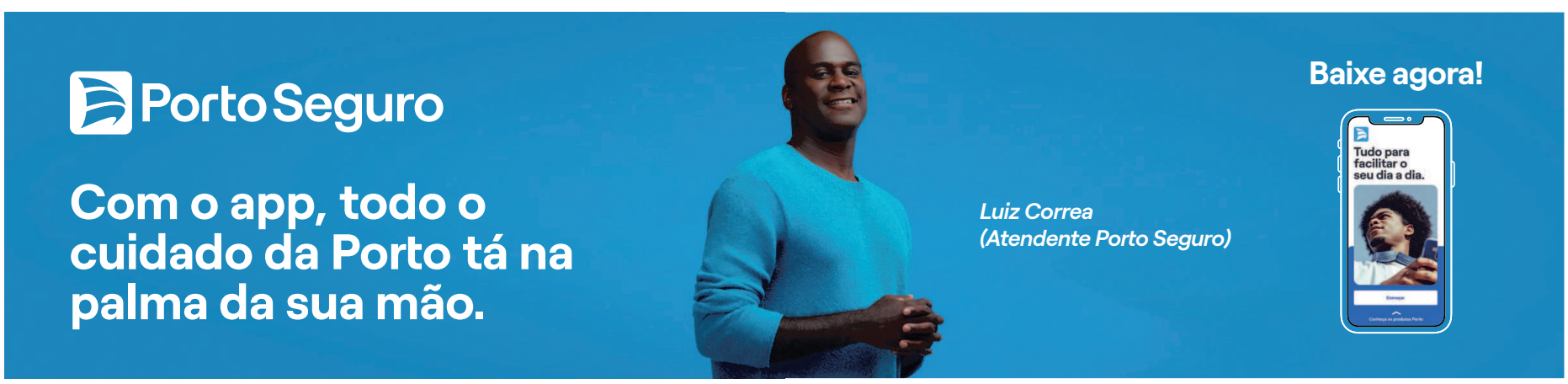
Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e também com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, mais especificamente referentes aos quadros estatísticos de sinistros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, as citadas divergências já são de ciência da Companhia, a qual já tem plano de ação definido para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679



Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 4.554 milhões, com aumento de R$ 843,6 milhões ou 22,7% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,0%, com redução de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com uma leve redução, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 129,1 milhões, redução de R$ 44,1 milhões, ou 25,5% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 100,3%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 102,0%, aumento de 7,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 10,5 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 15,1 milhões, registrando redução de R$ 163,6 milhões ou 91,6% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 6.527 em 2022 e R$ 103.748 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)	1° de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante		**2.921.608**	**2.020.356**	**1.677.761**
Disponível		64.299	43.121	42.703
Caixa e bancos		64.299	43.121	42.703
Equivalentes de caixa	7	143.024	17.094	4.606
Aplicações	8	556.354	212.250	110.815
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.661.721	1.295.870	1.133.333
Prêmios a receber	9.1	1.661.261	1.295.870	1.133.333
Operações com resseguradoras	19.1	460	–	–
Outros créditos operacionais		12.779	13.382	16.624
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.976	4.879	3.922
Títulos e créditos a receber		1.117	11.563	2.475
Títulos e créditos a receber		303	289	563
Créditos tributários e previdenciários	10	483	10.946	1.690
Outros créditos		331	328	222
Outros valores e bens	12	80.980	57.646	38.704
Bens à venda	12.1	53.317	48.261	33.816
Outros valores		27.663	9.385	4.888
Despesas antecipadas		4.877	4.347	3.345
Custos de aquisição diferidos	13	394.481	360.204	321.234
Seguros		394.481	360.204	321.234
Não circulante		**1.557.740**	**1.709.465**	**1.567.313**
Realizável a longo prazo		1.377.351	1.417.545	1.284.560
Aplicações	8	1.111.232	1.199.561	1.123.038
Títulos e créditos a receber		246.471	189.087	144.254
Créditos tributários e previdenciários	10	157.077	101.952	52.056
Depósitos judiciais e fiscais	11	86.302	83.686	88.153
Outros créditos		3.092	3.449	4.045
Outros valores e bens	12	19.326	27.946	17.013
Despesas antecipadas		304	919	255
Custos de aquisição diferidos	13	18	32	–
Seguros		18	32	–
Investimentos		5.263	7.139	7.399
Participações societárias		167	137	215
Imóveis destinados à renda		5.096	7.002	7.184
Imobilizado	14	114.472	244.683	248.375
Imóveis de uso próprio		110.006	238.087	243.804
Bens móveis		4.466	6.596	4.553
Outras imobilizações		–	–	18
Intangível	15	60.654	40.098	26.979
Outros intangíveis		60.654	40.098	26.979
Total ativo		**4.479.348**	**3.729.821**	**3.245.074**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)	1° de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante		**3.113.637**	**2.533.158**	**2.243.540**
Contas a pagar		194.202	176.201	168.416
Obrigações a pagar	16.1	53.030	63.851	65.482
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	128.801	101.012	88.263
Encargos trabalhistas		5.107	4.735	4.175
Impostos e contribuições		6.082	5.124	8.369
Outras contas a pagar		1.182	1.479	2.127
Débitos de operações com seguros e resseguros		81.409	65.854	64.017
Prêmios a restituir		196	198	196
Corretores de seguros e resseguros	15	68.348	57.515	55.495
Outros débitos operacionais		12.865	8.141	8.326
Depósitos de terceiros	18	6.703	4.363	17.379
Provisões técnicas - seguros	19	2.831.323	2.286.740	1.993.728
Danos		2.831.082	2.286.512	1.993.484
Pessoas		241	228	244
Não circulante		**204.327**	**271.530**	**249.976**
Contas a pagar		41.729	25.678	20.518
Obrigações a pagar	16.1	2.881	3.536	1.520
Tributos diferidos	10.1.3	38.848	22.142	18.998
Provisões técnicas - seguros	19	90.579	176.182	154.700
Danos		89.757	175.622	153.981
Pessoas		822	560	719
Outros débitos		72.019	69.670	74.758
Provisões judiciais	20	72.019	69.670	74.758
Patrimônio líquido		**1.161.384**	**925.133**	**751.558**
Capital social	21	847.578	503.578	503.578
Aumento de capital (em aprovação)	21	128.050	171.000	–
Reservas de reavaliação		2.251	2.565	2.657
Reservas de lucros		226.718	299.652	231.195
Ajustes de avaliação patrimonial		(43.213)	(51.662)	14.128
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.479.348**	**3.729.821**	**3.245.074**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Prêmios emitidos	22	4.554.034	3.710.398	–	3.710.398
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	(452.440)	(200.119)	–	(200.119)
Prêmios ganhos	22	**4.101.594**	**3.510.279**	**–**	**3.510.279**
Sinistros ocorridos	24	**(2.883.931)**	**(2.100.864)**	**–**	**(2.100.864)**
Custos de aquisição	25	**(859.750)**	**(811.732)**	**–**	**(811.732)**
Outras receitas e despesas operacionais	26	**(82.119)**	**(87.188)**	**–**	**(87.188)**
Resultado com resseguro		**(3.215)**	**(5)**	**–**	**(5)**
Despesa com resseguro		(3.215)	(5)	–	(5)
Despesas administrativas	27	**(367.233)**	**(327.539)**	**–**	**(327.539)**
Despesas com tributos	28	**(66.311)**	**(70.168)**	**–**	**(70.168)**
Resultado financeiro	29	**129.079**	**173.206**	**–**	**173.206**
Resultado patrimonial		**2.091**	**7.797**	**(5.837)**	**1.960**
Resultado operacional		**(29.795)**	**293.786**	**(5.837)**	**287.949**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**5.860**	**677**	**–**	**677**
Resultado antes dos impostos e participações		**(23.935)**	**294.463**	**(5.837)**	**288.626**
Imposto de renda	10.2	**27.892**	**(52.784)**	**1.459**	**(51.325)**
Contribuição social	10.2	**16.384**	**(32.255)**	**876**	**(31.379)**
Participações sobre o lucro		**(5.276)**	**(27.268)**	**–**	**(27.268)**
Lucro líquido do exercício		**15.065**	**182.156**	**(3.502)**	**178.654**
Quantidade de ações	21.a	2.308	1.722		1.722
Lucro líquido por ação - R$		6.527	105.782		103.748

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**15.065**	**178.654**
Outros resultados abrangentes	**8.449**	**(65.790)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	12.867	(107.795)
Efeitos tributários	(5.147)	43.118
Outros ajustes de avaliação patrimonial	1.214	(1.855)
Efeitos tributários	(485)	742
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**23.514**	**112.864**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Outras	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 1° de janeiro de 2021 (reapresentado)	**503.578**	**–**	**2.657**	**85.262**	**143.618**	**2.315**	**14.128**	**–**	**751.558**
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações	–	–	–	–	–	3.058	–	–	3.058
Aumento de capital em aprovação:									
AGE de 30 de agosto de 2021	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 29 de outubro de 2021	–	100.000	–	–	–	–	–	–	100.000
AGE de 28 de dezembro de 2021	–	51.000	–	–	–	–	–	–	51.000
Reserva de reavaliação									
Realização parcial por depreciação	–	–	(21)	–	–	–	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(65.790)	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	178.654	178.654
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	9.108	–	–	–	(9.108)	–
Reservas estatutárias	–	–	(71)	–	121.291	–	–	(121.220)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	–	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**503.578**	**171.000**	**2.565**	**94.370**	**199.909**	**5.373**	**(51.662)**	**–**	**925.133**
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	–	–	(15.000)	–	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	–	–	–	6.052	–	–	6.052
Ações outorgadas	–	–	–	–	–	(2.709)	–	–	(2.709)
JCP aumento de capital	–	–	–	–	(73.000)	–	–	–	(73.000)
Aumento/Redução de capital									
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 650	20.000	(20.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 684	100.000	(100.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 957	51.000	(51.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1068	40.000	–	–	–	–	–	–	–	40.000
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1085	25.000	–	–	–	–	–	–	–	25.000
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1131	10.000	–	–	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1150	5.000	–	–	–	–	–	–	–	5.000
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1202	8.000	–	–	–	–	–	–	–	8.000
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1215	85.000	–	–	–	–	–	–	–	85.000
AGE de 28 de julho de 2022	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 31 de outubro de 2022	–	62.050	–	–	–	–	–	–	62.050
AGE de 28 de dezembro de 2022	–	46.000	–	–	–	–	–	–	46.000
Reserva de reavaliação									
Realização parcial por depreciação	–	–	(314)	–	–	–	–	314	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	8.449	–	8.449
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	15.065	15.065
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	753	–	–	–	(753)	–
Reservas estatutárias	–	–	–	–	10.970	–	–	(10.970)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	–	–	–	–	(3.656)	(3.656)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	**847.578**	**128.050**	**2.251**	**95.123**	**122.879**	**8.716**	**(43.213)**	**–**	**1.161.384**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		15.065	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		11.051	9.686
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos		890	5.464
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		(5.861)	(425)
Resultado de equivalência patrimonial		(30)	78
Outros ajustes		(68)	(2)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(255.775)	(177.958)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(366.741)	(168.001)
Ativos de resseguro		2.903	(957)
Créditos fiscais e previdenciários		(25.641)	(15.598)
Ativo fiscal diferido		(19.021)	(43.554)
Depósitos judiciais e fiscais		(2.616)	4.467
Despesas antecipadas		85	(1.666)
Custos de aquisição diferidos		(34.263)	(39.002)
Outros ativos		(14.919)	(25.869)
Impostos e contribuições		958	95.908
Outras contas a pagar		33.094	18.506
Débitos de operações com seguros e resseguros		15.555	1.837
Depósitos de terceiros		2.340	(13.016)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		458.980	314.494
Provisões judiciais		2.349	(5.088)
Outros passivos		8.449	(68.106)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(173.216)**	**69.852**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	21 (e)	2	1
Imposto sobre o lucro pago		–	(99.153)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**(173.214)**	**(29.300)**
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		131.197	3.456
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(379)	(4.307)
Intangível		(26.888)	(17.654)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**103.930**	**(18.505)**
Aumento de capital		301.050	171.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(88.000)	(113.347)
Outros		3.342	3.058
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**216.392**	**60.711**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**147.108**	**12.906**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**60.215**	**47.309**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**207.323**	**60.215**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	67,7%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	32,3%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,7%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	50,0%
Cia. e Johnston de Participações	50,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	**Participação**
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	12,8%
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	12,8%
Fundação Itaú Social	11,7%
Ricardo Villela Marino	6,4%
Rodolfo Villela Marino	6,4%
Fundação Fahz	15,4%
Outros	34,7%
Cia. e Johnston de Participações	**Participação**
Pedro Moreira Salles	31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles	31,0%
João Moreira Salles	19,0%
Walther Moreira Salles	19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R$ 70.761, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 6 imóveis ao valor de R$ 41.914. Do montante da segunda tranche, as partes se comprometeram a envidar os melhores esforços para concluir a etapa de 1 imóvel no montante de R$ 2.276.

Demonstramos abaixo os saldos relativos à operação:

Ativo circulante	**2.505**
Imóveis disponíveis para venda (i)	2.505
Patrimônio líquido	**421**
Reserva Reavaliação (ii)	421
Resultado	**12.496**
Ganho patrimonial (iii)	12.496

(i) O montante representa 1 imóvel da primeira tranche, cujo valor foi pago em 29 de junho de 2022, porém não houve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 12), e seu valor de mercado é de R$ 2.276.

(ii) O montante representa a reserva de realização dos imóveis destacados acima.

(iii) O montante representa o ganho bruto na venda dos imóveis ao Fundo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras, foram reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 21 (R1) - Apresentação das Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência:

(1) Adequação das posições dos imóveis para investimentos - a Companhia aplicou o CPC 28 - Propriedade para investimentos em sua totalidade, no entanto, a SUSEP através da Circular SUSEP nº 648/2021 não permite sua total aplicabilidade, não permitindo modificar o custo de aquisição dos ativos registrados contabilmente. Neste sentido os valores foram reapresentados por meio de recomposição de saldos de custo;

(2) Efeitos tributários oriundos dos referidos ajustes;

(3) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou, além dos valores dos itens (1) e (2), os valores de provisões técnicas - seguros e resseguros para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade. As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados.

Abaixo, demonstramos resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras originalmente apresentadas:

Balanço patrimonial

Ativo	**31 de Dezembro de 2021**	**Ajustes**	**31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)**
Circulante	**2.011.990**	–	**2.020.356**
Não circulante	**1.752.138**	**(42.673)**	**1.709.465**
Realizável a longo prazo	1.417.545	–	1.417.545
Investimentos	49.812	(42.673)	7.139
Participações societárias	137	–	137
Imóveis destinados à renda	49.675	(42.673)	7.002
Imobilizado	244.683	–	244.683
Intangível	40.098	–	40.098
Total ativo	**3.772.494**	**(42.673)**	**3.729.821**

Passivo e patrimônio líquido	**31 de Dezembro de 2021**	**Ajustes**	**31 de Dezembro de 2021(reapresentado)**
Circulante	**2.533.207**	**(49)**	**2.533.158**
Contas a pagar	176.250	(49)	176.201
Impostos e contribuições	5.173	(49)	5.124
Demais obrigações a pagar	171.077	–	171.077
Outros	2.356.957	–	2.356.957
Não circulante	**288.550**	**(17.020)**	**271.530**
Contas a pagar	42.698	(17.020)	25.678
Obrigações a pagar	3.536	–	3.536
Tributos diferidos	39.162	(17.020)	22.142
Outros	245.852	–	245.852
Patrimônio líquido	**950.737**	**(25.604)**	**925.133**
Reservas de reavaliação	2.748	(183)	2.565
Reservas de lucros	325.073	(25.421)	299.652
Outros	622.916	–	622.916
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.772.494**	**(42.673)**	**3.729.821**

Ativo	**1º de Janeiro de 2021**	**Ajustes**	**1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)**
Circulante	**1.677.761**	–	**1.677.761**
Não circulante	**1.604.149**	**(36.836)**	**1.567.313**
Realizável a longo prazo	1.284.560	–	1.284.560
Investimentos	44.235	(36.836)	7.399
Participações societárias	215	–	215
Imóveis destinados à renda	44.020	(36.836)	7.184
Imobilizado	248.375	–	248.375
Intangível	26.979	–	26.979
Total ativo	**3.281.910**	**(36.836)**	**3.245.074**

Passivo e patrimônio líquido	**1º de Janeiro de 2021**	**Ajustes**	**1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)**
Circulante	2.243.570	(30)	2.243.540
Contas a pagar	168.446	(30)	168.416
Impostos e contribuições	8.399	(30)	8.369
Outras obrigações a pagar	160.047	–	160.047
Outros	2.075.124	–	2.075.124
Não circulante	**264.680**	**(14.704)**	**249.976**
Contas a pagar	35.222	(14.704)	20.518
Obrigações a pagar	1.520	–	1.520
Tributos diferidos	33.702	(14.704)	18.998
Outros	229.458	–	229.458
Patrimônio líquido	**773.660**	**(22.102)**	**751.558**
Reservas de reavaliação	2.769	(112)	2.657
Reservas de lucros	253.185	(21.990)	231.195
Outros	517.706	–	517.706
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.281.910**	**(36.836)**	**3.245.074**

Demonstrações dos resultados

	Dezembro de 2021	**Ajustes**	**Dezembro de 2021 (reapresentado)**
Demais resultados	285.989	–	285.989
Resultado patrimonial	7.797	(5.837)	1.960
Resultado operacional	293.786	(5.837)	287.949
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	677	–	677
Resultado antes dos impostos e participações	294.463	(5.837)	288.626
Imposto de renda	(52.784)	1.459	(51.325)
Contribuição social	(32.255)	876	(31.379)
Participações sobre o lucro	(27.268)	–	(27.268)
Lucro líquido do exercício	182.156	(3.502)	178.654
Quantidade de ações	1.722		1.722
Lucro líquido por ação - R$	105.782	(3.390)	102.392

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Dezembro de 2021	**Ajustes**	**Dezembro de 2021 (reapresentado)**
lucro líquido do exercício	182.156	(3.502)	178.654
Outros resultados abrangentes	(65.790)	–	(65.790)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	116.166	(3.502)	112.864

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Demais	**Reserva de reavaliação**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	517.706	2.657	231.195	–	751.558
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	(65.000)	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações	–	–	3.058	–	3.058
Aumento de capital em aprovação	171.000	–	–	–	171.000
Reserva de reavaliação					
Realização parcial por depreciação	–	(21)	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	(65.790)	–	–	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	178.654	178.654
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal	–	–	9.108	(9.108)	–
Reservas estatuárias	–	(71)	121.291	(121.220)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	622.916	2.565	299.652	–	925.133

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2021	**Ajustes**	**Dezembro de 2021 (reapresentado)**
Atividades operacionais.			
Lucro líquido do período	182.156	(3.502)	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	9.504	182	9.686
Outros ajustes	(5.657)	5.655	(2)
Variação nas contas patrimoniais:			
Impostos e contribuições	95.927	(19)	95.908
Outros passivos	(65.790)	(2.316)	(68.106)
Caixa líquido gerado nas operações	69.852	–	69.852

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou *"impaired"*. Para a análise de *"impairment"*, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de *"impairment"* para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, *"ratings"* internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados *("write-off")* quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.
As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.2). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do período.

3.9 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.
Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.
Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistros a ocorrer.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.
Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 78,5%.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxilio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).
As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"); (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 95,5% (96,1% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	202.080	–	105.915	–
Fluxo de 1 a 30 dias	616.088	237.835	295.552	316.286
Fluxo de 2 a 6 meses	390.479	1.555.999	764.400	1.056.709
Fluxo de 7 a 12 meses	403.828	595.694	171.951	391.374
Fluxo acima de 1 ano	1.391.277	172.763	1.441.550	176.871
	3.003.751	**2.562.291**	**2.779.368**	**1.941.240**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	62,8%	84,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,3%	10,6%
Ações	1,1%	1,6%
Prefixados	19,0%	1,7%
Outros	1,9%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(96.668)
	+ 25 b.p.	(50.082)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(20.473)
	- 10 b.p.	96.668
	- 25 b.p.	50.082
	- 50 b.p.	20.473
	+ 50 b.p.	(15.937)
	+ 25 b.p.	(8.152)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(3.306)
	- 10 b.p.	15.937
	- 25 b.p.	8.152
	- 50 b.p.	3.306
	+ 50 b.p.	(1.598)
	+ 25 b.p.	(1.332)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(1.065)
	- 10 b.p.	1.598
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	1.065
	± 34%	(21.621)
Ações	± 17%	(10.810)
	± 9%	(5.405)

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Dezembro/2022
Bruto de resseguro (*)

Região	Automóvel	%
Centro Oeste	254.945	5,6%
Nordeste	460.712	10,0%
Norte	49.389	1,1%
Sudeste	3.172.653	71,0%
Sul	611.831	12,3%
Total Geral	**4.549.530**	**100,00%**

Dezembro/2021
Bruto de resseguro (*)

Região	Automóvel	%
Centro Oeste	199.038	5,3%
Nordeste	384.973	9,9%
Norte	45.182	1,2%
Sudeste	2.576.751	71,2%
Sul	494.297	12,4%
Total Geral	**3.700.241**	**100,00%**

(*) Não inclui valores de RVNE no montante de R$ 4.504 (R$ 10.157 em 31 de dezembro de 2021).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(549.342)	(279.584)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(667.762)	(217.204)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Patrimônio líquido	**1.161.384**	**925.134**
(+/–) Ajustes contábeis	**(312.734)**	**(366.711)**
Participações societárias	(167)	(137)
Despesas antecipadas	(5.181)	(5.266)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(36.487)	–
Ativos intangíveis	(60.654)	(40.098)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(95.143)	(76.122)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(115.102)	(245.088)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(6.360)**	**(4.856)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(6.360)	(4.856)
PLA de nível 1	**842.290**	**553.567**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	88.723	160.517
PLA de nível 2	**88.723**	**160.517**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	95.143	76.122
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	115.102	245.088
PLA de nível 3	**210.245**	**321.210**
Excesso de Nível 3 (–)	(64.219)	(205.957)
Excesso de níveis 3	**(64.219)**	**(205.957)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.077.039**	**829.337**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**973.507**	**768.358**
Capital de risco de subscrição	913.404	717.943
Capital de risco de mercado	57.395	49.932
Capital de risco de crédito	28.947	24.657
Capital de risco operacional	29.091	23.519
Benefício da correlação entre riscos	(55.330)	(47.693)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**973.507**	**768.358**
Suficiência de capital	**103.532**	**60.979**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	143.024	17.094
	143.024	**17.094**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	169	–	169	146	–	146
	169	**–**	**169**	**146**	**–**	**146**
Fundos exclusivos						
LFTs	282.570	–	282.570	157.039	–	157.039
Ações de companhias abertas	20.179	–	20.179	24.019	–	24.019
Cotas de fundos	36.900	–	36.900	16.802	–	16.802
Letras financeiras - privadas	–	11.381	11.381	–	7.031	7.031
Outros	–	5.966	5.966	–	7.359	7.359
	339.649	**17.347**	**356.996**	**197.860**	**14.390**	**212.250**
	339.818	**17.347**	**357.165**	**198.006**	**14.390**	**212.396**
Circulante			356.996			212.250
Não circulante			169			146
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**21%**			**15%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	910.227	1.065.484
LTNs	187.655	–
	1.097.882	**1.065.484**
Circulante	187.656	–
Não circulante	910.226	1.065.484
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**66%**	**75%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.097.882 (R$ 1.150.182 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	200.837	133.931
LTNs	11.702	–
	212.539	**133.931**
Circulante	11.702	–
Não circulante	200.837	133.931
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**13%**	**9%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 201.939 (R$ 125.101 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.428.905**	**1.238.459**
Aplicações	1.964.812	1.107.224
Resgates	(1.704.093)	(961.146)
Rendimentos	108.119	152.163
Ajuste a valor de mercado	12.867	(107.795)
Saldo final	**1.810.610**	**1.428.905**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	3.831.834	3.085.840
Passivo circulante	3.113.638	2.533.158
Índice de liquidez corrente	**1,23**	**1,22**

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R$ 910.226 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	3,97	2,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,18
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,98	1,94
LTNs	11,98	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-Líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Automóveis	1.123.941	(2.907)	1.121.034	858.716	(4.067)	854.649
Resp. Civil facultativa - RCF	373.613	(838)	372.775	293.089	(1.740)	291.349
Assistência e outras coberturas - Auto	167.511	(59)	167.452	150.263	(391)	149.872
	1.665.065	**(3.804)**	**1.661.261**	**1.302.068**	**(6.198)**	**1.295.870**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	1.507.605	1.162.955
Vencidos de 1 a 30 dias	157.113	108.016
Vencidos 31 a 60 dias	43	25.226
Vencidos 61 a 120 dias	81	4.133
Acima de 120 dias	223	1.738
	1.665.065	**1.302.068**
Redução ao valor recuperável	(3.804)	(6.198)
	1.661.261	**1.295.870**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.295.870**	**1.133.333**
Prêmios emitidos	4.835.758	3.947.822
IOF	340.158	277.536
Adicional de fracionamento	36.466	34.163
Prêmios cancelados	(258.667)	(211.116)
Recebimentos	(4.590.718)	(3.883.177)
Provisão para riscos de créditos	2.394	(2.691)
Saldo final	**1.661.261**	**1.295.870**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**(6.198)**	**(3.507)**
Provisões constituídas	(54.635)	(52.895)
Reversões e baixas	57.029	50.204
Saldo final	**(3.804)**	**(6.198)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 4	42%	49%
Automóvel	5 a 10	58%	52%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)	157.077	101.952
Imposto de renda	478	10.916
Outros	5	30
	157.560	**112.898**
Circulante	483	10.946
Não circulante	157.077	101.952

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1
(ii) Vide nota explicativa nº 10.1.3

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	36.487	–	36.487
	–	**36.487**	**–**	**36.487**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	43.797	11.930	–	55.727
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	25.830	–	(383)	25.447
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	11.678	1.089	–	12.767
Provisões não dedutíveis	7.437	644	–	8.081
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS	6.465	–	(79)	6.386
Provisão de participação de lucros	3.974	3.925	–	7.899
Provisão fiscal - outras	2.043	1.435	–	3.478
Provisão para processos judiciais	728	77	–	805
	101.952	**55.587**	**(462)**	**157.077**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor
2023	83.830
2024	5.409
2025	34.176
2026	4.250
2027	4.247
2028 a 2030	23.407
Após 2030	1.758
Total - ativo	**157.077**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 PASSIVO

Natureza	Reapresentado Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.918	17.076	–	26.994
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	9.742	–	(153)	9.589
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.482	139	(356)	2.265
	22.142	**17.215**	**(509)**	**38.848**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Reapresentado Dezembro de 2021
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(23.935)	288.626
(–) Participações nos resultados	(5.276)	(27.268)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**(29.211)**	**261.358**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**11.684**	**(104.543)**
Juros sobre o capital próprio	29.200	13.543
Inovação tecnológica (ii)	2.368	11.163
Incentivos fiscais	–	2.412
Outros	1.024	(5.279)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**32.592**	**21.839**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**44.276**	**(82.704)**
Taxa efetiva (D/A)	**151,6%**	**31,6%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), reconhecido no exercício de 2021.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (*)	32.988	31.040
Programa de Integração Social (PIS) (*)	15.567	15.913
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	15.142	14.499
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	6.795	6.377
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	6.744	6.341
INSS - autônomos (*)	2.491	2.416
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	6.575	7.100
	86.302	**83.686**

(*) Vide nota explicativa nº 20.

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bens à venda - salvados (i)	72.191	60.756
Direito a salvados - estimado (ii)	25.164	23.817
Imóveis a Venda (iii)	2.505	–
Almoxarifado	446	1.019
	100.306	**85.592**
Circulante	80.980	57.646
Não circulante	19.326	27.946

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 1.2.1

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Permanência até 30 dias	17.875	14.820
Permanência de 31 a 60 dias	21.395	21.166
Permanência de 61 a 120 dias	18.172	15.384
Permanência de 121 a 365 dias	24.184	16.626
Permanência acima de 365 dias	17.397	16.365
	99.023	**84.361**
Redução ao valor recuperável (*)	(26.832)	(23.605)
	72.191	**60.756**
Circulante	53.317	48.261
Não circulante	18.874	12.495

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	7.409	8,7%	8.879	8,5%
2º mês	3.568	54,7%	3.904	51,4%
3º mês	1.989	24,1%	1.696	21,3%
4º mês	1.460	6,3%	1.134	6,9%
5º mês	1.206	3,0%	909	4,0%
6º mês	1.044	1,4%	760	2,1%
7º mês	939	0,6%	667	1,3%
8º mês	841	0,5%	602	0,8%
9º mês	757	0,3%	544	0,6%
10º mês	687	0,2%	490	0,5%
11º mês	617	0,1%	440	0,3%
12º mês	555	0,0%	407	0,3%
13º ao 18º mês	2.389	0,0%	1.679	1,1%
19º ao 24º mês	1.235	0,0%	928	0,6%
25º ao 30º mês	426	0,0%	601	0,2%
31º ao 36º mês	42	0,0%	177	0,1%
	25.164	**100,0%**	**23.817**	**100,0%**
Circulante	24.712		8.366	
Não circulante	452		15.451	

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	394.499	360.236
	394.499	**360.236**
Circulante	394.481	360.204
Não circulante	18	32

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**360.236**	**321.234**
Constituição	783.718	707.236
Apropriação para despesa	(749.455)	(668.234)
Saldo final	**394.499**	**360.236**

14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		47.732	–	47.732	121.272	–	121.272
Edificações (*)	2,0	77.858	(15.583)	62.275	140.598	(23.783)	116.815
Imóveis de uso		**125.590**	**(15.583)**	**110.007**	**261.870**	**(23.783)**	**238.087**
Informática	20,0	16.241	(12.692)	3.549	17.527	(12.251)	5.276
Móveis máq. e utensílios	10,0	2.085	(1.584)	501	3.127	(2.480)	647
Outras imobilizações	10,0 a 50,0	1.207	(792)	415	2.753	(2.080)	673
Bens móveis de uso		**19.533**	**(15.068)**	**4.465**	**23.407**	**(16.811)**	**6.596**
		145.123	**(30.651)**	**114.472**	**285.277**	**(40.594)**	**244.683**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Saldo líquido em dezembro de 2022
Terrenos (*)	121.272	–	(47.484)	–	(26.056)	47.732
Edificações (*)	116.815	42	(35.075)	(2.167)	(17.340)	62.275
Imóveis de uso	**238.087**	**42**	**(82.559)**	**(2.167)**	**(43.396)**	**110.007**
Informática	5.276	319	(7)	(2.039)	–	3.549
Móveis máq. e utensílios	647	6	(45)	(107)	–	501
Outras Imobilizações	673	12	(82)	(188)	–	415
Bens móveis de uso	**6.596**	**337**	**(134)**	**(2.334)**	**–**	**4.465**
	244.683	**379**	**(82.693)**	**(4.501)**	**(43.396)**	**114.472**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	81.179	(20.904)	60.275	54.290	(14.572)	39.718
Outros intangíveis	20,0	380	–	380	380	–	380
		81.559	**(20.904)**	**60.655**	**54.670**	**(14.572)**	**40.098**

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	39.718	26.888	(6.397)	66	60.275
Outros intangíveis	380	–	–	–	380
	40.098	**26.888**	**(6.397)**	**66**	**60.655**

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Transações com partes relacionadas (i)	33.276	35.977
Participação nos lucros a pagar	15.525	23.758
Provisão de benefícios a empregados	2.881	3.536
Outras obrigações	4.229	4.116
	55.911	**67.387**
Circulante	53.030	63.851
Não circulante	2.881	3.536

(i) Vide nota explicativa nº 31.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	112.731	88.026
Imposto de renda retido na fonte	2.399	1.060
Impostos sobre serviços retidos	2.182	1.626
INSS e FGTS	1.792	2.071
Outros	9.697	8.229
	128.801	**101.012**

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	(6.043)	(87)	(6.130)
Cobrança antecipada de prêmios	(555)	(18)	(573)
Total 31 de dezembro de 2022	**(6.598)**	**(105)**	**(6.703)**
Total 31 de dezembro de 2021	**4.344**	**19**	**4.363**

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.419.941	2.419.941	1.967.502	1.967.502
Sinistros e benefícios a liquidar	434.111	432.134	443.780	438.901
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	46.570	46.570	32.690	32.690
Demais provisões	21.280	21.280	18.950	18.950
Total	**2.921.902**	**2.919.925**	**2.462.922**	**2.458.043**
Circulante	2.831.323		2.286.740	
Não circulante	90.579		176.182	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.148.428**	**3.922**
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	–
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**
Constituições decorrentes de prêmios	4.554.034	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.101.593)	–
Aviso de sinistros	3.287.519	(3.216)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.297.864)	(460)
Atualização monetária e juros	16.884	773
Operações com resseguradoras	–	460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.921.902**	**2.436**

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**2.921.902**	**2.462.922**
Direitos creditórios (i)	1.385.743	1.070.288
Custos de aquisição diferidos pagos	336.525	309.834
Operações com resseguradoras	1.977	4.879
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.724.245**	**1.385.001**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.197.657**	**1.077.921**
Títulos de renda fixa - públicos	1.097.882	1.065.484
Quotas de fundos de investimento	363.191	153.434
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.461.073**	**1.218.918**
Excedente (E - C - D)	**263.416**	**140.997**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro 2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	220,2	236,1	264,9	299,4	302,3	332,9	364,2	475,9	480,7
Um ano mais tarde	215,0	230,2	265,1	256,3	285,9	315,9	272,8	443,8	–
Dois anos mais tarde	227,9	252,1	251,5	279,8	297,0	307,6	274,5	–	–
Três anos mais tarde	254,7	238,0	271,9	286,4	292,2	300,2	–	–	–
Quatro anos mais tarde	240,4	257,1	274,9	283,5	284,9	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	258,1	258,9	272,8	276,2	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	258,7	257,7	266,4	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	258,5	251,4	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	252,1	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**252,1**	**251,4**	**266,4**	**276,2**	**284,9**	**300,2**	**274,5**	**443,8**	**480,7**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(228,8)**	**(222,0)**	**(230,5)**	**(233,8)**	**(233,6)**	**(236,7)**	**(188,3)**	**(352,5)**	**–**
Total	**23,3**	**29,4**	**35,9**	**42,4**	**51,2**	**63,6**	**86,2**	**91,3**	**480,7**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**480,7**

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**88.668**	**83.803**	**73.324**	**69.416**
Total pago no semestre	(27.710)	–	(26.561)	(26.547)
Novas constituições no semestre	1.791	–	1.304	1.304
Baixas da provisão por êxito	(25.607)	–	(978)	(978)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	43.061	–	23.526	22.555
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	17.193	–	18.053	18.053
Saldo final	**97.396**	**83.803**	**88.668**	**83.803**

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	69.163	66.899
Cíveis	2.773	2.677
Trabalhistas	83	94
Total	**72.019**	**69.670**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (i)	33.228	31.263
PIS (ii)	13.706	14.448
REFIS (v)	11.492	11.001
INSS - autônomos (iii)	2.491	2.416
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.146	1.111
Outras	7.100	6.660
	69.163	**66.899**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento dos recursos Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS
Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL
A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS
A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**66.899**	**94**	**2.677**	**69.670**
Constituições	–	–	1.013	1.013
Reestimativa	–	–	–	–
Enc. êxito/reversões	(1.331)	(19)	(433)	(1.783)
Pagamentos (*)	–	–	(418)	(418)
Atualização monetária	3.595	8	(66)	3.537
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**69.163**	**83**	**2.773**	**72.019**
Quantidade de processos	17	3	89	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	160.987	155.123
Cíveis	10.131	7.832
Trabalhistas	41	40
Total	**171.159**	**162.995**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo o PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 104.705 (R$ 75.907 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 29.867 (R$ 18.161 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 975.628, dividido em 2.308 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 674.578, dividido em 1.722 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
19 de dezembro de 2022	1.215	85.000
13 de dezembro de 2022	1.202	8.000
21 de novembro de 2022	1.150	5.000
15 de novembro de 2022	1.131	10.000
26 de outubro de 2022	1.085	25.000
24 de outubro de 2022	1.068	40.000
		173.000

As Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de julho de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022, deliberaram os aumentos de capital social nos montantes de R$ 20.000, R$ 62.050 e R$ 46.000, respectivamente e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 314 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 21 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.
A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 95.123 (R$ 94.370 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS
Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 122.880 (R$ 225.330 em 31 de dezembro de 2021).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei.
O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
A Administração da Companhia aprovou em 29 de setembro de 2022, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 15.000, à conta de reserva de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.
A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R$ 62.050, líquidos de imposto de renda, à conta de reserva de lucros para integralização de capital na Companhia.
Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	15.065	178.654
(–) Reserva legal - 5%	(753)	(9.108)
Realização da reserva de reavaliação	315	21
Lucro básico para determinação do dividendo	**14.627**	**169.567**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.657**	**42.392**
Dividendos mínimos obrigatórios	3.657	–
JCP distribuído - líquido	–	28.779
Dividendos intermediários	–	14.488
Total de dividendos e JCP	**3.657**	**43.267**
Total por ação (R$)	**1,58449**	**25,12602**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES
A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.
O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.
Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.
Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.
As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.
O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.
O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.
A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.373**	**2.315**
Diferimento do exercício	6.052	3.058
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(2.709)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.716**	**5.373**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**24,40**	**53,45**

	Quantidade	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**107.564**	**38.902**
Diferimento do exercício	219.239	68.662
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	95	–
Saldo final	**326.898**	**107.564**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2022				Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Automóveis	3.108.476	2.765.200	67,6	22,2	2.441.394	2.304.096	59,9	25,1
Resp. Civil Facultativa	996.274	900.469	62,2	18,3	841.967	799.680	55,3	19,1
Assistência e outras coberturas auto	449.284	435.925	106,0	18,9	427.037	406.503	68,4	19,8
	4.554.034	**4.101.594**	**59,98**	**23,1%**	**3.710.398**	**3.510.279**	**59,8**	**23,1**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(448.012)	(448.012)	(190.173)	(190.173)
Provisão de riscos não expirados	(4.428)	(4.428)	(9.946)	(9.946)
	(452.440)	**(452.440)**	**(200.119)**	**(200.119)**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - ADM	(2.891.930)	(2.306.109)
Porto Socorro	(361.020)	(196.848)
Sinistros avisados - JUD	(17.450)	(21.464)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.192)	(12.378)
Ressarcimentos	36.495	29.828
Salvados	441.550	464.620
Outras despesas com sinistros (*)	(75.384)	(58.513)
	(2.883.931)	**(2.100.864)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(784.486)	(708.970)
Outras despesas de comercialização	(109.527)	(141.764)
Variação das despesas de comercialização diferidas	34.263	39.002
	(859.750)	**(811.732)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas com operações de seguros	4.090	4.882
Total de outras receitas	**4.090**	**4.882**
Despesas com serviços de assistência	(33.651)	(39.711)
Despesas com cobrança	(28.379)	(20.661)
Despesas com sistema de riscos	(13.201)	(14.455)
Despesas com encargos sociais	(7.821)	(7.478)
Provisão de desvalorização de salvados	(3.228)	(2.759)
Outras	71	(7.006)
Total de outras despesas	**(86.209)**	**(92.070)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(82.119)**	**(87.188)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas recuperadas (*)	(239.564)	(199.861)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(72.577)	(64.464)
Serviços de terceiros	(33.314)	(36.269)
Localização e funcionamento	(19.732)	(22.348)
Outras	(2.046)	(4.597)
	(367.233)	**(327.539)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 31).

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	(53.165)	(58.224)
PIS	(8.331)	(7.849)
Outras	(4.815)	(4.095)
	(66.311)	**(70.168)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda	76.247	131.287
Adicional de fracionamento de prêmios	37.281	34.163
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	31.873	20.876
Outras	9.501	3.978
Total de receitas financeiras	**154.902**	**190.304**
Operações de seguros	(16.177)	(18.205)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(45)	(170)
Outras	(9.601)	1.277
Total de despesas financeiras	**(25.823)**	**(17.098)**
Resultado financeiro	**129.079**	**173.206**

30. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES
No decorrer de 2022 houve a contabilização no ganho patrimonial relativo ao Fundo (detalhado na nota explicativa nº 1.2.1), compensado pelas perdas ocorridas nas demais vendas de imóveis realizadas pela Companhia.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:
(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia;
(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.
Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Portoseg	749.994	601.971
	749.994	**601.971**
Passivo		
Porto Cia	33.275	35.977
	33.275	**35.977**

		Despesas
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(496.531)	(354.963)
Porto Assistência	(181.463)	–
Porto Atendimento	(6.816)	(14.189)
Outros	(8.201)	(6.133)
	(693.011)	**(375.285)**

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE
As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	(405)	19.072
Honorários de diretoria e encargos	940	853
	535	**19.925**

32. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) COMITÊ DE AUDITORIA
(b) O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

José Rivaldo Leite da Silva
CEO Seguros
e Diretor Vice-Presidente - Comercial

Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretor de Atendimento

Celso Damadi
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

Adriana Pereira Carvalho Simões
Diretora Jurídica e Riscos

Luiz Vicente Guaranha Lapenta
Diretor de Precificação

Lene Araújo de Lima
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

Eva Vazquez Montenegro Miguel
Diretora de Produção

Marcelo Sebastião da Silva
Diretor de Sinistro Automóvel

Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

Fabio Ohara Morita
Diretor Técnico

Rafael Veneziani Kozma
Diretor de Controladoria

Marcos Roberto Loução
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

Gilmar Pires Rodrigues
Diretor de Produto - Automóvel

Tiago Violin
Diretor

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.12 e 19, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 2.921.902. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras daquele exercício originalmente divulgados, as quais foram auditadas por outro auditor. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 30 de agosto de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Seguro Auto
por assinatura
100% digital e com pagamento mês a mês.

azul seguros

Consulte o seu Corretor ou acesse: www.azulseguros.com.br

Informações reduzidas. Consulte as condições gerais no site www.azulporassinatura.com.br. CNPJ 33.448.150/0001-11. Processo SUSEP 154.14.001055.2004.84. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP. Sinistro e assistência 24h: 4004.3700. (Capitais e Grandes Centros) | 0800 703 0203 (Outras regiões) | WhatsApp (11) 96425-5000| SAC 0800 703 12 80 | 0800 727 8736 (Atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | Ouvidoria 0800 727 1184.

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF n° 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 472,9 milhões, aumento de R$ 6,7 milhões ou 1,4% em relação ao ano anterior.

• Sinistralidade
A sinistralidade da Companhia em 2022 foi de 33,7%, aumento de 6,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas, tributos e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 17,5%, com redução de 6,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 54,5 milhões, aumento de R$ 19,6 milhões, ou 56,2% em relação ao ano anterior.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 85,1%, redução de 0,8 ponto percentual em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 76,2%, redução de 3,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de despesas administrativas.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 76,7 milhões, aumento de R$ 16,0 milhões ou 26,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 1,27 em 2022 e R$ 0,73 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**600.138**	**536.728**
Disponível		5.999	10.448
Caixa e bancos		5.999	10.448
Equivalentes de caixa	7	56.564	22.932
Aplicações	8	165.874	191.154
Créditos das operações com seguros e resseguros		224.423	214.227
Prêmios a receber	9.1	224.423	214.227
Outros créditos operacionais		44.267	1.324
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	492	671
Títulos e créditos a receber		29.209	24.420
Títulos e créditos a receber		3.854	698
Créditos tributários e previdenciários	10.1	25.108	23.545
Outros créditos		247	177
Despesas antecipadas		1.369	1.786
Custos de aquisição diferidos	11	71.941	69.766
Seguros		71.941	69.766
Não circulante		**117.699**	**170.345**
Realizável a longo prazo		117.699	170.345
Aplicações	8	84.724	138.960
Títulos e créditos a receber		32.971	31.340
Créditos tributários e previdenciários	10.1	12.418	11.896
Depósitos judiciais e fiscais	12	15.834	16.784
Outros créditos		4.719	2.660
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	4	45
Total do ativo		**717.837**	**707.073**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**523.594**	**454.479**
Contas a pagar		76.872	69.319
Obrigações a pagar	13.1	39.942	39.144
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	19.124	18.071
Encargos trabalhistas		244	258
Impostos e contribuições		17.562	11.846
Débitos de operações com seguros e resseguros		81.730	69.201
Prêmios a restituir		216	137
Operações com resseguradoras		725	840
Corretores de seguros e resseguros	14	67.825	65.072
Outros débitos operacionais		12.964	3.152
Depósitos de terceiros	15	4.154	2.243
Provisões técnicas - seguros	16	360.838	313.716
Danos		360.838	313.716
Não circulante		**106.737**	**125.637**
Contas a pagar		5.765	5.391
Obrigações a pagar	13.1	100	139
Tributos diferidos	10.1.3	5.665	5.252
Provisões técnicas - seguros	16	96.090	115.073
Danos		96.090	115.073
Outros débitos		4.882	5.173
Provisões judiciais	17.1	4.882	5.173
Patrimônio líquido	**18**	**87.506**	**126.957**
Capital social		57.500	92.500
Reservas de lucros		27.008	31.499
Ajustes de avaliação patrimonial		2.998	2.958
Total do passivo e patrimônio líquido		**717.837**	**707.073**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	19	472.928	466.264
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(6.801)	8.271
Prêmios ganhos	**19**	**466.127**	**474.535**
Sinistros ocorridos	**21**	**(157.223)**	**(131.680)**
Custos de aquisição	**22**	**(157.613)**	**(160.475)**
Outras receitas e despesas operacionais	**23**	**(11.202)**	**(19.446)**
Resultado com resseguro		**(914)**	**(1.500)**
Receita com resseguro		–	50
Despesa com resseguro		(914)	(1.490)
Outros resultados com resseguro		–	(60)
Despesas administrativas	**24**	**(51.525)**	**(74.452)**
Despesas com tributos		**(18.992)**	**(21.574)**
Resultado financeiro	**25**	**54.470**	**34.867**
Resultado operacional		**123.128**	**100.275**
Resultado antes dos impostos e participações		**123.128**	**100.275**
Imposto de renda	**10.2**	**(27.992)**	**(22.942)**
Contribuição social	**10.2**	**(18.069)**	**(16.130)**
Participações sobre o lucro		**(376)**	**(554)**
Lucro líquido do exercício		**76.691**	**60.649**
Quantidade de ações		60.160	83.058
Lucro líquido por ação - R$		1,27	0,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**76.691**	**60.649**
Outros resultados abrangentes	**40**	**42**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	67	70
Efeitos tributários	(27)	(28)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**76.731**	**60.691**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento/(redução) de capital - em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**89.000**	**31.000**	**60.867**	**2.916**	**–**	**183.783**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)	–	–	(47.717)	–	–	(47.717)
Aumento/redução de capital:						
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548	3.500	–	–	–	–	3.500
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7	–	(31.000)	–	–	–	(31.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	167	–	–	167
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	42	–	42
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	60.649	60.649
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	–	3.032	–	(3.032)	–
Reservas estatutárias	–	–	15.150	–	(15.150)	–
JCP (R$ 0,06 por ação)	–	–	–	–	(5.184)	(5.184)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,45 por ação)	–	–	–	–	(37.283)	(37.283)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**92.500**	**–**	**31.499**	**2.958**	**–**	**126.957**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)	–	–	(15.151)	–	–	(15.151)
Redução de capital						–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.214	(35.000)	–	–	–	–	(35.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	271	–	–	271
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	40	–	40
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	76.691	76.691
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	–	–	–	–
Reservas estatutárias	–	–	10.389	–	(10.389)	–
JCP (R$ 0,10 por ação)	–	–	–	–	(6.251)	(6.251)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 1,00 por ação)	–	–	–	–	(60.051)	(60.051)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**57.500**	**–**	**27.008**	**2.998**	**–**	**87.506**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	76.691	60.649
Ajustes para:		
Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(7)	221
Provisões técnicas - seguros e resseguros	36.373	(15.622)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	79.516	66.667
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.189)	5.870
Ativos de resseguro	220	651
Créditos fiscais e previdenciários	(1.563)	21
Ativo fiscal diferido	(522)	(1.686)
Depósitos judiciais e fiscais	950	4.842
Despesas antecipadas	417	(241)
Custos de aquisição diferidos	(2.175)	2.642
Outros ativos	(48.228)	1.334
Impostos e contribuições	35.123	10.508
Outras contas a pagar	(3.729)	24.496
Débitos de operações com seguros e resseguros	12.529	(3.168)
Depósitos de terceiros	1.911	(1.036)
Provisões judiciais	(291)	267
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(8.234)	4.217
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos	(29.407)	(31.333)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**139.385**	**129.299**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(75.202)	(89.406)
Redução de capital	(35.000)	(27.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(110.202)**	**(116.906)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.183**	**12.393**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**33.380**	**20.987**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**62.563**	**33.380**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0%
Ações em circulação	0,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	48,4%
Itauseg Participações S.A.	27,2%
Itaú Unibanco S.A.	22,5%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	1,6%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,0%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	56,9%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	43,1%
Outros	0,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Caixa gerado nas operações	**–**	**15.622**	**(15.622)**
Provisões técnicas - seguros e resseguros	–	15.622	(15.622)
Variações nos ativos e passivos	**(11.405)**	**(15.622)**	**4.217**
Pagamento de provisões técnicas - seguros e resseguros	(11.405)	(15.622)	4.217

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização é ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

A provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos dos riscos vigentes emitidos, devem ser registrados por ramo, que correspondem a parcela do prêmio ainda não decorrido, o qual o período do risco tenha início após o 12° mês.

Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmio entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição à curva dos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.2). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de junho de 2022.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 21,8%, e o percentual de resseguro foi de 0,9%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos, e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF n° 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis intermediárias. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 73,4% (89,8% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.
(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.
Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve cessão de resseguro.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de *"stress"*), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	33.478	493	35.223	321
Fluxo de 0 a 30 dias	153.659	65.497	47.920	87.038
Fluxo de 2 a 6 meses	129.720	143.767	138.640	106.981
Fluxo de 7 a 12 meses	52.001	57.876	52.115	58.557
Fluxo acima de 1 ano	209.949	84.412	354.396	88.594
Total	**578.807**	**352.045**	**628.294**	**341.491**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pós-fixados (SELIC/CDI)	44,8%	47,7%
Inflação (IPCA/IGPM)	27,6%	39,4%
Prefixados	21,5%	5,6%
Ações	2,2%	4,1%
Outros	3,9%	3,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de *"stress"* da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de *"stress"*, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(7.174)
	+ 25 b.p.	(3.719)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(1.521)
	- 10 b.p.	1.521
	- 25 b.p.	3.719
	- 50 b.p.	7.174
	+ 50 b.p.	(4.250)
	+ 25 b.p.	(2.175)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(882)
	- 10 b.p.	882
	- 25 b.p.	2.175
	- 50 b.p.	4.250
	± 34%	7.264
Ações	± 17%	3.632
	± 9%	1.816
	+ 50 b.p.	722
	+ 25 b.p.	602
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	482

(*) B.P. = "basis points"
(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.
A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:
(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).
(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.
Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.
As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:
• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.
Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.
As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

(*) Bruto de Resseguro

	Dezembro de 2022	
Região	Residencial	%
Centro Oeste	235.793	49,85%
Nordeste	126.182	26,67%
Norte	55.657	11,77%
Sudeste	34.289	7,25%
Sul	21.131	4,47%
Total Geral	**473.052**	**100,00%**

(*) Bruto de Resseguro

	Dezembro de 2021	
Região	Residencial	%
Centro Oeste	178.950	37,88%
Nordeste	129.888	27,50%
Norte	34.851	7,38%
Sudeste	72.255	15,30%
Sul	56.415	11,94%
Total Geral	**472.359**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE no montante de R$ 124 (R$ 12 em 31 de dezembro 2021).
A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	26.489	20.676
Sinistros - aumento de 50,0%	73.444	68.135

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.
Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.
Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.
O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.
A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**87.506**	**126.958**
(+/–) Ajustes contábeis	**(13.787)**	**(13.682)**
Despesas antecipadas	(1.369)	(1.786)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(12.418)	(11.896)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(2.683)**	**(5.038)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(2.683)	(5.038)
PLA de nível 1	**71.036**	**108.238**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	58.590	49.757
PLA de nível 2	**58.590**	**49.757**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	12.418	11.896
PLA de nível 3	**12.418**	**11.896**
Excesso de Nível 2 (–)	(18.527)	(11.329)
Excesso de níveis 2 e 3	**(18.527)**	**(11.329)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**123.517**	**158.562**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**104.963**	**100.653**
Capital de risco de subscrição	91.897	89.144
Capital de risco de mercado	8.903	11.081
Capital de risco de crédito	13.135	9.041
Capital de risco operacional	3.123	3.179
Benefício da correlação entre riscos	(12.095)	(11.792)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**104.963**	**100.653**
Suficiência de capital	**18.554**	**57.909**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	56.564	22.932
	56.564	22.932

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	135.934	–	135.934	157.644	–	157.644
Cotas de fundos	12.397	–	12.397	10.198	–	10.198
Ações de companhias abertas	6.779	–	6.779	14.578	–	14.578
Debêntures	–	2.088	2.088	–	3.125	3.125
Outros	–	3.739	3.739	–	5.609	5.609
	155.110	5.827	160.937	182.420	8.734	191.154
Total - circulante	155.110	5.827	160.937	182.420	8.734	191.154
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			64%			58%

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - B	89.661	138.960
Total (*)	89.661	138.960
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	36%	42%
Circulante	4.937	–
Não Circulante	84.724	138.960

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 85.189 (R$ 129.799 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	353.046	414.503
Aplicações	221.575	245.298
Resgates	(296.001)	(331.549)
Rendimentos	28.542	24.794
Saldo final	307.162	353.046

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	3,97	2,74
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,07	0,18

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Patrimonial	224.788	(367)	224.421	214.599	(374)	214.225
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	224.798	(375)	224.423	214.609	(382)	214.227

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	221.510	212.470
Vencidos de 1 a 30 dias	2.696	1.424
Vencidos de 31 a 60 dias	246	227
Vencidos de 61 a 120 dias	10	126
Vencidos acima de 120 dias	336	362
	224.798	214.609
Redução ao valor recuperável	(375)	(382)
	224.423	214.227

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	214.227	220.317
Prêmios emitidos	535.763	530.596
Prêmios cancelados	45.082	58.864
Adicional de fracionamento	54.222	55.120
IOF	57.838	44.651
Recebimentos	(682.716)	(695.100)
Redução ao valor recuperável	7	(221)
Saldo final	224.423	214.227

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	(382)	(161)
Provisões constituídas	(159)	(221)
Reversões	166	–
Saldo final	(375)	(382)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 5	5,1%	7,5%
Patrimonial	6 a 11	1,2%	1,8%
	12	93,7%	90,7%

10. TRIBUTOS

10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		
Imposto de renda	12.656	12.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	12.418	11.896
Contribuição social	8.888	8.901
Outros	3.564	2.341
	37.526	35.441
Circulante	25.108	23.545
Não circulante	12.418	11.896

(*) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS - ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	8.200	2.387	(1.423)	9.164
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.909	383	(521)	1.771
Provisão de participação nos lucros	129	238	(46)	321
Outras provisões	1.658	156	(652)	1.162
	11.896	3.164	(2.642)	12.418

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	11.250
2024	783
Após 2024	385
Total - ativo	12.418

Neste estudo é considerada a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.279	1.160	(774)	3.665
IR e CS outros	1.973	27	–	2.000
	5.252	1.187	(774)	5.665

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	123.128	100.275
(–) Participações nos resultados	(376)	(554)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	122.752	99.721
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(49.101)	(39.888)
Juros sobre capital próprio	2.500	2.074
Incentivos fiscais	1.027	968
Inovação tecnológica	(252)	666
Majoração alíquota CSLL	24	(1.818)
Outros	(259)	(1.074)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	3.040	816
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	(46.061)	(39.072)
Taxa efetiva (D/-A)	37,5%	39,2%

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimonial	71.941	69.728
Automóveis	–	38
	71.941	69.766

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	69.766	72.408
Constituição	137.123	135.081
Apropriação para despesa	(134.948)	(137.723)
Saldo final	71.941	69.766

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros	14.006	14.210
Cíveis	1.160	1.938
Fiscais	426	399
Trabalhistas	242	237
	15.834	16.784

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Provisão de "Profit Sharing"	34.983	33.957
Transações com partes relacionadas (*)	3.114	3.812
Provisão de benefícios a empregados	461	521
Outras	1.484	993
	40.042	39.283
Circulante	39.942	39.144
Não circulante	100	139

(*) Vide nota explicativa nº 26.

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	17.044	16.228
IRRF	902	289
Outros	1.178	1.554
	19.124	18.071

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	4.154	4.154
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.154	4.154
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.243	2.243

16. PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	248.503	248.008	241.703	240.987
Provisão de sinistros a liquidar	190.447	190.447	168.914	168.914
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.634	7.634	7.435	7.435
Demais provisões	10.344	10.343	10.737	10.737
	456.928	456.432	428.789	428.073
Circulante	360.838		313.716	
Não circulante	96.090		115.073	

16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	440.194	1.367
Constituições decorrentes de prêmios	466.277	956
Amortização pelo risco decorrido	(540.899)	(1.552)
Aviso de sinistros	147.607	(50)
Pagamento de sinistros	(118.716)	(5)
Atualização monetária e juros	34.326	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	428.789	716
Constituições decorrentes de prêmios	473.052	694
Amortização pelo risco decorrido	(518.054)	(914)
Aviso de sinistros	170.164	–
Pagamento de sinistros	(126.300)	–
Atualização monetária e juros	29.277	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	456.928	496

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	456.928	428.789
Direitos creditórios (i)	204.692	194.528
Custos de aquisição diferidos pagos	12.349	13.105
Outros	3.463	4.254
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	220.504	211.887
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	236.424	216.902
Cotas de fundos de investimento	268.402	240.383
Garantias das provisões técnicas (E)	268.402	240.383
Excedente (E - C - D)	31.978	23.481

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutas de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

									Dezembro	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	356,6	291,1	251,9	274,5	209,6	222,3	208,6	185,6	176,3	198,1
Um ano mais tarde	395,6	359,1	304,8	305,9	204,3	210,0	175,1	141,2	160,8	–
Dois anos mais tarde	439,7	383,2	327,9	335,7	221,7	288,0	173,7	153,5	–	–
Três anos mais tarde	460,3	401,3	353,4	350,7	242,1	287,8	184,5	–	–	–
Quatro anos mais tarde	475,2	422,7	369,0	370,9	239,1	298,6	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	491,9	438,1	390,1	368,8	250,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	507,2	459,3	389,9	379,2	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	527,3	460,0	398,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	529,8	468,2	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	529,8	460,0	389,9	368,8	239,1	287,8	173,7	141,2	176,3	198,1
Pagamentos acumulados até a data-base	445,3	386,5	304,6	271,6	134,3	172,9	55,3	23,8	30,9	–
Total	905,9	846,5	(152,0)	(54,1)	(267,0)	87,3	(231,7)	(64,0)	207,2	198,1
PSL e IBNR reconhecidas no balanço										198,1

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	138.432	134.036
Pagamentos	(34.985)	(30.950)
Constituições	32.972	22.758
Baixas da provisão por êxito	(14.214)	(4.570)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(8.155)	(4.852)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	15.752	22.010
Saldo final	129.802	138.432
Quantidade de processos	2.528	2.946

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

17. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	2.608	2.940
Trabalhistas	1.821	1.834
Fiscais	453	399
Total	4.882	5.173

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	399	1.834	2.940	5.173
Constituições	16	18	1.434	1.468
Enc. êxito/reversões	–	(66)	(1.804)	(1.870)
Pagamentos	–	(120)	(358)	(478)
Atualização monetária	38	155	396	589
Saldo em 31 de dezembro de 2022	453	1.821	2.608	4.882
Quantidade de processos	2	12	62	76

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	87.270	110.480
Cíveis	11.931	13.620
Trabalhistas	1.519	175
Total	100.720	124.275

(a) Fiscais e previdenciárias

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 67.702 (R$ 47.011 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 19.568 (R$ 13.469 de possível impacto no lucro líquido).

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF n° 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 57.500, dividido em 60.160.116 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 92.500 dividido em 83.057.691 unidades). A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.214, de 19 de dezembro de 2022 aprovou a redução de capital no montante de R$ 35.000.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 11.500 (R$ 16.181 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 15.069 (R$ 15.151 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 30 de agosto de 2022 e 30 de outubro de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 5.314 (R$ 4.406 em dezembro de 2021), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 28 de janeiro de 2022, 28 de julho de 2022 e 28 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 75.202, sendo R$ 15.151 à conta de reserva de lucros existentes nas demonstrações financeiras de dezembro de 2021 e R$ 60.051 do lucro do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	76.691	60.649
(–) Reserva legal (i)	(3.835)	(3.032)
Lucro básico para determinação do dividendo	**72.856**	**57.617**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**18.214**	**14.404**
Dividendos intermediários	60.051	37.283
Dividendos mínimos - JCP (ii)	5.314	4.406
Total de dividendos e JCP	**65.365**	**41.689**
Total por ação (R$)	**1,08652**	**0,50193**

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2022 a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 6.251 destacado na DMPL, está incluso R$ 938, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

19. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2022			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	472.928	229.570	29,3	33,3
	472.928	**229.570**	**29,3**	**33,3**

	Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	466.264	474.535	27,7	33,8
	466.264	**474.535**	**27,7**	**33,8**

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(6.801)	(6.580)	8.271	8.924
	(6.801)	**(6.580)**	**8.271**	**8.924**

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - adm	(125.811)	(67.557)
Assistências	(26.370)	(41.555)
Sinistros avisados - jud	(5.780)	(14.698)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(347)	(9.118)
Salvados e ressarcimentos	12.763	15.857
Outras despesas com sinistros	(11.678)	(14.609)
	(157.223)	**(131.680)**

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(138.010)	(135.961)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(21.779)	(21.872)
Variação das despesas de comercialização diferidas	2.176	(2.642)
	(157.613)	**(160.475)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cobrança	(5.954)	(6.051)
Assistência	(3.861)	(9.375)
Administração de apólices e contratos	(296)	(335)
Benefícios e cortesias para clientes	123	(1.957)
Outras	(1.214)	(1.728)
	(11.202)	**(19.446)**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas compartilhadas (*)	(37.212)	(39.734)
Serviços de terceiros	(7.650)	(9.655)
Localização e funcionamento	(3.117)	(3.276)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.661)	(19.467)
Outras	(1.885)	(2.320)
	(51.525)	**(74.452)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Adicional de fracionamento de prêmios	54.222	55.120
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	31.102	29.538
Variações monetárias dos depósitos judiciais	1.019	1.376
Outras	947	825
Total de receitas financeiras	**87.290**	**86.859**
Operações de seguros	(29.277)	(34.327)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(2.560)	(4.744)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(29)	(11.602)
Outras	(954)	(1.319)
Total de despesas financeiras	**(32.820)**	**(51.992)**
Resultado financeiro	**54.470**	**34.867**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;

(v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(vi) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Portocap	–	185
	–	**185**
Passivo		
Porto Seguro Cia	3.182	3.382
	3.182	**3.382**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Porto Atendimento	1.560	1.528	(2.051)	(4.943)
Azul Seguros	23	25	–	–
Porto Cia	–	–	(40.926)	(42.129)
Porto Assistência	–	–	(31.323)	–
Itaú Unibanco	–	–	(5.282)	(9.728)
Porto Saúde	–	–	(574)	(307)
Porto Investimentos	–	–	(409)	(417)
	1.583	**1.553**	**(80.565)**	**(57.524)**

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício. O montante provisionado em dezembro de 2022 foi de R$ 223.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente de Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e
Diretor Vice-Presidente - Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Sinistros

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.8 e 16, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 456.928 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF n° 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP 300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 08.816.067/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios
As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2022 R$ 412,2 milhões, com redução de R$ 17,2 milhões ou 4,0% em relação ao ano anterior.
• Provisões técnicas - seguros e previdência complementar
As provisões técnicas totalizaram 2022 R$ 5.325,0 milhões, aumento de R$ 152,4 milhões ou 2,98% em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas e com tributos
As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2022 R$ 44,5 milhões, com aumento de R$ 0,2 milhão ou 0,5% em relação ao ano anterior.
• Resultado financeiro
As receitas financeiras totalizaram em 2022 R$ 593,5 milhões, com aumento de R$ 191,0 milhões ou 47,5% em relação ao ano anterior devido principalmente a redução nas receitas com aplicações financeiras. As receitas financeiras com aplicações, em fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL e em títulos para negociação, totalizaram em 2022 R$ 568,5 milhões e R$ 365,8 milhões no ano anterior. As despesas financeiras totalizaram em 2022 R$ 640,8 milhões, com aumento de R$ 82,8 milhões ou 14,8% em relação ao ano anterior.
• Prejuízo líquido e por ação
O prejuízo do exercício totalizou em 2022 R$ 54,2 milhões comparado com o prejuízo de R$ 75,6 milhões em 2021. O prejuízo por ação foi de R$ 3,68 em 2022 comparado com o um prejuízo por ação de R$ 5,68 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**4.185.652**	**4.372.625**
Disponível		7.406	7.748
Caixa e bancos		7.406	7.748
Equivalentes de caixa	7	500.929	320.277
Aplicações	8	3.641.712	4.023.228
Créditos das operações com seguros e resseguros		8.202	4.272
Prêmios a receber		8.202	4.272
Operações com resseguradoras		–	–
Créditos das operações com previdência complementar		2.482	2.990
Valores a receber		2.482	2.990
Outros créditos operacionais		7.529	2.499
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.811	710
Títulos e créditos a receber		12.280	6.679
Títulos e créditos a receber		10.638	5.161
Créditos tributários e previdenciários	9	1.642	1.516
Outros créditos		–	2
Despesas antecipadas		7	768
Custos de aquisição diferidos	10	3.294	3.454
Seguros		2.322	2.418
Previdência		972	1.036
Não circulante		**1.505.985**	**1.183.322**
Realizável a longo prazo		1.493.603	1.170.314
Aplicações	8	1.366.147	1.079.535
Títulos e créditos a receber		126.085	89.121
Créditos tributários e previdenciários	9	112.649	76.389
Depósitos judiciais e fiscais	11	13.407	12.689
Outros créditos operacionais		29	43
Custos de aquisição diferidos	10	1.371	1.658
Seguros		818	1.186
Previdência		553	472
Imobilizado	12	12.382	13.008
Imóveis de uso próprio		12.382	13.008
Total do ativo		**5.691.637**	**5.555.947**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**826.686**	**659.287**
Contas a pagar		9.800	12.550
Obrigações a pagar		3.079	4.037
Impostos e encargos sociais a recolher		6.166	4.747
Encargos trabalhistas		430	390
Impostos e contribuições		1	3.251
Outras contas a pagar		124	125
Débitos de operações com seguros e resseguros		3.132	1.777
Operações com resseguradoras		3.132	1.746
Corretores de seguros e resseguros		–	31
Depósitos de terceiros		533	165
Provisões técnicas - seguros	13	345.367	329.706
Danos		59	8
Pessoas		829	799
Vida individual		12.928	18.353
Vida com cobertura por sobrevivência		331.551	310.546
Provisões técnicas - previdência complementar	14	467.854	315.089
Planos não bloqueados		260.197	123.945
PGBL/PRGP		207.657	191.144
Não circulante		**4.551.275**	**4.567.690**
Contas a pagar		28.354	31.968
Obrigações a pagar		260	236
Tributos diferidos	9.1.2	28.094	31.732
Provisões técnicas - seguros	13	1.994.595	1.920.058
Vida individual		34.600	29.953
Vida com cobertura por sobrevivência		1.959.995	1.890.105
Provisões técnicas - previdência complementar	14	2.517.191	2.605.914
Planos não bloqueados		915.605	962.908
PGBL/PRGP		1.601.586	1.643.006
Outros débitos		11.135	9.750
Provisões judiciais	15	11.135	9.750
Patrimônio líquido	**16**	**313.676**	**328.970**
Capital social		359.578	239.578
Aumento de capital - em aprovação		19.000	95.000
Reservas de reavaliação		4.543	4.809
Reserva de Lucro		137	–
Ajuste de avaliação patrimonial		935	6.208
Prejuízos acumulados		(70.517)	(16.625)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.691.637**	**5.555.947**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informação sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Rendas de contribuições e prêmios	17	412.160	429.325
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(411.042)	(428.529)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**1.118**	**796**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	**19**	**52.899**	**49.461**
Variação de outras provisões técnicas		**(59.647)**	**1.755**
Benefícios retidos		**(3.531)**	**(4.752)**
Custos de aquisição		**(5.516)**	**(5.788)**
Prêmios emitidos		16.425	15.932
Contribuições para cobertura de riscos		15.893	15.716
Variações das provisões técnicas de prêmios		226	(419)
Prêmios ganhos	**18**	**32.544**	**31.229**
Sinistros ocorridos	**20**	**(2.117)**	**(5.801)**
Custos de aquisição		**(10.485)**	**(13.018)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(2.105)**	**(2.720)**
Resultado com operações de resseguro (–) VGBL		**(2.349)**	**(339)**
Receitas com resseguro		558	673
Despesas com resseguro		(2.907)	(1.012)
Resultado com operações de resseguro VGBL		**(38)**	**(252)**
Despesas com resseguro		(38)	(252)
Despesas administrativas	**21**	**(37.815)**	**(37.051)**
Despesas com tributos		**(6.659)**	**(7.205)**
Resultado financeiro	**22**	**(47.263)**	**(155.484)**
Resultado operacional		**(90.964)**	**(149.169)**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	**23**	**1.088**	**–**
Resultado antes dos impostos e participações		**(89.876)**	**(149.169)**
Imposto de renda	**9.2**	**22.724**	**46.403**
Contribuição social	**9.2**	**13.597**	**27.816**
Participações sobre o lucro		**(658)**	**(628)**
Prejuízo do exercício		**(54.213)**	**(75.578)**
Quantidade de ações (mil)		15.156	13.309
Prejuízo por ação - R$		(3,58)	(5,68)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prejuízo do exercício	**(54.213)**	**(75.578)**
Outros resultados abrangentes	**(5.273)**	**(7.921)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(8.803)	(13.190)
Efeitos tributários	3.521	5.276
Outros ajustes de avaliação patrimonial	15	(12)
Efeitos tributários	(6)	5
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(59.486)**	**(83.499)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**154.578**	**–**	**4.955**	**22.188**	**14.129**	**–**	**195.850**
Resultados de exercícios anteriores		–	–	–	36.619	–	–	36.619
Aumento de capital:								–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234		15.000	–	–	–	–	–	15.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430		25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 27 de agosto de 2021		–	55.000	–	–	–	–	55.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 29 de dezembro de 2021		–	30.000	–	–	–	–	30.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(7.921)	–	(7.921)
Reserva de reavaliação:								–
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(75.578)	(75.578)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(58.807)	–	58.807	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**239.578**	**95.000**	**4.809**	**–**	**6.208**	**(16.625)**	**328.970**
Aumento de capital:	14 a							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 598		55.000	(55.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 688		10.000	(10.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 772		30.000	(30.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 802		25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	19.000	–	–	–	–	19.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14 d	–	–	–	–	(5.273)	–	(5.273)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(321)	–	–	321	–
Outros		–	–	55	–	–	–	55
Ações - Participação nos Lucros de Funcionários		–	–	–	137	–	–	137
Prejuízo do Período		–	–	–	–	–	(54.213)	(54.213)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**359.578**	**19.000**	**4.543**	**137**	**935**	**(70.517)**	**313.676**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(54.213)	(75.578)
Ajustes para:		
Depreciações	340	345
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	(26)	375
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	155.853	8.648
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	94.904	4.731
Créditos das operações com seguros e resseguros	(3.912)	2.845
Créditos das operações com previdência complementar	516	18
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(1.101)	(627)
Créditos fiscais e previdenciários	(126)	2.598
Ativo fiscal diferido	(36.260)	(74.126)
Depósitos judiciais e fiscais	(718)	(249)
Despesas antecipadas	761	(763)
Custos de aquisição diferidos	447	2.429
Outros ativos	(10.491)	3.091
Impostos e contribuições	(3.250)	2.451
Outras contas a pagar	(3.114)	18.068
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.355	1.356
Depósitos de terceiros	368	(405)
Provisões judiciais	1.385	(54)
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	(1.613)	(3.142)
Outros passivos	(5.081)	28.698
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**136.024**	**(79.291)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	286	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**286**	**–**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	44.000	180.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**44.000**	**180.000**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**180.310**	**100.709**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**328.025**	**227.316**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**508.335**	**328.025**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1. OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 3º andar em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	0,0%
Ações em circulação	105,4%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	9,2%
Itauseg Participações S.A.	35,6%
Itaú Unibanco S.A.	29,4%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	24,4%
Jayme Brasil Garfinkel	0,3%
Outros	0,7%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	35,5%
Outros	12,8%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.
O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata. A operação negociou 3 imóveis da Companhia, na mesma data da assinatura do acordo, ao valor de R$ 1.374. O ganho obtido nesta operação foi de R$ 1.088, sendo R$ 572 líquidos de efeitos tributários (vide nota explicativa nº 23).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos períodos apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Ajustes para:			
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	375	375
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	–	8.648	8.648
Variação nas contas patrimoniais:			
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.151	(306)	2.845
Créditos das operações com previdência complementar	87	(69)	18
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	5.506	(8.648)	(3.142)

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".
O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.
Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.
As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").
(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.
(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.
Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.
As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.
Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis.
Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro e previdência são agrupados de acordo com suas características técnicas, de risco e similaridades.
Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de dezembro de 2022.
Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.
Para os produtos de seguros em regime de repartição, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 22,9%, e o percentual de resseguro foi de 57,1%.
O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.
O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R$ 68.154, mas foram reconhecidas apenas R$ 61.283 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R$ 6.871 correspondente à mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

3.11.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 65,9% (71,9% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.
Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado o Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	738.245	–	579.267	–
Fluxo de 0 a 30 dias	1.416.099	52.646	332.486	3.128
Fluxo de 31 a 180 dias	140.251	348.837	184.253	26.247
Fluxo de 181 a 360 dias	116.673	365.630	183.584	56.819
Fluxo acima de 360 dias	3.722.275	6.828.116	4.745.152	9.709.309
Total	**6.133.543**	**7.595.229**	**6.024.742**	**9.795.503**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	39,5%	40,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	30,1%	33,4%
Prefixados	26,9%	22,0%
Ações	2,4%	3,1%
Outros	1,1%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+50 b.p.	(264.505)
	+25 b.p.	(135.616)
Índices de preços	+10 b.p.	(54.657)
	- 10 b.p.	54.657
	- 25 b.p.	135.616
	- 50 b.p.	264.505
	+50 b.p.	(324.432)
	+25 b.p.	(177.497)
Juros pré-fixados	+10 b.p.	(75.281)
	- 10 b.p.	75.281
	- 25 b.p.	177.497
	- 50 b.p.	324.432
	± 50 b.p.	± 4.952
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	± 4.211
	± 10 b.p.	± 3,369
	± 34%	± 52.291
Ações	± 17%	± 26.146
	± 9%	± 13.073

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.
A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:
(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).
(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.
Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.
As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:
• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.
Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.
Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas, antes da compensação pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 648 de 2021.
• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva
Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleções, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.
• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar
Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.
• Plano de previdência complementar tradicional
Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.274 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2022, de R$ 817.433. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.
Medidas para mitigação de risco
Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.
Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").
A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:
• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
ETTJ-SUSEP - aumento de 50,0%	10.174.830	8.382.184
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(100.229)	(120.961)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso o processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos e reduzir as ameaças até um nível aceitável.
Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**313.676**	**328.970**
(+/-) Ajustes contábeis	**(128.572)**	**(94.067)**
Despesas antecipadas	(7)	(768)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(107.394)	(71.718)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(3.533)	(3.902)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(5.256)	(4.671)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(12.382)	(13.008)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**5**	**2.558**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	4.128	36.564
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (–)	(4.123)	(34.006)
PLA de nível 1	**185.109**	**237.461**
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	233	7.356
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	118.798	110.158
PLA de nível 2	**119.031**	**117.514**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	5.255	4.671
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	12.382	13.008
PLA de nível 3	**17.637**	**17.679**
Excesso de Nível 2 (-)	(44.469)	(36.157)
Excesso de níveis 2 e 3	**(44.469)**	**(36.157)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**277.308**	**336.497**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**184.399**	**198.076**
Capital de risco de subscrição	158.336	154.568
Capital de risco de mercado	51.071	83.343
Capital de risco de crédito	3.882	1.688
Capital de risco operacional	4.259	4.136
Benefício da correlação entre riscos	(33.149)	(45.659)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**184.399**	**198.076**
Suficiência de capital	**92.909**	**138.421**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	500.929	320.277
	500.929	**320.277**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	**23.051**	–	23.051	–	–	–
	23.051	–	**23.051**	–	–	–
Fundos exclusivos						
LFTs	1.368.184	–	1.368.184	1.364.757	–	1.364.757
NTNs - B	538.779	–	538.779	925.135	–	925.135
Debêntures	–	447.248	447.248	–	556.158	556.158
Cotas de fundos de investimento	532.721	–	532.721	386.665	–	386.665
LTNs	–	–	–	268.123	–	268.123
Letras Financeiras - privadas	–	462.276	462.276	–	295.368	295.368
Ações de companhias abertas	132.818	–	132.818	164.604	–	164.604
NTNs - C	29.459	–	29.459	29.625	–	29.625
CDBs	–	89.878	89.878	–	20.315	20.315
DPGE	–	14.232	14.232	–	12.478	12.478
Nota Comercial	–	3.066	3.066	–	–	
	2.601.961	**1.016.700**	**3.618.661**	**3.138.909**	**884.319**	**4.023.228**
Total - circulante	**2.625.012**	**1.016.700**	**3.641.712**	**3.138.909**	**884.319**	**4.023.228**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**73%**			**79%**

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTN - C	181.289	184.945
Total - não circulante	**181.289**	**184.945**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**4%**	**4%**

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 179.758 (R$ 174.611 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (i)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTN - C	850.062	825.073
NTN - B	334.796	69.517
Total - não circulante	**1.184.858**	**894.590**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**24%**	**18%**

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.191.087 (R$ 962.698 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**5.423.040**	**5.329.587**
Aplicações	940.506	1.111.073
Resgates	(1.352.962)	(1.232.139)
Rendimentos	507.007	227.709
Ajuste a valor de mercado	(8.803)	(13.190)
Saldo final	**5.508.788**	**5.423.040**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (i)	13,62	9,12
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,26	6,26
NTNs B - IPCA	5,77	4,48
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,05	0,14

(i) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	112.649	76.389
Outros	1.642	1.516
	114.291	**77.905**
Circulante	1.642	1.516
Não circulante	112.649	76.389

(i) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	71.718	51.431	(15.755)	107.394
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.429	725	(317)	3.837
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	314	61	(153)	222
Provisão de participação nos lucros	58	544	(314)	288
Provisão para riscos sobre créditos	59	233	(226)	66
Outras provisões	811	38	(7)	842
	76.389	**53.032**	**(16.772)**	**112.649**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	48.015
2024	12.466
2025	12.404
Após 2025	39.764
Total - Ativo	**112.649**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores	24.413	–	–	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	4.134	3.109	(6.631)	612
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.174	51	(174)	3.051
IR e CS outros	11	7	–	18
	31.732	**3.167**	**(6.805)**	**28.094**

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(89.876)	(149.169)
(–) Participações sobre o lucro	(658)	(628)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	**(90.534)**	**(149.797)**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**36.214**	**59.919**
Baixa para perda - diferido	–	11.685
Demais despesas e ajustes do ano corrente	107	2.615
Total dos efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**107**	**2.615**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**36.321**	**74.219**
Taxa efetiva (D/A)	**40,1%**	**49,5%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 25,7 meses para os planos tradicionais, PGBL e VGBL e 56 meses para vida.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (*)	7.337	7.033
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.583	4.239
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.477	1.406
Outros	10	11
	13.407	**12.689**

(*) Vide nota explicativa nº 15.1(a).

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2021 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,1	16.185	(5.448)	10.737	16.407	(5.219)	11.188
Terrenos		1.645	–	1.645	1.820	–	1.820
Imóveis de uso		**17.830**	**(5.448)**	**12.382**	**18.227**	**(5.219)**	**13.008**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

12.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentação Baixas (*)	Despesas de depreciação	Saldo líquido em Dezembro de 2022
Edificações	11.188	(111)	(340)	10.737
Terrenos	1.820	(175)	–	1.645
Imóveis de uso	**13.008**	**(286)**	**(340)**	**12.382**

(*) Referem-se aos bens vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.332.260	2.332.260	2.241.009	2.241.009
Sinistros e benefícios a liquidar	1.330	1.330	2.093	2.093
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.354	1.354	1.443	1.443
Demais provisões	5.018	5.018	5.219	5.178
	2.339.962	**2.339.962**	**2.249.764**	**2.249.723**
Circulante	345.367		329.706	
Não circulante	1.994.595		1.920.058	

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.249.764**	**2.238.799**
Constituições decorrentes de prêmios	296.283	310.055
Atualização monetária e juros	212.968	40.432
Diferimento pelo risco decorrido	(416.189)	(336.935)
Aviso de sinistros	3.882	6.212
Pagamento de sinistros	(5.209)	(4.025)
Outras (constituição/reversão)	(1.537)	(4.774)
Saldo final	**2.339.962**	**2.249.764**

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.655**	**1.194**
Novas constituições no período	1.059	247
Baixa da provisão por êxito	(202)	(141)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	(868)	–
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	292	355
Saldo final	**1.936**	**1.655**
Quantidade de processos	5	6

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.805.487	1.829.454
PMBC e PMBaC - previdência	1.108.142	1.079.593
Provisão de despesas relacionadas	3.441	4.368
Provisão de excedente financeiro	944	1.470
Provisão complementar de cobertura (i)	60.831	–
Demais provisões	6.200	6.118
	2.985.045	**2.921.003**
Circulante	467.854	315.089
Não circulante	v 2.517.191	2.605.914

14.1 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.921.003**	**2.926.462**
Contribuições	148.195	150.918
Pagamento de benefícios	(42.935)	(31.367)
Atualização monetária e juros	318.410	284.394
Resgates	(209.218)	(250.116)
Portabilidades líquidas	(171.552)	(73.838)
Outras (constituição/reversão)	21.142	(85.450)
	2.985.045	**2.921.003**

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**5.325.007**	**5.170.767**
(-) Operações com resseguradoras	800	75
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**800**	**75**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**5.324.207**	**5.170.692**
Cotas de fundos de investimento	1.688.067	1.375.946
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.614.315	3.766.088
Títulos de renda fixa - públicos	181.289	184.945
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**5.483.671**	**5.326.979**
Excedente (D - C)	**159.464**	**156.287**

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

15.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	10.582	9.153
Cíveis	553	597
Total	**11.135**	**9.750**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (i)	8.268	7.020
Juros moratórios	1.529	1.387
Processos com adesão ao REFIS (ii)	785	746
	10.582	**9.153**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aderiu-se parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguarda-se o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.153**	**597**	**9.750**
Constituições	820	40	860
Enc. êxito/reversões	–	–	–
Pagamentos	–	(183)	(183)
Atualização monetária	609	99	708
Saldo em 31 de Dezembro 2022	**10.582**	**553**	**11.135**
Quantidade de processos	12	2	14

15.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	70.718	60.425
Cíveis	1.080	831
Total	**71.798**	**61.256**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 67.912 (R$ 51.239 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 378.578, dividido em 15.155.812 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 334.578 dividido em 13.308.729 unidades em 31 de dezembro de 2021). Em 04 de julho de 2022, a SUSEP/CGRAJ por meio da Portaria nº 802 aprovou o aumento de capital no valor de R$ 25.000.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(d) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

17. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
VGBL e VRGP	279.858	294.123
PGBL	113.093	116.599
Tradicional	19.209	18.603
	412.160	**429.325**

18. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios diretos VGBL	16.425	15.932
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	15.893	15.716
Variações das provisões técnicas	226	(419)
	32.544	**31.229**

19. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Taxa de gestão	52.014	48.126
Outras taxas	885	1.335
	52.899	**49.461**

20. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(2.117)	6,5	(5.801)	18,6
	(2.117)	**6,5**	**(5.801)**	**18,6**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas compartilhadas (i)	(26.461)	(26.985)
Pessoal	(6.680)	(6.101)
Localização e funcionamento	(1.539)	(1.069)
Outras	(3.135)	(2.896)
	(37.815)	**(37.051)**

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 24).

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações de PGBL e VGBL	454.182	204.646
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	114.363	161.167
Juros de títulos disponíveis para a venda	21.872	35.947
Outras	3.088	719
Total de receitas financeiras	**593.505**	**402.479**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(318.410)	(284.394)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(81.231)	(173.888)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(212.968)	(40.432)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(2.179)	
Outras (i)	(25.980)	(59.249)
Total de despesas financeiras	**(640.768)**	**(557.963)**
Resultado financeiro	**(47.263)**	**(155.484)**

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

23. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

O montante de 1.088 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia	2.446	2.538
Portopar	174	–
	2.620	**2.538**

	Despesas Dezembro de 2022	Despesas Dezembro de 2021
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(27.229)	(27.722)
Porto Investimentos	(1.686)	(1.571)
Outros	(1.406)	(1.351)
	(30.321)	**(30.644)**

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO - Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Vida e Previdência

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor

JAIME SOARES BATISTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

MARCELO ZORZO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.8, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$ 2.339.962 mil e R$ 2.985.045 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades, projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis, calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios quanto da sua existência e adequado registro contábil; (vii) confronto dos registros contábeis e controles operacionais e (viii) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia *é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações* contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, *líquidas de ativos redutores*, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Com o app, todo o cuidado da Porto tá na palma da sua mão.

Jefferson Coene
(Prestador Porto Seguro)

Baixe agora!

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 50,5 milhões, aumento de R$ 19,9 milhões, ou 64,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 36,1 milhões, com aumento de 36,7% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 0,60 em 2022 e R$ 0,58 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**696.225**	**413.936**
Disponível		1.099	560
Caixa e bancos		1.099	560
Equivalentes de caixa	7	402.182	249.117
Aplicações financeiras	8	265.331	144.520
Outros créditos operacionais		290	394
Títulos e créditos a receber		47	1.815
Créditos tributários e previdenciários		18	1.815
Outros créditos		29	–
Custo de aquisição diferidos	9	27.241	17.355
Capitalização		27.241	17.355
Despesas antecipadas		35	175
Não circulante		**825.051**	**836.276**
Realizável a longo prazo		825.051	836.276
Aplicações financeiras	8	794.473	810.075
Títulos e créditos a receber		25.023	20.684
Créditos tributários e previdenciários	10.1	24.997	20.662
Depósitos judiciais e fiscais		26	22
Custo de aquisição diferidos	9	5.555	5.517
Capitalização		5.555	5.517
Total do ativo		**1.521.276**	**1.250.212**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**1.000.679**	**914.674**
Contas a pagar		4.665	9.513
Obrigações a pagar		2.480	7.808
Impostos e encargos sociais a recolher		186	148
Encargos trabalhistas		13	16
Impostos e contribuições		1.834	1.521
Outras contas a pagar		152	20
Débitos de operações com capitalização		9.296	6.710
Débitos operacionais		591	505
Outros débitos operacionais		8.705	6.205
Depósitos de terceiros	12	2.253	2.377
Provisões técnicas - capitalização	11.1	984.465	896.074
Provisão para resgates		937.604	858.307
Provisão para sorteio		4.627	2.596
Provisão administrativa		42.234	35.171
Não circulante		**335.025**	**195.992**
Contas a pagar		10	10
Tributos diferidos		10	10
Provisões técnicas - capitalização	11.1	334.343	195.506
Provisão para resgates		326.321	186.609
Provisão para sorteio		–	396
Provisão administrativa		8.022	8.501
Outros débitos	13	672	476
Provisões judiciais		672	476
Patrimônio líquido	**14**	**185.572**	**139.546**
Capital social		125.000	81.000
Aumento de capital (em aprovação)		35.000	34.000
Reservas de lucros		62.649	55.240
Ajustes de avaliação patrimonial		(37.077)	(30.694)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.521.276**	**1.250.212**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita líquida com títulos de capitalização		**73.952**	**67.279**
Arrecadação com títulos de capitalização	15	984.882	873.325
Variação da provisão para resgate		(910.930)	(806.046)
Variação das provisões técnicas		**(6.584)**	**(7.922)**
Resultado com sorteio		**(4.113)**	**(3.270)**
Custos de aquisição	**16**	**(35.746)**	**(22.871)**
Outras receitas e despesas operacionais		**510**	**(89)**
Despesas administrativas	**17**	**(14.623)**	**(13.641)**
Despesas com tributos		**(3.953)**	**(3.461)**
Resultado financeiro	**18**	**50.485**	**30.625**
Resultado operacional		**59.928**	**46.650**
Resultado antes dos impostos e participações		**59.928**	**46.650**
Imposto de renda	**10.2**	**(14.450)**	**(11.661)**
Contribuição social	**10.2**	**(9.329)**	**(8.546)**
Participações sobre o lucro		**(26)**	**(15)**
Lucro líquido do exercício		**36.123**	**26.428**
Quantidade de ações		59.832	45.229
Lucro líquido por ação - R$		0,60	0,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**36.123**	**26.428**
Outros resultados abrangentes	**(6.383)**	**(39.220)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(10.638)	(65.367)
Efeitos tributários	4.255	26.147
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**29.740**	**(12.792)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**18.900**	**45.100**	**35.089**	**8.526**	**–**	**107.615**
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAT nº 138		45.100	(45.100)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	–	–	–	–	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	–	–	–	–	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	–	–	–	–	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(39.220)	–	(39.220)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b(i)	–	–	1.321	–	(1.321)	–
Reservas estatutárias	11 b(ii)	–	–	18.830	–	(18.830)	–
Dividendos mínimos	11 d	–	–	–	–	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**81.000**	**34.000**	**55.240**	**(30.694)**	**–**	**139.546**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 639	14a	12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 924	14a	10.000	(10.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 944		12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 976		10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 28 de julho de 2022		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	25.000	–	–	–	25.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	9	–	–	9
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(6.383)	–	(6.383)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	36.123	36.123
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	14 b(i)	–	–	1.806	–	(1.806)	–
Reservas estatutárias	14 b(ii)	–	–	25.594	–	(25.594)	–
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,15 por ação)	14 C	–	–	–	–	(8.723)	(8.723)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**125.000**	**35.000**	**62.649**	**(37.077)**	**–**	**185.572**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		36.123	26.428
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(105.209)	(26.571)
Créditos tributários e previdenciários		1.797	929
Ativo fiscal diferido		(4.335)	(20.543)
Despesas antecipadas		140	(175)
Custo de aquisição diferidos		(9.924)	(7.462)
Impostos e contribuições		9.254	21.426
Outros ativos		71	(410)
Outras contas a pagar		(2.575)	2.894
Depósitos de terceiros		(124)	2.326
Provisões técnicas - capitalização		227.228	174.094
Pagamento de provisões judiciais		196	160
Outros passivos		(97)	(46.142)
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(8.941)	(20.131)
Caixa liquido gerado nas atividades operacionais		**143.604**	**106.823**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(35.000)	(5.029)
Aumento de capital	14a	45.000	51.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**10.000**	**45.971**
Aumento liquido de caixa e equivalentes de caixa		**153.604**	**152.794**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**249.677**	**96.883**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**403.281**	**249.677**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Portocap Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	48,4%
Itauseg Participações S.A.	27,2%
Itaú Unibanco S.A.	22,5%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	1,7%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,0%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	34,6%
Cleusa Campos Garfinkel	37,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	13,9%
Bruno Campos Garfinkel	13,9%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.
Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.
As provisões atuariais são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) Títulos Disponíveis para Venda
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").
(iii) Mantidos até o Vencimento
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.
(iv) Empréstimos e Recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.
Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.3 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

3.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:
Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.
Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.
Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.
Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.
Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado "pró rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.
Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%

3.5 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.4).
O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

3.6 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxilio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período a medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 120 semestrais.
Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.10 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis intermediárias. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:
Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 100% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de stress), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	406.998	–	249.677	–
Fluxo de 0 a 30 dias	483.736	61.225	288.105	60.535
Fluxo de 31 a 180 dias	236	361.040	–	299.356
Fluxo de 181 a 360 dias	40.370	501.394	35.316	346.011
Fluxo acima de 360 dias	1.096.468	484.477	984.770	433.311
	2.027.808	**1.408.136**	**1.557.868**	**1.139.213**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.
(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prefixados	82,4%	88,4%
Pós-fixados (Selic/CDI)	17,1%	11,5%
Inflação (IPCA/IGPM)	0,5%	–
Outros	–	0,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de stress da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de stress, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Cenário (*)	Impacto na carteira
+50 b.p.	(678)
+25 b.p.	(351)
+10 b.p.	(143)
- 10 b.p.	143
- 25 b.p.	351
- 50 b.p.	678
+50 b.p.	(138.928)
+25 b.p.	(73.655)
+10 b.p.	(30.734)
- 10 b.p.	30.734
- 25 b.p.	73.655
- 50 b.p.	138.928
± 50 b.p.	2.485
± 25 b.p.	2.071
± 10 b.p.	1.656

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de stress e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**185.572**	**139.547**
(+/–) Ajustes contábeis	**(57.829)**	**(43.707)**
Despesas antecipadas	(36)	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(17.949)	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(32.796)	(22.871)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(7.048)	(8.467)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(34.437)**	**(23.160)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(34.437)	(23.160)
PLA de nível 1	**93.306**	**72.680**
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	2.348	1.743
PLA de nível 2	**2.348**	**1.743**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	7.048	8.467
PLA de nível 3	**7.048**	**8.467**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**102.702**	**82.890**
Capital base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco (II)	**46.989**	**56.450**
Capital de risco de subscrição	6.924	5.587
Capital de risco de mercado	38.288	49.192
Capital de risco de crédito	842	1.283
Capital de risco operacional	6.134	5.177
Benefício da correlação entre riscos	(5.199)	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**46.989**	**56.450**
Suficiência de capital	**55.713**	**26.440**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	402.182	249.117
	402.182	**249.117**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Fundos exclusivos		
LFTs	260.163	144.520
Outros	2.705	–
Total - circulante	**262.868**	**144.520**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**25%**	**15%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F	340.249	358.324
Total - não circulante (*)	**340.249**	**358.324**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**32%**	**38%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 402.068 (R$ 409.504 em dezembro de 2021).

8.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F	446.054	451.751
NTNs - B	8.170	–
LTN	2.463	–
	456.687	**451.751**
Circulante	2.463	–
Não circulante	454.224	451.751
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**43%**	**47%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 399.291 (R$ 409.642 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.203.712**	**1.023.243**
Aplicações	231.390	823.186
Resgates	(97.955)	(655.350)
Rendimentos	123.739	78.000
Ajuste a valor de mercado	1.100	(65.367)
Saldo final	**1.461.986**	**1.203.712**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,60	9,10
Fundos exclusivos		
NTNs - F	7,96	7,96
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,12	0,16
NTNs - B	5,42	–
Carteira propria		
NTNs - F	6,99	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**22.872**	**15.410**
Constituição	45.652	30.317
Apropriação para despesa	(35.728)	(22.855)
Saldo final	**32.796**	**22.872**
Circulante	27.241	17.355
Não circulante	5.555	5.517

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	20.471	12.065	(7.809)	24.727
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	190	93	(18)	265
Outras provisões	1	6	(2)	5
	20.662	12.164	(7.829)	**24.997**

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	2.763
2024	106
2025	13.195
2028 a 2030	8.933
Total - Ativo	**24.997**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Resultado antes dos impostos e participações	59.928	46.650
(–) Participações nos resultados	(26)	(15)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**59.902**	**46.635**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(23.961)**	**(18.654)**
Benefícios fiscais	471	–
Outros	(289)	(1.553)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**182**	**(1.553)**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(23.779)**	**(20.207)**
Taxa efetiva (D/A)	**39,7%**	**43,3%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

11 PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2020	**801.441**	**78.249**	**791**	**1.254**	**35.750**	**917.485**
Constituição de provisão	829.826	–	3.503	2.909	–	836.238
Atualização monetária e juros	45.997	46	82	–	–	46.125
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(2.252)	–	(2.252)
Pagamento de resgates	–	(684.862)	–	–	–	(684.862)
Títulos cancelados	(23.780)	–	–	–	–	(23.780)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	11.764	11.764
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(3.842)	(3.842)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.295)	–	–	(3.295)
Transferência PRA	(147.594)	147.722	–	–	–	128
Transferência PRV	(520.332)	520.340	–	–	–	8
Receita com penalidades	(2.137)	–	–	–	–	(2.137)
Saldo final - 31 de dezembro de 2021	**983.421**	**61.495**	**1.081**	**1.911**	**43.672**	**1.091.580**
Circulante						896.074
Não circulante						195.506

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	**1.318.808**	**1.091.580**
Cotas de fundos de investimento	1.119.917	813.461
Títulos de renda fixa - públicos	340.249	358.324
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	**1.460.166**	**1.171.785**
Excedente (C - A - B)	**141.358**	**80.205**

12. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

12.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Vencidos de 1 a 30 dias	2.253	2.013
Vencidos 31 a 60 dias	–	219
Vencidos 61 a 120 dias	–	145
	2.253	**2.377**

13. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	662	476
Fiscais	10	–
Total	**672**	**476**

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**476**	**476**
Constituições	341	341
Enc. êxito/reversões (i)	(123)	(123)
Pagamentos	(130)	(130)
Atualização monetária	98	98
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**662**	**662**
Quantidade de processos	32	32

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	506	457
Total	**506**	**457**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 115.000, dividido em 45.228.724 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
22 de fevereiro de 2022	639	12.000
30 de agosto de 2022	924	10.000
09 de setembro de 2022	944	12.000
19 de setembro de 2022	976	10.000
		44.000

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 6.602 (R$ 4.796 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 56.037 (R$ 50.444 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO realizada em 30 de setembro de 2022, deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$ 15.000, sendo R$ 6.277 relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R$ 8.723 de dividendos intermediários a conta de reserva de lucros.

A AGO realizada em 31 de outubro de 2022, deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$ 20.000 dividendos intermediários à conta de reserva de lucros.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	36.123	26.428
(–) Reserva legal	(1.806)	(1.321)
Lucro básico para determinação do dividendo	**34.317**	**25.107**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**8.579**	**6.277**
Dividendos mínimos obrigatórios	8.579	6.277
Dividendos intermediários	144	–
Total de dividendos	**8.723**	**6.277**
Total por ação (R$)	**0,14580**	**0,13877**

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Instrumento de garantia	976.473	866.130
Incentivo	8.409	7.195
	984.882	**873.325**

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas de comercialização	(45.671)	(30.332)
Variação das despesas diferidas	9.925	7.461
	(35.746)	**(22.871)**

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas com estrutura compartilhada (*)	(8.608)	(10.185)
Serviços de terceiros	(4.331)	(2.587)
Localização e funcionamento	(280)	(276)
Pessoal	(345)	(147)
Publicidade	(115)	(124)
Outras	(944)	(322)
	(14.623)	**(13.641)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 19).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	97.025	50.792
Juros de títulos disponíveis para a venda	26.730	27.208
Outras	139	74
Total de receitas financeiras	123.894	78.074
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(71.844)	(46.140)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(16)	–
Outras	(1.549)	(1.309)
Total de despesas financeiras	**(73.409)**	**(47.449)**
Resultado financeiro	**50.485**	**30.625**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg, Porto Vida e Porto Cia.

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Investimentos;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia.	588	1.003
	588	**1.003**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Porto Cia.	8.360	7.282	(9.485)	(11.296)
Porto Investimento	–	–	(1.660)	(1.325)
Outras	49	61	(445)	(6)
	8.409	**7.343**	**(11.590)**	**(12.627)**

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
CEO - Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Produto - Capitalização

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.4 e 11, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização, no montante de R$ 1.318.808 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor presente esperado das despesas administrativas futuras, taxas de desconto, taxas de carregamento, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF n° 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios retidos
Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2022 R$ 3.158,7 milhões, com aumento de R$ 1.027,6 milhões ou 48,2% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 7,5% com redução de 17,7 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 63,5 milhões, com aumento de R$ 16,6 milhões, ou 35,5% em relação ao ano de 2021. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 99,0%, aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 4,0 pontos percentuais no índice de sinistralidade.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 97,0%, com aumento de 1,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 88,2 milhões, registrando redução de R$ 17,5 milhões ou -16,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 5,26 em 2022 comparado com R$ 6,30 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**729.703**	**459.343**
Disponível		153	14.400
Realizável		729.550	444.943
Aplicações financeiras	7.2	462.207	275.350
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		361.665	275.350
Aplicações livres		100.542	–
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		36.654	30.277
Prêmios a receber	8.1	33.250	26.811
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.2	3.404	3.466
Despesas diferidas	9	146.430	85.576
Créditos tributários e previdenciários	11.1	4.170	3.908
Bens e títulos a receber	10	78.195	49.641
Despesas antecipadas		1.894	191
Não circulante		**1.166.736**	**888.466**
Realizável a longo prazo		674.823	686.639
Aplicações financeiras	7.2	200.413	276.608
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		200.413	276.608
Créditos tributários e previdenciários	11.1	120.061	113.647
Depósitos judiciais e fiscais	12	204.088	195.109
Outros créditos a receber a longo prazo		216	94
Despesas diferidas	9	150.045	101.181
Imobilizado	13	447.922	177.106
Imóveis de uso próprio		447.589	177.106
Veículos		333	–
Intangível	14	43.991	24.721
Total do ativo		**1.896.439**	**1.347.809**

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**668.253**	**528.528**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	583.501	458.679
Provisão de prêmio não ganho - PPNG		109.104	76.845
Provisão para remissão		3.494	3.471
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		1.690	2.290
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		209.086	158.443
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		260.127	217.630
Débitos de operações de assistência à saúde		14.680	13.954
Prêmios a restituir		65	39
Receita antecipada de prêmios		6.748	5.007
Comercialização sobre operações		7.867	8.908
Provisão para IR e CSLL		14.190	9.962
Tributos e encargos sociais a recolher		11.153	8.400
Débitos diversos	16	44.729	37.533
Não circulante		**226.473**	**212.816**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.163	7.412
Provisão para remissão		5.123	5.635
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		40	1.777
Provisões		216.140	201.210
Provisões para tributos diferidos	11.2.3	9.435	7.060
Provisões para ações judiciais	17.1	206.705	194.150
Débitos diversos	16	5.170	4.194
Patrimônio líquido		**1.001.713**	**606.465**
Capital social	18 a	935.770	485.333
Reservas de lucros	18 b	65.794	131.370
Ajustes de avaliação patrimonial		149	(10.238)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.896.439**	**1.347.809**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**3.131.864**	**2.109.455**
Receitas com operações de assistência à saúde		3.158.775	2.131.174
Prêmios retidos	19	3.158.286	2.132.978
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		489	(1.804)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(26.911)	(21.719)
Sinistros retidos		**(2.560.462)**	**(1.658.990)**
Sinistros conhecidos ou avisados	20	(2.515.176)	(1.686.855)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(45.286)	27.865
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**571.402**	**450.465**
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(30.441)**	**(24.261)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(32.995)	(33.082)
Provisão para perdas sobre créditos		404	18.810
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		2.150	(9.989)
Resultado bruto		**540.961**	**426.204**
Despesas de comercialização		**(274.986)**	**(179.550)**
Despesas administrativas	21	**(235.595)**	**(192.818)**
Resultado financeiro líquido	22	**63.502**	**46.862**
Receitas financeiras		93.233	52.649
Despesas financeiras		(29.731)	(5.787)
Resultado patrimonial		**86.775**	**8.915**
Resultado antes dos impostos e participações		**180.657**	**109.613**
Imposto de renda	10.4	**(48.360)**	**(16.334)**
Contribuição social	10.4	**(29.977)**	**(11.538)**
Impostos diferidos	10.4	**5.250**	**36.977**
Participações no resultado		**(19.347)**	**(13.001)**
Lucro líquido do exercício		**88.223**	**105.717**
Quantidade de ações		16.782	16.782
Lucro líquido por ação - R$		5,26	6,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**394.333**	**80.579**	**577**	**–**	**475.489**
Pagamento de dividendos - exercício anterior		–	(30.000)	–	–	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021		36.000	–	–	–	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021		55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	182	–	–	182
Outros resultados abrangentes		–	–	(10.815)	–	(10.815)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal		–	5.286	–	(5.286)	–
Reserva estatutária		–	75.323	–	(75.323)	–
Dividendos intermediários (R$ 0,72 por ação)		–	–	–	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R$ 0,78 por ação)		–	–	–	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**485.333**	**131.370**	**(10.238)**	**–**	**606.465**
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	–	(95.198)	–	–	(95.198)
Aumento de capital - AGE de 30 de março de 2022	16 a	13.000	–	–	–	13.000
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2022	16 a	38.000	–	–	–	38.000
Aumento de capital - AGE de 19 de agosto de 2022	16 a	45.500	–	–	–	45.500
Aumento de capital - AGE de 20 de setembro de 2022	16 a	62.603	–			62.603
Aumento de capital - AGE de 11 de novembro de 2022	16 a	291.334	–			291.334
Reconhecimento pagamento em ações		–	6.201	–	–	6.201
Outros resultados abrangentes		–	–	10.387	–	10.387
Lucro líquido do exercício		–	–	–	88.223	88.223
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	4.411		(4.411)	–
Reserva estatutária	16 b	–	19.010	–	(19.010)	–
Dividendos intermediários (R$ 3,86 por ação)	16 c	–	–	–	(64.802)	(64.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**935.770**	**65.794**	**149**	**–**	**1.001.713**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**88.223**	**105.717**
Outros resultados abrangentes	**(10.387)**	**(10.815)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.007)	(17.987)
Efeitos tributários	6.803	7.195
Ajustes de avaliação patrimonial	(305)	(38)
Efeitos tributários	122	15
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**77.836**	**94.902**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	3.248.144	2.362.231
(+) Resgate de aplicações financeiras	2.060.972	1.247.400
(+) Outros recebimentos operacionais	216.182	34.129
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(2.481.807)	(1.737.958)
(–) Pagamento de comissões	(375.438)	(269.024)
(–) Pagamento de pessoal	(67.728)	(56.968)
(–) Pagamento de serviços terceiros	(36.996)	(37.926)
(–) Pagamento de tributos	(204.836)	(99.985)
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(77)	(619)
(–) Aplicações financeiras	(2.003.502)	(1.251.616)
(–) Outros pagamentos operacionais	(291.334)	(128.729)
Caixa líquido das atividades operacionais	**63.580**	**60.935**
Atividades de Investimentos		
(–) Pagamentos relativos ao ativo diferido	(1.313)	–
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(1.313)**	**–**
Atividades de Financiamento		
(–) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(173.014)	(42.094)
(–) Pagamentos de participação no resultado	–	(12.094)
(+) Integralização de capital em dinheiro	96.500	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(76.514)**	**(54.188)**
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(14.247)**	**6.747**
Caixa - saldo inicial	**14.400**	**7.653**
Caixa - saldo final	**153**	**14.400**
Ativos livres no início do exercício	**14.400**	**7.853**
Ativos livres no final do exercício	**153**	**14.400**
Aumento/(redução) nos ativos livres	**(14.247)**	**6.547**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.
O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R$ 116.062, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 1 imóvel ao valor de R$ 11.891. O ganho patrimonial relativo a essa operação representa o montante de R$ 65.119 (R$ 34.626 líquidos de efeitos tributários) reconhecido na rubrica de resultado patrimonial na demonstração do resultado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

continua →

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF n° 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1° de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.5 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15 . São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, a única vigente, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de Junho/2022.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 87,7%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, 98,8% (98,2% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	229.540	–	21.965	–
Fluxo de 1 a 30 dias	12.794	23.677	125.649	105.505
Fluxo de 2 a 6 meses	4.083	1.824	12.199	338.946
Fluxo de 7 a 12 meses	743	191	8.291	14.615
Fluxo acima de 1 ano	–	–	494.015	15.465
Total	**247.160**	**25.692**	**662.119**	**474.531**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGP-M)	30,3%	51,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	52,0%	27,9%
Prefixados	16,9%	19,1%
Ações	0,3%	0,8%
Outros	0,5%	0,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

continua

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
	+ 50 b.p.	(14.661)
	+ 25 b.p.	(7.558)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(3.080)
	- 10 b.p.	3.080
	- 25 b.p.	7.558
	- 50 b.p.	14.661
	+ 50 b.p.	(2.607)
	+ 25 b.p.	(1.332)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(540)
	- 10 b.p.	540
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	2.607
	+ 50 b.p.	(1.394)
	+ 25 b.p.	(1.161)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(929)
	- 10 b.p.	929
	- 25 b.p.	1.161
	- 50 b.p.	1.394
	± 34%	(2.218)
Ações	± 17%	(1.109)
	± 9%	(554)

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.233)	(15.899)
Sinistros - aumento de 50,0%	(29.860)	(20.434)

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	1.001.713	606.465
Despesas diferidas	(296.475)	(186.757)
Intangível	(43.991)	(24.721)
Despesas antecipadas	(1.894)	(191)
Patrimônio líquido ajustado	**659.353**	**394.796**
Capital Regulatório	474.397	–
Margem de solvência	–	352.815
Suficiência de capital (*)	**184.956**	**41.981**

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	344.338	–	344.338	158.201	–	158.201
NTNs-B	27.263	–	27.263	107.069	–	107.069
Ações de companhias abertas	2.070	–	2.070	4.451	–	4.451
Letras financeiras - privadas	–	1.167	1.167	–	1.304	1.304
Outros	–	4.214	4.214		4.325	4.325
Total - circulante	**373.671**	**5.381**	**379.052**	**269.721**	**5.629**	**275.350**
Aplicações financeiras em garantia			**278.510**			**275.350**
Aplicações financeiras livres			**100.542**			**–**

7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	–	257.200
Total - não circulante	**–**	**257.200**
Aplicações financeiras em garantia	–	**257.200**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$274.206.

7.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	283.568	19.408
Total (*)	**283.568**	**19.408**
Circulante	83.155	–
Não circulante	200.413	19.408

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$283.568 (R$ 18.291 em 31 de dezembro de 2021).

7.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações fina nceiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	728.337	716.543
Passivo circulante	671.983	528.528
Índice de liquidez corrente	**1,08**	**1,36**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**551.958**	**512.911**
Aplicações	1.982.993	1.247.400
Resgates	(1.913.836)	(1.233.629)
Rendimentos	58.512	43.263
Ajuste a valor de mercado	(17.007)	(17.987)
Saldo final	**662.620**	**551.958**

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

8.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	18.045	15.342
Vencidos de 1 a 30 dias	12.553	8.800
Vencidos de 31 a 60 dias	1.851	1.715
Vencidos de 61 a 120 dias	1.001	1.638
Vencidos a mais de 120 dias	1.975	2.124
Total	**35.425**	**29.619**
Provisão para perdas sobre créditos	(2.175)	(2.808)
Total	**33.250**	**26.811**

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da coparticipação dos beneficiarios e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2022, líquidos das provisões para perdas.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Coparticipação e aportes a receber	2.975	3.018
Outros	429	448
Total	**3.404**	**3.466**

9. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**186.757**	**78.229**
Constituições	371.123	265.669
Apropriações para despesa	(261.405)	(157.141)
Saldo final	**296.475**	**186.757**
Circulante	146.430	85.576
Não circulante	150.045	101.181

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2021.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Adiantamentos para despesas e outros créditos (i)	53.693	30.164
Contas a receber - Fundação Itaú	22.440	16.341
Transações com partes relacionadas (ii)	2.062	3.136
Total	**78.195**	**49.641**

(i) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(ii) Vide nota explicativa nº 23.

11. TRIBUTOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	120.061	113.647
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	144	522
Contribuição social	53	161
Outros	1.883	1.135
Total	**124.231**	**117.555**
Circulante	4.170	3.908
Não circulante	120.061	113.647

(i) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	77.558	4.256	(146)	81.668
PIS e COFINS s/sinistros a liquidar e IBNR	17.135	7.108	(1.389)	22.854
Provisão para riscos sobre créditos	6.443	2.432	(4.107)	4.768
Participação nos lucros	892	8.758	(4.746)	4.904
Outras	11.619	1.296	(7.048)	5.867
Total	113.647	23.850	(17.436)	120.061

11.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO (*)

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	79.076
2024	37.964
2025	2.138
2026	204
2027	153
Após 2027	526
Total	**120.061**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	(6.854)	(3.253)	965	(9.142)
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	(206)	(87)	–	(293)
	(7.060)	**(3.340)**	**965**	**(9.435)**

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	180.657	109.613
(–) Participações nos resultados	(19.347)	(13.001)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**161.310**	**96.612**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(64.524)**	**(38.645)**
Incentivos fiscais	1.232	644
Inovação tecnológica (iii)	925	2.785
Indébitos tributários (ii)	–	46.837
Outros	(10.720)	(2.516)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(8.563)**	**47.750**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(73.087)**	**9.105**
Taxa efetiva (D/A)	**45,3%**	**-9,4%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (*)	176.186	167.070
PIS (*)	25.462	24.185
Sinistros	181	1.801
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	971	881
Outros	1.288	1.172
Total	**204.088**	**195.109**

(*) Vide nota explicativa nº 17(a).

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Depreciação acumulada	Dezembro de 2021 Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Depreciação acumulada	Dezembro de 2022 Valor Líquido
Edificações (*)	2%	145.229	(10.499)	134.730	394.970	(9.091)	385.879
Terrenos	–	42.376	–	42.376	61.710		61.710
Veiculos	10%	–	–	–	370	(37)	333
		187.605	**(10.499)**	**177.106**	**457.050**	**(9.128)**	447.922

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

13.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Baixas	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Outros/ transferência	Saldo líquido em dezembro de 2022
Edificações (*)	134.730	–	(52.600)	(3.353)	307.102	385.879
Terrenos	42.376	–	(27.500)	–	46.834	61.710
Veiculos	–	370	–	(37)	–	333
	177.106	**370**	**(80.100)**	**(3.390)**	**353.936**	**447.922**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Amortização acumulada	Dezembro de 2021 Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Amortização acumulada	Dezembro de 2022 Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	62.146	(37.425)	**24.721**	85.845	(41.854)	**43.991**
		62.146	**(37.425)**	**24.721**	**85.845**	**(41.854)**	**43.991**

14.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Despesas de amortização	Saldo líquido em dezembro de 2022
"Software"	**24.721**	23.699	(4.429)	**43.991**
	24.721	**23.699**	**(4.429)**	**43.991**

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**466.091**	**399.875**
Constituições decorrentes de prêmios	3.215.182	2.131.742
Amortização pela vigência decorrida	(3.158.286)	(2.222.535)
Aviso de eventos/sinistros	2.599.780	1.780.103
Pagamento de eventos/sinistros	(2.533.613)	(1.624.899)
Outras (constituição/reversão)	(490)	1.805
Total	**588.664**	**466.091**
Circulante	583.501	458.679
Não circulante	5.163	7.412

continua

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF n° 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6).

16. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Débitos a pagar	20.768	14.308
Transações com partes relacionadas (*)	10.076	11.025
Participação nos lucros a pagar	12.091	10.935
Encargos trabalhistas	6.898	5.459
Outros	66	–
Total	**49.899**	**41.727**
Circulante	44.729	37.533
Não circulante	5.170	4.194

(*) Vide nota explicativa nº 23.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	198.901	188.678
Cíveis	7.167	4.869
Trabalhistas	637	603
Total	**206.705**	**194.150**

(a) Provisões para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (i)	172.468	163.611
PIS (ii)	25.462	24.185
Outras provisões	971	882
Total	**198.901**	**188.678**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 15.083 (R$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 10.595 (R$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 2.080 (R$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**188.678**	**603**	**4.869**	**194.150**
Constituições	1.412	187	3.118	4.717
Encerramentos êxito/reversões	(491)	(202)	(688)	(1.381)
Pagamentos	–	(10)	(827)	(837)
Atualização monetária	9.302	59	695	10.056
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**198.901**	**637**	**7.167**	**206.705**
Quantidade de processos	8	13	403	424

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	3.453	2.168
Trabalhistas	85	69
Total	**3.538**	**2.237**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social era de R$ 935.700, representado por 27.920.499 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$ 485.333, representado por 16.782.336 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021).

As AGEs realizadas em 30 de março, 30 de maio, 19 de agosto, 20 de setembro e 11 de novembro de 2022, deliberaram aumento de capital social nos montantes de R$ 13.000, R$ 38.000, R$ 45.500, R$ 62.603 e R$ 291.334, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 40.401 (R$ 35.991 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 19.009 (R$ 95.198 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de novembro de 2022 a distribuição de dividendos, no montante de R$ 150.000, sendo, R$ 95.198 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R$ 54.802 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Em 28 de dezembro de 2022 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 10.000 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido	88.223	105.717
(–) Reserva legal - 5%	(4.411)	(5.286)
Lucro básico para determinação do dividendo	**83.812**	**100.431**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**20.953**	**25.108**
Dividendos mínimos obrigatórios	20.953	13.014
Dividendos intermediários	43.850	12.094
Total de dividendos	**64.802**	**25.108**
Total por ação (R$)	**2,32**	**1,50**

19. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saúde	3.005.120	2.072.741
Odonto	153.166	149.794
Corresponsabilidade cedida	–	(89.557)
Total	**3.158.286**	**2.132.978**

19.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	Corresponsabilidade cedida em preço pós estabelecido	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	–	(89.557)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

20. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada	(138.493)	(178.434)	(60.684)	(1.013.036)	(676.580)	(72.236)	(2.139.463)
Reembolso	(120.743)	(73.392)	(8.534)	(76.936)	(95.577)	(531)	(375.713)
Total em 31 de dezembro de 2022	**(259.236)**	**(251.826)**	**(69.218)**	**(1.089.972)**	**(772.157)**	**(72.767)**	**(2.515.176)**
Total em 31 de dezembro de 2021	**(150.489)**	**(120.075)**	**(50.678)**	**(816.553)**	**(477.700)**	**(71.360)**	**(1.686.855)**

20.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	2.436.908	1.544.964
Cobertura assistencial com preço pre-estabelecido	5.506	70.625
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	71.136	69.554
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.626	1.712
	2.515.176	**1.686.855**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal	(96.571)	(71.028)
Despesas compartilhadas (*)	(73.209)	(68.657)
Serviços de terceiros	(48.604)	(40.309)
Localização e funcionamento	(13.975)	(10.536)
Publicidade	(369)	(879)
Outros	(2.867)	(1.409)
Total	**(235.595)**	**(192.818)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	73.415	14.673
Variações monetárias dos depósitos judiciais	10.654	3.672
Juros de títulos disponíveis para a venda	948	29.134
Outras	8.216	5.170
Total de receitas financeiras	**93.233**	**52.649**
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(15.069)	–
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(10.274)	(3.360)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(782)	(544)
Outras	(3.606)	(1.883)
Total de despesas financeiras	**(29.731)**	**(5.787)**
Resultado financeiro	**63.502**	**46.862**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e

(iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Serviços Médicos	1.800	1.891
Portomed	79	1.017
Porto Seguro Saúde Ocupacional	183	200
Outros	–	28
Total	**2.062**	**3.136**
Passivo		
Porto Cia	8.467	10.694
Portomed	–	331
Total	**8.467**	**11.025**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Cia	115.444	107.630	(132.708)	(107.947)
Porto Renova	–	411	–	–
Porto Renova Nova	430	–	–	–
Porto Consórcio	7.322	5.370	–	–
Porto Vida	700	578	–	–
Serviços Médicos	19.367	22.024	–	–
Portopar	415	409	–	–
Porto Seguro S.A.	–	–	(4.758)	–
Proteção e Monitoramento	153	126	–	–
Portomed	2.570	11.026	–	–
Porto Investimentos	1.046	845	(834)	(663)
Azul Seguros	2.072	1.828	–	–
Porto Capitalização	12	6	–	–
Portoseg	3.261	2.139	–	–
Crediporto	534	512	–	–
Mobitech	1.437	926	–	–
Porto Seguro Serviços e Comércio	846	461	(33)	–
Porto Atendimento	23.350	24.190	(11.066)	(15.846)
Health for Pet	–	271	–	–
Porto Assistência	220	–	–	–
Itaú Auto e Residência	574	307	–	–
Saúde Ocupacional	2.620	2.848	(598)	(739)
Total	**182.373**	**181.907**	**(149.997)**	**(125.195)**

24. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice - Presidente

SAMI FOGUEL
CEO - Saúde

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLA MARIA MITA NOGUEIRA SCHYMURA
Diretora de Produto

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

AMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

MARCELO ZORZO
Diretor de Produto - Saúde

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor

FABIO OHARA MORITA
Diretor

JAIME SOARES BATISTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a

continua

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF n° 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PortoSaúde

Linha Pro

Planos empresariais a partir de 3 vidas com rede credenciada de alta qualidade.

Consulte o seu Corretor.

ANS - Nº 00058-2

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas operacionais
As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2022 R$ 3.096,3 milhões, com aumento de R$ 815,8 milhões ou 35,8% em relação ao ano anterior.
• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 56,0 milhões, registrando redução de R$ 173 milhões ou 75,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 3,36 em 2022 e R$ 15,05 em 2021.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**13.188.537**	**11.762.258**
Disponibilidades		180.126	226.249
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.126	226.249
Instrumentos financeiros		33.204	201.079
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	6	33.204	201.079
Operações de crédito		2.898.129	2.327.106
Setor privado	7	3.953.635	2.921.728
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(1.055.506)	(594.622)
Outros créditos		9.988.490	8.976.990
Valores a receber relativos a transação de pagamento	7	9.878.212	8.792.944
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(68.056)	(71.331)
Diversos	8	178.334	255.377
Outros valores e bens		88.588	30.834
Outros valores e bens		93.551	35.803
Provisão para outros valores e bens		(4.963)	(4.969)
Não circulante		**1.969.577**	**1.689.886**
Operações de crédito		1.167.741	1.142.829
Setor privado	7	1.252.254	1.209.171
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(84.513)	(66.342)
Outros créditos		598.287	374.751
Ativos fiscais diferidos	9	555.625	336.372
Diversos	8	42.662	38.379
Investimento em entidade controlada em conjunto	10	105.388	162.432
Intangível	11	98.161	9.874
Software		124.607	22.758
(–) Amortizações		(26.446)	(12.884)
Total do ativo		**15.158.114**	**13.452.144**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**11.254.857**	**10.313.358**
Depósitos	12	51.410	952.089
Depósitos interfinanceiros		–	568.632
Depósitos a prazo		51.410	383.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	993.608	482.855
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		993.608	482.855
Relações Interfinanceiras		7.660.493	6.862.157
Transações de pagamento	13	7.660.493	6.862.157
Outras obrigações		2.549.346	2.016.257
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.034	5.615
Sociais e estatutárias	14.1	6.874	8.447
Fiscais e previdenciárias	14.2	58.546	120.221
Provisão para pagamentos a efetuar	14.3	101.560	56.886
Diversas	14.5	2.380.332	1.825.088
Não circulante		**2.727.416**	**1.961.496**
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	2.678.782	1.918.842
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.678.782	1.918.842
Provisões para impostos e contribuições diferidas		157	157
Outras obrigações		48.477	42.497
Provisões judiciais	14.4	47.293	41.567
Diversas	14.5	1.184	930
Patrimônio líquido		**1.175.841**	**1.177.290**
Capital social	15 a	654.117	550.000
Outros resultados abrangentes		(67)	(18)
Reservas de lucros		521.791	627.308
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.158.114**	**13.452.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas da intermediação financeira		**1.068.931**	**2.014.936**	**762.040**	**1.380.900**
Operações de crédito	16	1.040.284	1.954.931	748.287	1.360.027
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		28.647	60.005	13.753	20.873
Despesas da intermediação financeira		**(480.348)**	**(1.246.246)**	**(493.433)**	**(784.103)**
Operações de captação no mercado		(254.297)	(453.933)	(118.711)	(162.272)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(226.051)	(792.313)	(374.722)	(621.831)
Resultado bruto da intermediação financeira		**588.583**	**768.690**	**268.607**	**596.797**
Outras receitas/ (despesas) operacionais		**(587.442)**	**(739.232)**	**(106.414)**	**(224.851)**
Receita de prestação de serviços	17	545.744	1.017.306	443.080	840.852
Despesas com pessoal		(38.290)	(67.297)	(24.578)	(43.766)
Outras despesas administrativas	18	(344.851)	(647.252)	(279.832)	(560.907)
Despesas tributárias		(81.595)	(154.369)	(67.601)	(124.726)
Outras receitas operacionais	19	49.108	64.122	42.758	58.745
Outras despesas operacionais	20	(717.558)	(951.742)	(220.241)	(395.049)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		**1.141**	**29.458**	**162.193**	**371.946**
Imposto de renda	9.2	**(36.162)**	**(110.997)**	**(67.042)**	**(126.414)**
Contribuição social	9.2	**(25.631)**	**(70.706)**	**(56.913)**	**(92.475)**
Ativo fiscal diferido	9.2	**112.710**	**219.218**	**71.392**	**87.424**
Participações nos lucros		**(5.620)**	**(10.904)**	**(5.502)**	**(11.530)**
Lucro líquido do período	22	**46.438**	**56.069**	**104.128**	**228.951**
Quantidade de ações (mil)	22	**16.676**	**16.676**	**15.217**	**15.217**
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	22	**2,78472**	**3,36226**	**6,84287**	**15,04574**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Reservas de Lucros: Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**550.000**	**69.026**	**410.707**	**–**	**(27)**	**–**	**1.029.706**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	346	–	–	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	228.951	228.951
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,36 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Saldos em 30 de junho de 2021		**550.000**	**69.026**	**390.707**	**159**	**(27)**	**124.823**	**1.134.688**
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	187	–	–	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	104.128	104.128
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 3,10 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,95 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(40.000)	–	–	–	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.848	–	–	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	56.069	56.069
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**
Saldos em 30 de junho de 2022		**550.000**	**80.474**	**506.488**	**778**	**(18)**	**9.631**	**1.147.353**
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.416	–	–	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	46.438	46.438
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/ exercício	46.438	56.069	104.128	228.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	226.051	792.313	374.722	621.831
Resultado de equivalência patrimonial	(6.103)	4.181	5.530	5.530
Amortizações	12.937	13.562	1.038	1.378
Lucro líquido ajustado	**279.323**	**866.125**	**485.418**	**857.690**
Variações de ativos e passivos	**(452.122)**	**(692.899)**	**(392.243)**	**(701.799)**
Variação em títulos e valores mobiliários	120.812	167.875	(117.984)	(139.840)
Variação em operações de crédito	(555.013)	(1.388.248)	(614.013)	(1.456.547)
Variação em outros créditos	(1.153.427)	(1.235.036)	(1.524.640)	(2.224.477)
Variação em outros valores e bens	(20.217)	(57.754)	2.579	10.628
Variação em investimento de entidade controlada em conjunto	80.363	80.363	(167.962)	(167.962)
Variação em depósitos interfinanceiros	(400.000)	(568.632)	(148.142)	(616.924)
Variação em depósitos a prazo	(364.625)	(332.047)	167.100	383.457
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	695.614	1.270.693	436.901	1.411.597
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	255.866	454.654	97.918	136.289
Variação em outras obrigações	1.264.166	1.550.197	1.643.650	2.214.551
Caixa consumido pelas operações				
Impostos sobre o lucro pagos	(119.795)	(180.310)	(69.732)	(116.282)
Juros sobre captação de recursos pagos	(255.866)	(454.654)	(97.918)	(136.289)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(172.799)**	**173.226**	**93.175**	**155.891**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(93.892)	(101.849)	(10.707)	(10.707)
Aumento de capital em controlada em conjunto	(7.500)	(27.500)	–	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(101.392)**	**(129.349)**	**(10.707)**	**(10.707)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(50.000)	(90.000)	(54.641)	(80.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(50.000)**	**(90.000)**	**(54.641)**	**(80.112)**
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(324.191)**	**(46.123)**	**27.827**	**65.072**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	504.317	226.249	198.422	161.177
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	180.126	180.126	226.249	226.249
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(324.191)**	**(46.123)**	**27.827**	**65.072**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Campos Elísios - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
A Portoseg é dependente da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações de maneira correta e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro líquido do período	**46.438**	**56.069**	**104.128**	**228.951**
Outros resultados abrangentes	**(49)**	**(49)**	**9**	**9**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(82)	(82)	15	15
Efeitos tributários	33	33	(6)	(6)
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	**46.389**	**56.020**	**104.137**	**228.960**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portoseg e nos últimos anos, foram feitos investimentos e parcerias em sistemas e processos de tecnologia da informação. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados da Instituição é essencial para as suas atividades.
A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2022 Participação direta (%)	Dezembro de 2021 Participação direta (%)
ConectCar	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

2.2.1. CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera. A Instituição possui participação de 50% na entidade controlada em conjunto da Conectcar, por meio do método de equivalência patrimonial.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.5.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.
Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2022.

2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.
As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 7).

2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.
Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.
Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa n° 8).

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais (R$ 120 semestrais). A provisão para contribuição social para as sociedades financeiras é constituída à alíquota de 16% conforme NE 22.2.
Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

2.1.4 NORMAS EM VIGOR EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021, que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

3. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, a Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos é composta por três níveis de defesa (1ª linha de defesa - Unidades operacionais, 2ª linha de defesa - Funções de controle, 3ª linha de defesa - Auditoria interna), que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco. Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutrura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (http://ri.portoseguro.com.br), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2023.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

3.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.
Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:
• Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
• Simulações de testes de "stress";
• Medidas potenciais para contingenciamento.
Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de "**stress**" e de cenários adversos de liquidez.

3.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").
Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.
A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.
O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.
Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

3.5. RISCO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, a Porto Seguro desenvolveu em 2022 a política corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC).
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.
A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.
Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.
A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Capital regulamentar		
Nível I	**1.312.668**	**1.328.447**
Capital principal	1.312.668	1.328.447
Nível II	**632.595**	**262.745**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	632.595	262.745
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	**1.945.262**	**1.591.192**
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	14.370.829	13.009.277
De mercado	72.785	12.332
Operacional	856.315	672.232
Ativos ponderados pelo risco (B)	**15.299.929**	**13.693.841**
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	**1.606.493**	**1.369.384**
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	**338.770**	**221.808**
Índice de capital (A/B)	**12,71%**	**11,62%**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Caixa	179.990	200.950
Equivalentes de caixa (*)	136	25.299
	180.126	**226.249**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

Títulos para negociação .	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Dezembro de 2022 Total	Dezembro de 2021 Total
Fundos exclusivos				
LFTs	8.836	24.368	33.204	137.092
DI	–	–	–	63.987
	8.836	**24.368**	**33.204**	**201.079**

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado com operações com títulos e valores mobiliários".
As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	2.460.567	1.581.377
Financiamentos	1.907.728	2.098.452
Empréstimos	837.594	451.070
	5.205.889	**4.130.899**
Títulos e créditos a receber (ii)	9.878.212	8.792.944
	15.084.101	**12.923.843**
Circulante	13.831.847	11.714.672
Não circulante	1.252.254	1.209.171

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.
(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa n° 12).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Setor privado		
Pessoas físicas	14.525.973	12.493.967
Comércio	21.689	13.467
Intermediadores financeiros	13.629	11.656
Indústria	1.015	600
Outros serviços (*)	521.795	404.153
	15.084.101	**12.923.843**

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer		
Até 90 dias	10.261.193	9.150.240
De 91 a 360 dias	1.016.836	892.595
Acima de 360 dias	1.252.253	1.209.171
Vencidos		
Até 14 dias	794.946	628.170
Acima de 14 dias	1.758.873	1.043.667
	15.084.101	**12.923.843**

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
1 a 10 maiores devedores	42.542	11.931
11 a 60 maiores devedores	42.478	29.229
61 a 160 maiores devedores	48.572	37.404
Demais devedores	14.950.509	12.845.279
	15.084.101	**12.923.843**

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Dezembro de 2022 Provisão 2.682/99	Dezembro de 2022 Provisão total (*)	Dezembro de 2021 Total da carteira	Dezembro de 2021 Provisão total (*)
AA	–	–	310.903	97.292	408.195	–	–	274.819	–
A	0,5	10.056.629	1.193.105	569.336	11.819.069	59.096	59.096	10.658.389	69.010
B	1	154.371	98.366	50.684	303.423	3.034	3.034	262.823	2.628
C	3	604.184	103.523	38.135	745.842	22.375	22.375	606.708	18.201
D	10	330.268	50.227	16.940	397.434	39.743	39.743	274.634	27.464
E	30	214.511	32.049	9.641	256.201	76.860	76.860	189.370	56.811
F	50	172.367	23.346	8.810	204.523	102.262	102.262	140.482	70.241
G	70	123.057	18.679	7.301	149.037	104.326	104.326	95.594	66.916
H	100	683.392	77.530	39.455	800.377	800.378	800.379	421.024	421.024
Total		**12.338.779**	**1.907.728**	**837.594**	**15.084.101**	**1.208.074**	**1.208.075**	**12.923.843**	**732.295**
Provisão sobre o total da carteira							**8,0%**		**5,7%**

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	732.295	546.121
Constituição de provisão	1.217.876	622.133
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(742.096)	(435.959)
Saldo final	**1.208.075**	**732.295**

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Montante de créditos renegociados	713.994	353.806
Montante de créditos recuperados	219.109	141.669
Montante de créditos baixados como prejuízo	(961.207)	(577.628)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Depósitos judiciais	40.863	36.823
Cartão de crédito (i)	154.289	232.185
Adiantamento a fornecedores e funcionários	13.925	13.526
Outros	11.919	11.222
Total	**220.996**	**293.756**
Circulante	178.334	255.377
Não circulante	42.662	38.379

(i) A redução refere-se ao recebimento de incentivos ao crescimento do negócio cartão de crédito, a fim de promover investimentos em tecnologia e marketing, feitos pelas Bandeiras.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	290.608	202.773	–	493.381
Provisão para programa fidelidade	36.492	8.387	(1.645)	43.234
Provisão para processos judiciais	5.757	2.108	(234)	7.631
Outras provisões	3.515	38.357	(30.493)	11.379
Total	**336.372**	**251.625**	**(32.372)**	**555.625**

9.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	200.910
2024	218.650
2025	135.817
2026	57
Após 2026	191
Total	**555.625**

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

9.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.141	29.458	162.193	371.946
(–) Participações nos lucros	(5.620)	(10.904)	(5.502)	(11.530)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**(4.479)**	**18.554**	**156.691**	**360.416**
Alíquota vigente (i)	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**1.792**	**(7.422)**	**(62.676)**	**(144.166)**
Incentivos fiscais	4.259	4.407	4.545	4.899
Inovação tecnológica	13.956	13.981	5.950	8.808
Equivalência patrimonial	2.442	(1.672)	–	–
Juros sobre o capital próprio	30.174	30.174	18.883	18.883
Majoração alíquota CSLL (i)	(1.315)	(1.315)	(14.889)	(14.889)
Outros	(391)	(638)	(4.376)	(5.000)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**49.125**	**44.937**	**10.113**	**12.701**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**50.917**	**37.515**	**(52.563)**	**(131.465)**
IRPJ e CSLL correntes	(61.793)	(181.703)	(123.955)	(218.889)
IRPJ e CSLL diferidos	112.710	219.218	71.392	87.424

(i) Vide nota explicativa 22.2.

10. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Identificação de intangíveis	Saldo em dezembro de 2022
ConectCar	162.432	(4.181)	27.500	(80.363)	105.388
	162.432	**(4.181)**	**27.500**	**(80.363)**	**105.388**

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

11.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Amortização acumulada	Dezembro de 2022 Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Amortização acumulada	Dezembro de 2021 Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	44.245	(14.133)	**30.112**	22.758	(12.884)	**9.874**
		44.245	**(14.133)**	**30.112**	**22.758**	**(12.884)**	**9.874**
Marca	–	34.488	–	**34.488**	–	–	–
Parceria	–	1.900	–	**1.900**	–	–	–
Ágio		43.974	(12.313)	**31.661**	–	–	–
Combinações de negócios - Conectcar (i)		**80.362**	**(12.313)**	**68.049**	**–**	**–**	**–**
		124.607	**(26.446)**	**98.161**	**22.758**	**(12.884)**	**9.874**
				98.161			9.874

(i) Vide Nota 1

11.2 MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**9.874**	21.487	(1.249)	–	**30.112**
	9.874	**21.487**	**(1.249)**	**–**	**30.112**
Marca	–	34.488	–	–	**34.488**
Parceria	–	1.900	–	–	**1.900**
Ágio	–	43.974	(12.313)	–	**31.661**
Combinações de negócios - Conectcar	**–**	**80.362**	**(12.313)**	**–**	**68.049**
	9.874	**101.849**	**(13.562)**	**–**	**98.161**

12. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Recursos de letras financeiras (i)	254.075	172.739	1.762.090	1.483.486	3.672.390	2.401.697
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	6.273	45.108	29	–	51.410	383.457
Depósitos interfinanceiros - DI	–	–	–	–	–	568.632
Total	**260.348**	**217.847**	**1.762.119**	**1.483.486**	**3.723.800**	**3.353.786**
Circulante					1.045.018	1.434.944
Não circulante					2.678.782	1.918.842

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

13. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

14.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se substancialmente à participação nos lucros dos funcionários a pagar.

14.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda	12.791	52.192
Contribuição social	26.155	53.307
Cofins	11.709	9.149
Pis	1.991	1.543
Outros	5.900	4.030
	58.546	**120.221**

14.3. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se, principalmente a encargos trabalhistas, valores a pagar a sociedades ligadas, comissões e despesas administrativas diversas. O aumento deve-se substancialmente a provisão de contrato de patrocínio da F1.

14.4. PROVISÕES JUDICIAIS

14.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais (i)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**36.823**	**655**	**4.089**	**41.567**
Constituições	1.252	177	4.952	6.381
Êxitos/reversões	(187)	(122)	(2.241)	(2.550)
Pagamentos	–	(3)	(2.538)	(2.541)
Atualização monetária	3.797	65	574	4.435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**41.685**	**772**	**4.836**	**47.293**
Quantidade de processos	2	38	2.127	2.167

(i) Fiscais

A Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R$ 40.596 em 31 de dezembro de 2022 (de R$ 36.823 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

14.4.2. POSSÍVEIS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, cuja as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

A Instituição é parte em ações trabalhistas e cíveis, no montante em riscos de R$ 1.441 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.154 em dezembro de 2021). Adicionalmente, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 7.683 (R$ 4.661 de possível impacto no lucro líquido).

14.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito	2.262.213	1.729.134
Programa de incentivo - cartão de crédito	108.085	91.229
Outras	11.218	5.655
	2.381.516	**1.826.018**
Circulante	2.380.332	1.825.088
Não circulante	1.184	930

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 654.177 (R$ 550.000 em dezembro de 2021) dividido em 16.675.720 (15.217.403 em dezembro de 2021) (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 30 de maio de 2022, a distribuição de dividendos, no montante de R$ 40.000 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

16. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Cartão de crédito	760.285	1.431.467	504.537	901.060
Financiamentos	201.694	380.707	187.146	358.798
Empréstimos	72.222	130.206	50.759	89.248
Juros de mora	6.083	12.551	5.845	10.921
	1.040.284	**1.954.931**	**748.287**	**1.360.027**

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receita de "interchange" (*)	317.261	601.486	278.617	503.744
Tarifas - "private label"	207.701	377.044	148.633	305.062
Outras	20.782	38.776	15.830	32.046
	545.744	**1.017.306**	**443.080**	**840.852**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Processamento de dados e comunicação	248.660	480.416	192.017	367.152
Comissões	45.898	85.541	45.675	109.695
Custo corporativo	15.771	29.610	14.977	27.973
Infraestrutura	7.428	14.273	4.836	9.368
Divulgações e publicidade	8.640	13.297	11.399	14.393
Outras	18.454	24.115	10.928	32.326
	344.851	**647.252**	**279.832**	**560.907**

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas de incentivo - cartão de crédito	31.699	37.664	31.948	43.088
Receita de variação cambial	2.345	7.962	5.112	6.832
Outras	15.064	18.496	5.698	8.825
	49.108	**64.122**	**42.758**	**58.745**

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Despesas com recuperação	434.836	446.379	7.675	12.432
Programa de fidelização	75.897	146.042	74.037	126.579
Desconto concedido	71.757	113.673	38.704	67.582
Despesas bancárias e de cobrança	46.303	88.091	39.117	73.015
Certificações	37.137	55.570	22.162	50.631
Despesas de equivalência	6.209	16.493	–	–
Fretes	9.888	15.929	6.855	12.440
Perdas com fraude	4.879	12.465	8.366	14.962
Promoções	1.030	2.521	1.422	2.520
Despesas internacionais	349	1.093	560	1.276
Outras despesas	29.273	53.486	21.343	33.612
	717.558	**951.742**	**220.241**	**395.049**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia e Azul;

(iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;

(vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Portopar e Porto Investimentos.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo		Portoseg Passivo	
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2022
Porto Consórcio	24	8	–	–
Porto Cia	–	–	1.433.550	981.466
	24	**8**	**1.433.550**	**981.466**

	Receitas		Despesas	
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia	8.533	7.299	(160.927)	(109.221)
Consórcio	664	23	–	–
Portopar	23	–	(592)	(903)
Proteção e Monitoramento	17	–	–	–
Porto Investimentos	–	–	(445)	(329)
Azul Seguros	4.711	4.280	–	–
Porto Capitalização	127	–	–	–
Crediporto	–	–	(42.821)	(62.421)
Itaú Unibanco	–	–	–	(59.133)
Mobitech Locadora de Veículos	569	630	–	–
Porto Seguro Serviços e Comércio	173	–	(262)	(768)
Porto Atendimento	–	–	(74.911)	(65.985)
Porto Assistência	445	–	–	–
Porto Saúde	–	–	(3.261)	(2.139)
	15.263	**12.232**	**(283.219)**	**(300.899)**

22. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição	46.438	56.069	104.128	228.951
Quantidade de ações	16.676	16.676	15.217	15.217
Lucro básico e diluído (R$)	**2,78472**	**3,36226**	**6,84287**	**15,04574**

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

23.1. CONCLUSÃO PPA ("PURCHASE PRICE ALLOCATION") - CONECTCAR

Em julho de 2022 foi finalizado o laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes da controlada em conjunto ConectCar. Não houve evolução nos efeitos da transação que impactem o resultado.

23.2. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115 DE 28 DE ABRIL DE 2022

Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

23.3. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2022 e 2021, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
CEO - Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA
Diretor de Negócio

JOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R$ 1.208.075 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela administração para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela administração; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682 e premissas adotadas pela administração no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n° ° 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O

PortoBank | Founding Partner Formula 1 Rolex Grande Prêmio de São Paulo 2023

Um cartão de crédito feito com partes de carro de Fórmula 1.

Escolha o seu!

O pedido do cartão está sujeito à análise de crédito.
PORTOSEG S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. CNPJ Nº 04.862.600/0001-10.

Verificado por Deloitte

mastercard

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas líquidas
As receitas de prestação de serviços totalizaram R$ 298,0 milhões em 2022, com aumento de R$ 125,2 milhões, ou 72,4%, em relação ao ano anterior.
• Investimentos
A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 694,9 milhões em 2022, sendo o montante em veículos e equipamentos locados a terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa SELIC dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**199.267**	**77.801**
Disponível		1.995	4.925
Realizável		197.272	72.876
Aplicações	7	46.453	7.414
Contas a receber de clientes	8	74.163	40.247
Impostos e contribuições a recuperar		4.676	2.586
Despesas antecipadas		5.377	1.479
Bens à venda	9	60.614	17.449
Outros créditos		5.989	3.701
Não circulante		**1.400.720**	**1.001.278**
Realizável a longo prazo		66.645	22.094
Aplicações	7	29.239	11.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	34.194	9.241
Outros valores e bens		3.212	1.455
Imobilizado	11	1.323.410	968.474
Intangível	12	5.434	4.253
Ativo de direito de uso	13	5.231	6.457
Total do ativo		**1.599.987**	**1.079.079**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**642.710**	**425.191**
Contas a pagar		84.409	19.204
Obrigações a pagar	15	79.429	16.181
Impostos e encargos sociais a recolher		794	614
Encargos trabalhistas		1.183	932
Impostos e contribuições		3.003	1.477
Empréstimos e debêntures	16	552.524	404.486
Passivo de arrendamento	18	5.777	1.501
Não circulante		**823.783**	**472.699**
Obrigações a pagar	15	10.391	9.420
Empréstimos e debêntures	16	813.371	456.975
Tributos diferidos		21	15
Passivo de arrendamento	18	–	6.289
Patrimônio líquido		**133.494**	**181.189**
Capital social	19	184.250	184.250
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.147)	(16)
Prejuízos acumulados		(36.003)	(3.045)
Reserva de Lucros		(606)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.599.987**	**1.079.079**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas líquidas de serviços prestados	20	298.013	172.859
Receitas/(despesas) operacionais	21	(133.868)	(76.151)
Despesas administrativas	22	(82.950)	(72.415)
Despesas comerciais		(17.234)	(8.826)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**63.961**	**15.467**
Receitas financeiras		21.137	8.009
Despesas financeiras		(186.724)	(40.190)
Resultado operacional		**(101.626)**	**(16.714)**
Ganhos com ativos não correntes		50.726	35.248
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**10.2**	**(50.900)**	**18.534**
Imposto de renda e contribuição social	10.2	17.062	(2.859)
Lucro líquido do exercício		**(33.838)**	**15.675**
Quantidade de ações (mil)		187.332	187.332
Lucro líquido por ação - R$		(0,18)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**134.250**	**–**	**(59)**	**(18.720)**	**115.471**	**4.302**
Aumento de capital		50.000	–	–	–	50.000	–
Ganhos e perdas atuariais		–	–	43	–	43	43
Lucro líquido do exercício		–	–	–	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**184.250**	**–**	**(16)**	**(3.045)**	**181.189**	**15.718**
Aumento de capital	15	–	–	–	–	–	–
Ganhos e perdas atuariais		–	–	9	–	9	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	(33.838)	(33.838)	(33.838)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	(14.140)	–	(14.140)	(14.140)
Reservas de Lucro		–	274	–	–	274	274
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**184.250**	**274**	**(14.147)**	**(36.883)**	**133.494**	**(47.695)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(33.838)	15.675
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	32.719	19.662
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(56.880)	254.638
Contas a receber de clientes	(33.916)	(16.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.947)	(2.478)
Outros ativos«	(53.198)	(8.651)
Obrigações a pagar	64.219	11.510
Empréstimos e financiamentos	218.758	(83.322)
Operações de arrendamento	(787)	(1.219)
Outros passivos	(11.900)	1.200
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(12.639)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**87.591**	**177.873**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(694.895)	(680.304)
Aquisição de intangível	(2.554)	(63)
Alienação de imobilizado	308.613	147.805
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(388.836)**	**(532.562)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	50.000
Aquisição de empréstimos	460.000	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(161.685)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**298.315**	**348.315**
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.930)**	**(6.374)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4.925	11.299
Saldo final de caixa e equivalentes	1.995	4.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) Determinação de valor justo de ativos financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.
No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

continua →

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 2.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das informações semestrais. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

6. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	22.327
	22.327

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos	
NTN	8.814
NTN - B	29.239
Total	**38.053**
Circulante	**8.814**
Não Circulante	**29.239**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**49%**

7.1 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos			
LFTs	5.629	–	5.629
NTNs - B	–	–	–
Debêntures	–	5.289	5.289
Cotas de fundos de investimento	485	–	485
LTNs	–	–	–
Letras Financeiras - privadas	–	3.802	3.802
DPGE	–	75	75
Nota Comercial	–	32	32
Total - circulante	**6.114**	**9.198**	**15.312**
Circulante	**6.114**	**9.198**	**15.312**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**20%**

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**23.737**	**284.749**
Aplicações	766.796	336.243
Resgates	(727.584)	(598.387)
Rendimentos	17.668	7.506
Ajuste a valor de mercado	(2.930)	(6.374)
Saldo final	**77.687**	**23.737**

7.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (i)	13,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	11,98	11,98
NTNs B - IPCA	5,42	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,07

(i) Vide nota explicativa nº 6

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Locação	64.337	44.359
Seminovos	24.583	1.981
Provisão para risco de crédito	(14.757)	(6.093)
	74.163	**40.247**

8.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida
A vencer	676	–	676	18.955	–	18.955
Vencidos de 1 a 30 dias	29.938	–	29.938	14.957	–	14.957
Vencidos de 31 a 60 dias	9.425	–	9.425	2.658	–	2.658
Vencidos de 61 a 90 dias	3.894	–	3.894	1.696	–	1.696
Vencidos de 91 a 120 dias	3.364	(1.995)	1.369	1.338	(1.338)	–
Vencidos de 121 a 150 dias	2.549	(1.761)	788	866	(866)	–
Vencidos de 151 a 240 dias	2.651	(1.772)	879	673	(673)	–
Vencidos de 241 a 360 dias	11.840	(9.229)	2.611	3.216	(3.216)	–
Seminovos	24.583	–	24.583	1.981	–	1.981
	88.920	**(14.757)**	**74.163**	**46.340**	**(6.093)**	**40.247**

9. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**4.172**	**21.428**	**(14.787)**	**10.813**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.011	329	–	3.340
Provisão para riscos de créditos	787	14.221	(5.389)	9.619
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	19.483	(12.198)	7.285
Provisão de participação de lucros	363	654	(596)	421
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	120	148	(154)	114
Outras provisões	716	10.724	(8.918)	2.522
Benefício a empregados	72	14	(6)	80
	5.069	**45.573**	**(27.261)**	**23.381**
Total	**9.241**	**67.001**	**(42.048)**	**34.194**

10.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	**10.625**
2024	8.935
2025	7.764
2026	1.251
2027	1.248
2028 a 2030	3.715
Após 2031	657
Total - ativo	**34.194**

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	(50.900)	18.534
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**17.306**	**(6.302)**
PAT em dobro	–	255
Incentivos fiscais	(16)	79
Baixa para Perda	–	3.120
Outros	(228)	(11)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(244)**	**3.443**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**17.062**	**(2.859)**
Taxa efetiva (D/-A)	**33,5%**	**15,4%**

11. IMOBILIZADO

11.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,03	1.355.459	(33.671)	**1.321.788**	983.790	(17.484)	966.306
Móveis, Máquinas e Utensílios	10,00	31	(6)	**25**	32	(3)	29
Outras Imobilizações	20,00	2.710	(1.113)	**1.597**	2.710	(571)	2.139
		1.358.200	**(34.790)**	**1.323.410**	**986.532**	**(18.058)**	**968.474**

11.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências (i)	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Veículos e equipamentos locados	**966.306**	694.895	(261.530)	(30.800)	(47.083)	**1.321.788**
Utensílios	**29**	–	–	(4)	–	**25**
Outras Imobilizações	**2.139**	–	–	(542)	–	**1.597**
	968.474	**694.895**	**(261.530)**	**(31.346)**	**(47.083)**	**1.323.410**

12. INTANGÍVEL

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	20,00	9.415	(3.981)	**5.434**	6.861	(2.608)	**4.253**
		9.415	**(3.981)**	**5.434**	**6.861**	**(2.608)**	**4.253**

12.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**4.253**	2.554	(1.373)	–	**5.434**
	4.253	**2.554**	**(1.373)**	**–**	**5.434**

13. ATIVO DE DIREITO DE USO

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	20,0	9.009	(3.778)	**5.231**	9.009	(2.552)	**6.457**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº3.9).

13.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações		
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Imóveis	**6.457**	–	(1.226)	**5.231**

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 3.3.1), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

			Dezembro de 2022		
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	49.789
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	(56.962)
	Perda de ajuste a mercado				**(7.174)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	101.339
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	(113.495)
	Ganho de ajuste a mercado				**(12.156)**

continua

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→ continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Dezembro de 2022	
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Mobitech Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	114.182
Ponta passiva:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	(111.459)
Ganho de ajuste a mercado				**2.724**
Mobitech Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.555	155.020
Ponta passiva:				
taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.510)	(156.212)
Perda de ajuste a mercado				**(1.192)**
Mobitech Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	254.273	261.258
Ponta passiva:				
taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(254.103)	(264.885)
Perda de ajuste a mercado				**(3.627)**
Total impacto no Patrimônio líquido				**(21.425)**
Total impacto no Patrimônio líquido (líquido de IR e CS)				**(14.140)**

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Swap	43.550	–
Fornecedores	16.624	15.099
Adiantamento de Clientes	15.523	(2.381)
Possíveis Provisões(*)	10.156	9.209
Transações com partes relacionadas	2.736	1.053
Participação nos lucros	966	1.068
Provisão de benefícios a empregados	235	211
Outras	30	1.342
	89.820	**25.601**
Circulante	79.429	16.181
Não circulante	10.391	9.420

(*) Vide nota 17.1

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

16.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
CCB - capital de giro - BRL					
	160.000	2023	CDI + 1,55%	–	163.577
	39.000	2023	CDI + 1,95%	–	40.778
	200.000	2023	CDI + 1,65%	228.776	200.248
	28.500	2023	CDI + 1,98%	34.234	29.850
	21.500	2023	CDI + 1,98%	25.833	22.522
	50.000	2023	CDI + 1,80%	49.473	–
	100.000	2023	CDI + 1,70%	100.705	–
	100.000	2023	CDI + 1,88%	113.503	–
			Total	**552.524**	**456.975**

16.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Debêntures - capital de giro - BRL					
	400.000	2024	CDI + 1,31%	406.543	404.486
	400.000	2025	CDI + 1,31%	406.828	–
			Total	**813.371**	**404.486**

16.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**861.461**	**659.107**
Aquisição/constituição	150.000	549.000
Atualização monetária/juros	666.080	10.972
Liquidação/reversão	(311.646)	(357.618)
Saldo final	**1.365.895**	**861.461**
Circulante	552.524	404.486
Não circulante	813.371	456.975

17. OUTROS DÉBITOS

17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2021	**8.856**	**263**	**90**	**9.209**
Constituições	–	–	393	393
Enc. Êxito/reversões	–	(280)	(39)	(319)
Pagamentos	–	–	(140)	(140)
Atualização monetária	965	17	31	1.013
Saldo Final em 31 de dezembro de 2022	**9.821**	**–**	**335**	**10.156**
Quantidade de processos prováveis	3	–	25	28
Processos possíveis (R$)	–	–	–	–

17.2 OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a processos fiscais oriundos de mandado de segurança impetrado em razão dos veículos adquiridos e já existente em propriedade da Locadora serem destinados exclusivamente para locação, e conforme previa a Lei n.º 13.296/2008 tinha isenção parcial de 50%, que resultaria na alíquota de 2% do IPVA. Entretanto, em 15 de outubro de 2020, sobreveio a edição da Lei n.º 17.293/2020, a qual, em seus artigos 68 e 69, revogou o mencionado artigo 9º, § 1º e 2º, da Lei n.º 13.296/2008, prevendo, ainda, sua aplicação desde a entrada em vigor, violando assim o princípio da anterioridade. Dessa forma, requeremos a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade da parcela excluída do IPVA incidente sobre os veículos de propriedade da Locadora pelo artigo 9º da Lei n.º 13.296/2008, para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n.º 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, bem como, a concessão em definitivo da segurança para garantir o direito líquido e certo da Locadora de fruir da isenção prevista no artigo 9º da Lei n.º 13.296/2008, não sendo compelida ao recolhimento da diferença do IPVA para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n.º 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, afastando-se, definitivamente para esse período, a previsão dos artigos 67 e 68 da Lei n.º 17.293/2020, em respeito ao princípio da anterioridade.

Para o exercício de 2022 o saldo provisionado de R$ 9.821 (Saldo em 2021 era R$ 8.855) refere-se a R$ 8.040 de constituição do processo e R$ 1.781 de atualização de juros acumulados nos períodos de 2021 e 2022.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.378**	**(588)**	**7.790**
Apropriação dos juros	–	(282)	(282)
Pagamentos	(1.731)	–	(1.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.647**	**(870)**	**5.777**
Circulante			5.777
Não circulante			–

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 3.12).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R$ 184.250 representado por 187.332.331 unidades em 31 de dezembro de 2021).

20. RECEITA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita de serviços	328.408	190.486
COFINS	(24.963)	(14.477)
PIS	(5.420)	(3.143)
Impostos sobre serviços	(12)	(7)
	298.013	**172.859**

21. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Localização e funcionamento	(115.889)	(58.071)
Depreciação	(30.801)	(15.532)
Provisão para devedores duvidosos	(14.257)	(2.548)
Créd. de PIS e COFINS s/desp. operac.	27.079	–
	(133.868)	**(76.151)**

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Custos corporativos	(22.089)	(20.533)
Serviços de terceiros	(29.669)	(19.851)
Pessoal	(20.957)	(15.825)
Localização e funcionamento	(11.603)	(7.805)
Publicidade	(144)	(6.301)
Outras	1.512	(2.100)
	(82.950)	**(72.415)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita s/Aplicações Financeiras	19.630	7.506
Variações monetárias dos depósitos judiciais	208	–
Juros de títulos disponíveis para a venda	1.299	503
Outras	–	–
Total de receitas financeiras	**21.137**	**8.009**
Despesa s/Aplicações Financeiras	(1.962)	–
Despesas Empréstimo	(151.462)	(36.936)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(30.686)	(469)
Outras	(2.614)	(2.315)
Total de despesas financeiras	**(186.724)**	**(39.720)**
Resultado financeiro	**(165.587)**	**(31.711)**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia	2.736	1.053
	2.736	**1.053**

	Receitas		Despesas	
Demonstração do resultado	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia	8.096	2.413	(27.364)	(21.002)
Consórcio	–	–	(277)	–
Proteção e Monitoramento	–	–	–	(1)
Porto Investimentos	–	–	(173)	–
Portoseg	–	–	(569)	(630)
Porto Seguro Serviços e Comércio	–	–	(2.987)	(1.298)
Porto Atendimento	–	–	(3.536)	(2.601)
Porto Assistência	–	–	(1.146)	–
Porto Saúde	–	–	(1.437)	(926)
	8.096	**2.413**	**(37.490)**	**(26.457)**

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1 COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

GUSTAVO DO VALLE FEHLBERG
Diretor de Serviços de Mobilidade

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Aos Administradores e Quotistas
Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de fevereiro de 2023
Atenciosamente,

consulcamp
Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

Porto Seguro

Com o app, todo o cuidado da Porto tá na palma da sua mão.

Bruna Aquino
(Atendente Porto Seguro)

Baixe agora!

Há 19 anos mudando vidas.

O Instituto Porto oferece para crianças, jovens e adultos ações de desenvolvimento, como **cursos profissionalizantes**, **oficinas de geração de renda**, **projetos educacionais** e muito mais.

Conheça mais em:
www.institutoportoseguro.com.br

INSTITUTO Porto

PortoSaúde

Planos empresariais feitos sob medida para **cuidar do seu negócio.**

Central de atendimento ao cliente exclusiva

Cobertura nacional para urgências e emergências

Psicólogos online

Consulte o seu Corretor

ANS - Nº 00058-2

PortoBank

Cartão Porto Bank tem 10% off no Seguro Auto e Tag de pedágio gratuita.

Consulte o seu Corretor ou acesse: bank.portoseguro.com.br/cartao-de-credito

A aprovação do Cartão de Crédito está sujeita à análise. Tag Porto: Oferta de isenção de mensalidade limitada a contratação de até 4 tags por CPF. Será cobrado o custo de envio no valor de R$ 8,90 a partir da solicitação da 3ª tag para um mesmo veículo. Desconto de 10% na contratação de um novo Porto Seguro Auto ou Azul Seguro Auto, mais cashback (crédito na fatura) de 5% ao adquirir o Cartão de Crédito Porto e usar na 1º compra, em até 90 dias após a emissão. Desconto limitado a R$ 500,00 no seguro e R$ 500,00 no cashback. Oferta válida de 21/01/23 a 30/04/23. Na renovação do Seguro Auto Porto e Azul Seguro Auto, ganhe Cashback (crédito na fatura) de 15% ao usar o Cartão de Crédito Porto Bank em até 90 dias após a emissão. Na renovação desconto limitado a R$ 1.000.